

Pré-História II

Estudos para a arqueologia da Paraíba

Thomas Bruno Oliveira (Org.)

Pré-História II

Estudos para a arqueologia da Paraíba



Campina Grande
2011



Sociedade Paraibana de Arqueologia – SPA

Presidente

Thomas Bruno Oliveira

Direção

Juvandi de Souza Santos

Carlos Alberto Azevedo

Vandereley de Brito

Conselho Editorial

Antônio Clarindo Barbosa de Souza – PPGH/UFCG

Carlos Alberto Azevedo – IPHAEP

Juvandi de Souza Santos – UEPB

Thomas Bruno Oliveira – IHGC

Vanderley de Brito – DD/SPA

Zélia Maria de Almeida - UFPB

Copyright ©2011, Sociedade Paraibana de Arqueologia
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

Capa e diagramação

Thomas Bruno Oliveira

Fotos

Acervo da Sociedade Paraibana de Arqueologia

Editoração

Francisca Araújo Cavalcante

Revisão

Prof^a Marilândia Bezerra de Souza

Capa

Bico de pena de Luís Barroso, acervo de José Edmilson Rodrigues.

Impressão e acabamento

JRC Gráfica e Editora

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA JRC EDITORA

Oliveira, Thomas Bruno.

Pré-História II: estudos para a arqueologia da Paraíba / Thomas Bruno
Oliveira (organizador) – João Pessoa: JRC Editora, 2011.
131p.

ISBN **978-85-99619-32-2**

1. Arqueologia 2. Pré-História 3. Paraíba I-Título.

ÍNDICE

Prefácio: <i>Ruth Trindade de Almeida</i>	07
Cap. I Vida e morte nos grupos humanos: algumas informações preliminares <i>Juvandi de Souza Santos</i>	09
Cap. II Pré-História & Ufologia	27
<i>Carlos Alberto Azevedo</i>	
Cap. III As itaquatiaras e os megálitos	39
<i>Luiz Galdino</i>	
Cap. IV Evolução da arqueologia e a falta de compromisso governamental	47
<i>Carlos Belarmino</i>	
Cap. V Nossos estudos sobre a Itaquatiara de Ingá Francisco Carlos Pessoa Faria	59
Cap. VI Paisagem mágica	65
<i>Pe. João Jorge Rietveld</i>	
Cap. VII Sítios arqueológicos na Paraíba: uma revisão bibliográfica	77
<i>Vanderley de Brito</i>	
Cap. VIII As pesquisas sobre os registros rupestres do Rio Grande do Norte	95
<i>Valdeci dos Santos Júnior</i>	
Cap. IX A importância de estudar e apreender Pré-História na Escola	101
<i>Antonio Clarindo Barbosa de Souza</i>	
Cap. X A indústria da pedra na Paraíba: um modelo cognitivo de estudo	107
<i>Dennis Mota Oliveira e Erik de Brito</i>	
Cap. XI Incrições marginais: o caso da Pedra do Ingá	115
<i>Thomas Bruno Oliveira</i>	
Cap. XII Os Autores	125
<i>Sociedade Paraibana de Arqueologia</i>	

PREFÁCIO

O espírito indagativo do homem sempre o levou a perguntar por que e como tudo começou. Buscando entender a realidade que o cerca ele foi palmilhando os diferentes caminhos da ciência. À arqueologia coube descobrir como as sociedades começaram.

Trata-se, então, de saber como viveram os primeiros grupos humanos (já extintos) sobre os quais não há registros escritos. Assim, é através das escavações e da Arte Rupestre, que os arqueólogos buscam dados que possibilitem conhecer nosso passado. Naturalmente, na sua tarefa, eles contam com a colaboração de outras ciências para ajudá-los. Uma das mais importantes é a antropologia, por trabalhar com grupos atuais.

Os que trabalham ou já trabalharam com os índios brasileiros, podem fornecer informações sugestivas para os arqueólogos. Uma monografia tribal, na sua forma clássica, proporciona dados sobre: crenças, mitos, arte, família, liderança, saberes e sobre o cotidiano do grupo. A imersão plena, penso eu, numa cultura indígena, trará uma percepção mais exata do estilo de vida das populações extintas e será muito útil ao arqueólogo que aborda a cultura material e não material, de grupos que já desapareceram.

A temática dominante desta coletânea é a Arte Rupestre, porém com abordagem variada. O artigo de Santos mostra as possibilidades informativas que os cemitérios indígenas podem proporcionar. E esta possibilidade continua nos tempos atuais, como mostra o livro de Clarival do Prado Valadares (1972), em dois volumes, Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros. Dois autores encaminharam-se para o campo educacional: Souza, pugnando pela presença da pré-história nos currículos escolares universitários; Alves, apresenta um quadro geral da arqueologia brasileira e reclama da falta de uma política governamental que venha apoiar a pesquisa arqueológica. As outras contribuições: Brito, precedida estimulante, faz uma apresentação histórico-bibliográfica da arte rupestre na Paraíba. Faria, identifica algumas representações celestes no conjunto de arte rupestre de Ingá; aqui vale lembrar que os índios brasileiros eram grandes observadores do céu. Em seu livro Índios do Brasil, J.C. Melatti (1972) afirma que os índios conheciam muito bem o céu e muitas tribos do Brasil distribuíam as estrelas em grupos (constelações) embora essa distribuição não coincida com a nossa.. Falando dos Khraó, relata o autor que eles reconheciam as Plêiades ou Sete Estrelas (como é conhecida popularmente) e a chamavam de Krodé.

Continuando, o artigo de Azevedo exorciza definitivamente os extraterrestres dos vestígios arqueológicos. Galdino, com sua ampla experiência pelo Brasil, aponta a presença de megalíticos em vários estados

brasileiros, alertando-nos sobre a possível presença deles na Paraíba, com algumas referências. Mostra também que o termo megalítico que literalmente significa pedra grande, é atualmente empregado para designar “qualquer tipo de monumento construído com pedras, ainda que em pequenas dimensões”. O artigo de Santos Júnior trata das gravuras do Rio Grande do Norte, definindo as técnicas utilizadas para fazê-las e os temas ou tipos de grafismo executados. Rietveld destaca a profunda relação do homem com a natureza e se encaminha com muita propriedade para a “pré-história da mente humana”. Devo acrescentar que as tribos brasileiras, de um modo geral, e cada uma à sua maneira, acreditavam que cada homem possuía um espírito. Em seu artigo, Oliveira trata das inscrições rupestres nas proximidades da Pedra do Ingá, ampliando os horizontes para compreensão e interpretação daquele magnífico sítio.

Lendo esta coletânea de artigos os leitores terão a oportunidade de penetrar no universo fascinante da arqueologia. Sem dúvida cada leitor ou estudante sairá enriquecido e motivado para a busca de novos textos. Vê-se que a Paraíba conta agora com um núcleo de pesquisa e de estudos arqueológicos bem estruturados, fruto da persistência, dedicação e dinamismo desses novos profissionais.

Para finalizar, gostaria de dizer que o trabalho que aqui apresento intitulado “Pré-História II: estudos para a arqueologia da Paraíba” foi organizado com competência, pelo historiador e atual presidente da Sociedade Paraibana de Arqueologia, Thomas Bruno de Oliveira. Ele foi o resultado da integração de esforços coletivos à produção de conhecimento realizado por uma equipe de pesquisadores, e se destaca pelas questões delineadas e contribuições relevantes à área de estudo. A estes pesquisadores apresento minha palavra de incentivo e uma sugestão: é essencial que a equipe mantenha a parceria que torna o trabalho mais agradável e produtivo. Trabalhei durante 25 anos na qualidade de professora de antropologia da UFPB, hoje UFCG; entre as lembranças mais gratificantes que guardo estão as da companhia e trocas com os meus colegas, porque formávamos, na verdade, um grupo coeso e amigo.

Recife, 26 de novembro de 2010.

Ruth Trindade de Almeida

Professora aposentada de Antropologia da UFCG,
Mestre em Antropologia Cultural pela UFPE,
Cursou Arqueologia na Universidade de Toulouse, França
Sócia efetiva da Sociedade Paraibana de Arqueologia - SPA

Cap. I

Vida e morte nos grupos humanos: algumas informações preliminares

Juvandi de Souza Santos

VIDA E MORTE NOS GRUPOS HUMANOS: ALGUMAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Juvandi de Souza Santos

Arqueólogo e Historiador, Pós-doutor PUC-RS / Museu de História Natural de Paris, Vice-Presidente da Sociedade Paraibana de Arqueologia, Coordenador do LABAP/UEPB e Professor efetivo da UEPB Campus III. E-mail: juvandi@terra.com.br

Práticas espirituais e rituais fúnebres no Continente Americano

Gabriela Martin (2005: 307) mostra-nos que é possível através da análise dos “comportamentos sociais e com restos ósseos das necrópoles identificamos as características físicas e patológicas de grupos humanos”.

O estudo de uma necrópole e o que nela se encontra é capaz de fornecer ao arqueólogo informações precisas sobre costumes, crenças, tecnologias e a complexidade da teia social de um grupo.

Os rituais fúnebres refletem a preocupação do ser humano, desde tempos imemoriais, com os seus e o que teriam ou não numa pós-morte. Em todo o planeta se verifica essa preocupação: no Egito Antigo, construíam-se tumbas monumentais para sepultar aqueles que faziam parte da elite, como os faraós, enquanto que, o povo (entenda-se como os trabalhadores e operários que, por exemplo, construíam as monumentais pirâmides), eram sepultados em locais comuns (cavernas, pequenos abrigos, etc.) sem receber os cuidados necessários que os faraós e os mais afortunados recebiam. Percebe-se que até na morte existia hierarquia, reflectância de uma divisão de classes que reinava na sociedade.

Os rituais fúnebres diferem entre povos de culturas diferentes: os cristãos, ao contrário dos indo-europeus que incineravam seus mortos, geralmente não praticavam tais ações, os sepultam, constroem edificações nos cemitérios, também como forma de distinção social.

Entre os índios da Flórida, os restos de seus parentes antepassados mortos eram adornados com grandes quantidades de pérolas, as melhores e as maiores, como forma de demonstrar o respeito e apreço pelos seus. Os invasores espanhóis que tentaram conquistar a região saquearam esses túmulos, destruindo as riquezas materiais e os testemunhos dos rituais fúnebres desses grupos humanos.

Já entre os Tunja, povo que vivia na região da Guatemala, intensamente atacado pelos espanhóis, era costume colocar os corpos “com todo o ouro que possuíam em seus santuários ou casas de oração, em certas camas que lá os espanhóis chamam de barbacoas, que são leitos erguidos da

terra sobre pontas, onde deixam o morto com todas suas riquezas” (OVIDO Apud COLL; 1974: 150). Os europeus arrancavam as jóias das múmias, jogando-os no chão, com desprezo à cultura ritualística desse grupo humano.

O interessante é que o mesmo cronista citado acima, acaba por mostrar que os próprios religiosos da Espanha, quando tomaram conhecimento das rapinagens nas necrópoles indígenas, os recriminaram, afirmando que tais locais, assim como aconteceu com Salomão, sepultado com seus tesouros, era um local sagrado e que tudo que fosse ali encontrado deveria permanecer com os seus donos. Claro que os soldados espanhóis não cumpriram as determinações da Igreja, ao menos nesse sentido.

Entre as sociedades indígenas das Américas, as formas de sepultamentos e os rituais no Brasil, por exemplo, graças aos registros arqueológicos e alguns rituais que se perpetuaram no tempo, sendo adotados por comunidades mais recentes, aquelas que tiveram contato direto com colonizadores, escrevendo inclusive, sobre todo o processo ritualístico bem como suas práticas espirituais e os locais escolhidos para sepultarem seus mortos, são relativamente conhecidas.

No Brasil, Gabriela Martin (2005: 308) informa o patamar de conhecimentos que temos hoje, especialmente no Nordeste do Brasil, sobre rituais fúnebres. Segundo a pesquisadora, quatro importantes necrópoles escavadas por Arqueólogos da região têm nos fornecido importantes dados sobre as práticas ritualísticas e de enterramentos na pré-história além do ambiente. São elas: *Gruta do Padre*, *Furna do Estrago*, *Pedra do Alexandre* e *Sítio Justino*. É interessante notar que outras necrópoles já foram escavadas nesta área, mas a importância dessas quatro necrópoles é justamente pelas formas diversificadas de rituais fúnebres identificados, pela quantidade de sepultura, pelos enxovais e pela localização geográfica em que essas necrópoles estão inseridas, fornecendo dados do *modus vivendi* desses grupos humanos.

O cemitério indígena Pedra do Alexandre forneceu as datações mais antigas de um cemitério indígena do Nordeste: 9.400 anos AP. tratando-se de um sepultamento secundário de criança. Outras datações de cerca de 8.000 anos AP. foram constatados dois esqueletos femininos adultos. Talvez a grande importância desse sepultamento advenha do ritual em acender uma fogueira sobre a sepultura, prática já identificada em outros cemitérios da região, bem como em toda a América.

Caso digno de nota ainda foi percebido na Pedra do Alexandre. A sepultura de nº10 foi encontrado esqueleto em “decúbito lateral”. Em duas sepulturas não foi encontrado mobiliário (enxoval) e, só em sepulturas datadas

entre 4.000 e 2.700 anos AP. é que foram identificadas peças acompanhando o esqueleto, pertencente ao sexo masculino. Duas interpretações podem-se obter do exposto: primeiro que por volta de 9.000 anos AP. os enterramentos não eram acompanhados de enxoval; segundo, que por se tratar de esqueletos femininos, seria uma prática o não acompanhamento do enxoval, o que demonstraria existir uma divisão de classes por sexo.

Nas sepulturas de cerca de 4.000 anos AP., sepultamento secundário, os ossos foram arrumados e pintados com tinta vermelha e os esqueletos foram colocados “numa cova forrada com uma laje plana horizontal e outras verticais rodeando-a” (MARTIN, 2005: 308).

Em outro sepultamento, junto ao descrito anteriormente e denominado de nº 1, era primário, do sexo masculino, com idade de aproximadamente 18 anos. Este encontrava-se em posição fletida e decúbito lateral. Um fator interessante é que sobre o tórax deste esqueleto foi “colocada uma laje oval de pedra micaxisto retirada do próprio abrigo; em torno do pescoço levava um colar com pingente de ossos de cervídeo e um apito também de osso. Uma lesão no crânio faz pensar que teria sido atingido por uma flecha” (op. cit : 310).

Gabriela Martin também identificou nesta necrópole uma característica interessante, principalmente com relação ao enterramento de crianças, como o de cobrir os ossos com pigmento vermelho, isso num segundo processo de sepultamento. Foi, verificado ainda no enterramento nº15, sem datação e secundário, dois esqueletos masculinos entre 20 e 22 anos, apresentando os “ossos longos arrumados e os crânios colocados por cima, protegidos por Lages de pedra arenítica procedente de uma canteira próxima. Como mobiliário fúnebre, colares de pingente e contas de osso e um apito também de osso” (MARTIN, 2005: 310).

A explicação para uma diversidade imensa de formas de sepultamento é justificado pelo longo processo cronológico (temporal) de ocupação do abrigo, como necrópole.

Outra necrópole tratada por Gabriela Martin e que serve de demonstrativo da heterogeneidade das formas de sepultamento e de rituais fúnebres, são os resultados obtidos na Gruta do Padre.

Enquanto no abrigo Pedra do Alexandre verificaram-se sepultamentos primários e secundários, na Gruta do Padre o ritual funerário foi sempre secundário, durante o período em que o local foi utilizado como cemitério indígena, que segundo Martin (2005:310), pode ter “atingido mil anos a partir de 2.000 anos BP. aproximadamente”. O local pode ter servido para a cremação. Gabriela Martin observa em alguns lugares da gruta mais de

um metro de cinzas, como ver, trata-se de mais um local especial pelas características que lhes são peculiares. A pesquisadora acredita que os corpos eram incinerados fora da gruta e suas cinzas e restos de ossos eram depositados no seu interior, sem obedecer uma ordem no processo de enterramento, sendo, inclusive, detectado a abertura de covas e o remeximento do terreno para a deposição de novas cinzas e restos carbonizados de novos mortos.

A Furna do Estrago apresentou mais de oitenta esqueletos de adultos e crianças. A Furna foi ocupada por cerca de mil anos como cemitério (entre 2.000 e 1.000 anos AP.), servindo como excelente fonte de conhecimentos sobre os processos de enterramentos funerários e referencial para diversos estudos. Os enterramentos mais antigos são do tipo primário com os corpos acondicionados em posição fletida. Uma característica marcante neste cemitério foi o uso da técnica de sepultamento de fardo, quando o corpo é envolvido em esteiras e sepultados. Gabriela Martin assegura que este tipo de enterramento era comum na região dos Andes e que foi perfeitamente identificado na Furna do Estrago em bom estado de conservação. Também a técnica em que a fossa funerária estava forrada com fibras vegetais dispostas no fundo da vala.

Na Furna do Estrago, foram identificadas inúmeras sepulturas acompanhadas de enxovais fúnebres: colares e pingentes de pedra, de osso, conchas, sementes, dentes de animais e espátulas de animais diversos. Verificou-se também a existência de fragmentos de ocre junto à nuca e ao ventre de alguns esqueletos.

Os recém-nascidos eram sepultados em pequenas cestas de fibras de palmeiras e embrulhados em esteiras de uricuri.

Mas talvez a sepultura mais interessante seja a do “FLAUTISTA”. “adulto do sexo masculino em posição fetal com as mãos perto da face e que levava entre os braços uma flauta feita de uma tíbia humana com um único orifício além de um delicado cinto de fibras vegetais como adorno. O esqueleto levava também um colar de 31 contas de ossos de ave. A fossa funerária onde foi depositado estava forrada de fibras vegetais que envolviam também o seu corpo (LIMA, 1984).

Identificou-se também através das sepulturas da Furna do Estrago que os indivíduos ali inumados não eram ceramistas, pois não foi identificada cerâmica nos enxovais funerários. Os fragmentos encontrados em algumas fossas foram considerados como intrusivos.

Verificou-se também que na fase final de ocupação do abrigo houve uma mudança ritualística no processo de sepultamento: deixou-se de praticar a inumação (enterramento), para se praticar a cremação, significando, talvez, a

ocupação da região por outros grupos que faziam uso de outras práticas ritualísticas. A partir dessas observações verifica-se o perfil cultural dos vários grupos humanos que ocupam a região e fizeram uso do mesmo local para sepultarem seus mortos.

O Sítio do Justino teve um longo período de ocupação entre 2.000 e 8.000 anos AP.

Lá, exumou-se esqueletos completos e incompletos, o que permitiu uma estimativa dos rituais funerários empregados pelos habitantes pré-histórico do baixo vale do São Francisco.

O sítio foi ocupado por grupos ceramistas, caçadores e coletores, pois identificou na maioria dos enterramentos que vasilhas cerâmicas faziam parte do ritual e do enxoval fúnebre.

Um ponto que chamou atenção foi com relação a um enterramento em que aparece o esqueleto deitado em decúbito dorsal completo, os braços esticados ao longo do corpo e que foram colocadas duas urnas sobre a cabeça e o abdômen do indivíduo. Esqueletos com essa mesma característica foram encontrados por Valentin Calderon, em Curaça (BA), e na Toca do Gongo, em São Raimundo Nonato (PI).

Outro sepultamento chamou a atenção no Sítio Justino: trata-se de um esqueleto que teve o crânio “depositado sobre uma laje de pedra recortada em forma circular, e outra laje semelhante foi colocada também sobre o abdômen (MARTIN, 2005: 313).

Em outro, o crânio foi serrado no sentido longitudinal, as bordas polidas e as partes enterradas juntas com o restante do corpo.

O que chama a atenção dos pesquisadores sobre esse importante jazigo é a quantidade e a diversidade dos sepultamentos, demonstrando a heterogeneidade dos grupos humanos pré-históricos que habitam a região.

Fato importante analisado no Sítio Justino é o uso do local como aldeamento, pois, encontraram-se vestígios arqueológicos que comprovam tal hipótese, comum, inclusive entre grupos ceramistas pré-históricos da região.

Outros importantes enterramentos já foram identificados em quase todo o Nordeste, com características particulares. Um exemplo é o caso de dois enterramentos da “Toca do Paraguaio”; abrigo que também contém pinturas rupestres e foram exumados dois esqueletos de adultos masculinos. Em suas covas, notaram-se formas ritualistas pouco comuns: estavam em posição estendida e decúbito dorsal, com a cabeça apoiada sobre uma pedra, depositada numa fossa de forma alongada. Mas o notável é que a fossa estava recoberta de folhas e sementes de maniçoba e, apresentou um único mobiliário fúnebre: um seixo que possivelmente era utilizado como percutor, talvez

mostrando ou indicando a atividade principal que aqueles indivíduos praticavam. Já na outra fossa, circular e rasa, delimitada por seixos, um sepultamento feminino, depositado em posição fletida, de idade estimada entre 35 e 40 anos.

Segurando os pés, foi colocada uma pedra grande de arenito, com sinais de ter sido queimada. Conservava, ainda, restos do couro cabeludo e sobre o crânio foram colocados na fossa alguns seixos. Foi datada de 8.670 anos BP., a partir de carvões coletados na fossa funerária (MARTIN, 2005: 313).

Nesta sepultura, o fundo estava coberto por cinzas e seixos com sinais de uso, utilizados como moedores. Acredita-se que foram acesas fogueiras cerimoniais nas duas sepulturas expostas anteriormente, sem que houvesse interesse de queimar os corpos.

Buíque, estado de Pernambuco, foi escavado por Marcos Albuquerque, na década de 1970, apresentando datações entre 2.780 até 6.640 anos AP. Neste cemitério foram encontrados enterramentos.

Primários depositados em covas forradas com fibras trançadas. Alguns crânios estavam cobertos com uma espécie de cesta ou coifa, também de fibras trançada o que significaria, em números redondos, uma data de 6.000 anos BP para uso do trançado e da cestaria pré-histórica em Pernambuco (MARTIN, 2005:315).

Este cemitério torna-se extremamente importante não pelos esqueletos ali exumados, mas pelas datações conseguidas da cestaria, o que vem comprovar a antiguidade das práticas artesanais de cestaria no Nordeste pré-histórico do Brasil.

No Sítio Alcobaça, Buíque, também foi verificado enterramentos arrumados em covas com ferramentas de fibras, além de sinais de cremação, comum em outros enterramentos e cemitérios de todo o Brasil.

No cemitério Caboclo, em Venturosa, Pernambuco, verificou-se uma outra prática funerária: ossos humanos foram quebrados propositalmente, depois queimados e enterrados em fossas. Temos, portanto, outra prática de rituais funerários identificados no interior de Pernambuco.

Gabriela Martin (2005: 315) apresenta o caso da Ilha de Zorobabel, Itacuruba, estado de Pernambuco, no médio São Francisco. Lá, foi evidenciado:

Isolados na área ocupada por uma aldeia indígena ceramista. Em fossas com cinzas foram coletados ossos humanos e de animais quebrados e queimados. O mesmo ritual foi observado na Gruta do Gentio, também no Médio São Francisco, em Minas Gerais, onde Ondemar Dias, que escavou a gruta, observou enterramentos de ossos humanos calcinados e misturados com ossos de animais, fato que se repete na Gruta da Foíce.

Ainda em Zorobabel, desta feita nas dunas, em Rodelas (BA), C. A. Etchevarne trabalhou com enterramentos primários de dez indivíduos, conside-

-rando, supostamente, tratar-se de um cemitério coletivo. No entanto, essa necrópole inspirou dúvidas porque só um esqueleto foi encontrado completo, os demais apenas fragmentos.

Tem sido comum o achamento de fragmentos de restos humanos em necrópoles do Nordeste o que, possivelmente esteja ligado ao elevado grau de Ph do solo na região, bem como os altos níveis de salinidade. O solo salino não contribui para a preservação dos esqueletos.

A simbologia dos túmulos

Desde a antiguidade que tem-se observado serem os túmulos dos ancestrais de um povo, locais de oferendas, cultos e devoções, principalmente os túmulos que Ribeiro (2007: 28) chama de “heróicos”, ou seja, de indivíduos que se destacaram naquelas sociedades. Os faraós egípcios, por exemplo, tinham o costume de frequentar os túmulos de seus antigos reis, como forma de se buscar uma justificativa no passado que consolidasse o poder real naquele momento. Entre os gregos e romanos, relata Trigger (1989: 30) era comum a preservação de relíquias valiosas do passado, para tanto, era até certo ponto comum abrir túmulos de antigos guerreiros e recuperar relíquias de seus heróis, preservando-as nos templos para contemplação, adoração e possivelmente um exemplo a ser seguido, numa espécie de nação, culto e continuidade de representação simbólica do passado. Em cada período, didaticamente falando, da história das sociedades do planeta, teremos um fator que irá prevalecer sobre outros, servindo como motivador de adoração e culto aos restos mortais do passado. Já vimos que na antiguidade buscava-se uma representação do herói, a busca de alguém ou algo que justificasse o vigor daquela polis. Na Idade Média, graças ao poder do catolicismo, passou a servir de tônica a orientação da adoração aos mortos. O período será marcado pela busca das relíquias dos santos, seus sepulcros e os possíveis objetos neles contidos para contemplação e adoração.

Marly Simões Ribeiro alerta para um ponto importante: a existência de uma “ruptura de ver o passado do homem medieval em relação ao homem na antiguidade” (RIBEIRO, 2007: 28). Para os homens da antiguidade, o tempo era cíclico, podendo ser representado; para os da Idade Média da Europa, não, o tempo era linear, caminhando para a frente sem que o passado possa retornar através de artefatos e rituais. Na Idade Média, há uma substituição do herói grego e romano pelo santo, o que direciona as escavações para este sentido. Foi ainda a Idade Média, mediante as observações e análises feitas a partir da Bíblia, que se criou uma primeira idéia de antiguidade do homem: o dilúvio durante muito tempo serviu de linha mediadora entre o antigo corrompido e o novo que

nascera entre 5 e 7 mil anos com a grande inundação Bíblica, o Dilúvio. A partir daí, a recorrência no fim desse segundo mundo torna-se corriqueira, acreditando-se que o homem havia se corrompido novamente, esperando-se a qualquer momento a vingança de Deus, assim como acontecera na época de Noé.

O Renascimento faz surgir uma nova concepção sobre os mortos. O período será marcado pela volta da razão para entender a relação homem/meio, em substituição ao sagrado que perdurou durante a Idade Média na Europa. Foi a partir dessa revolução que permitiu ao homem elaborar formas perceptíveis de visualizar melhor o seu passado, criando símbolos capazes de aferir patamares de status. Desse período são os relatos de novas terras e gente diferente, que durante muito tempo servirá de interpretação para entender a gênese do homem antigo, pré-diluviana, num primeiro ensaio etnográfico da vida do homem.

Segundo ainda Ribeiro (2007) é no Renascimento que descobrem-se as diferenças entre passado e o presente, criando a idéia de nacionalismo, permitindo que se conheça melhor o passado via estudos e observações dos fatos e materiais do uso cotidiano dos que viveram há milhares de anos. Durante esse período, abrangia desde a numismática até a história das artes, daí seu vínculo com a arte, o belo, que perdurou até meados do século XIX, quando à Arqueologia toma rumos próprios, distanciando-se de uma proto-ciência e tornando o sentido de uma ciência. As escavações que ocorreram durante esse longo período que vai do século XV ao XIX, sem dúvida tinha o objetivo de recuperar bens preciosos para suprir as necessidades dos ricos da época, colecionadores de objetos valiosos do mundo antigo. Entre alguns dos lugares preferidos para se escavar estavam os túmulos, especialmente os da Escandinávia e do Novo Mundo, dada a facilidade em se obter objetos valiosos e capazes de serem comercializados a alto preço.

Data do século XVII as primeiras tentativas em sistematizar o processo de escavações arqueológicas, quando, Tremer no ano de 1688, fornece informações de como exumar urnas funerárias. Nesse período, os antiquários deram grande valor as atividades de desenterramentos de cemitérios, especialmente o que convencionou-se chamar na Europa de Campo de Urnas, em contrapartida, os assentamentos e outros achados arqueológicos eram, até certo ponto, desprezados por não oferecer as riquezas de artefatos que os sepultamentos ofereciam.

Com o Romantismo, fins do século XVIII início do XIX, há uma tendência natural a observação romântica pelo passado, especialmente pelos túmulos que representavam o homem, visto naqueles séculos como degenerado. O estudo desse homem do passado era visto como uma espécie de tornar a vida uma geração de homens puros, distantes no tempo da geração corrompida do século XIX.

Com a retomada das relações ocidente/oriente em meados dos séculos XVIII, os objetivos dos europeus continuava os mesmos: a rapinagem com o objetivo de suprir a sede dos antiquaristas da Europa. Os túmulos da Ásia, da forma que aconteceu, por exemplo, nos BARROWS da Inglaterra, tiveram os mesmos fins: destruídos sem muitas preocupações científicas com o objetivo único de fornecer riquezas. Assim, para os antiquaristas, os túmulos eram vistos como meros locais de obtenção de riquezas, preocupando-se muito pouco com o contexto do material arqueológico encontrado.

A partir do século XIX, as técnicas de escavação, datação relativa, estratigrafia e seriação, passam a se constituir em métodos da Arqueologia. Tais características eram utilizadas desde muito pelos antiquaristas, mas sua sistematização só ocorre após 1850, com o processo de sua sistematização, organização e processo de divulgação dos métodos técnicos e resultados de pesquisas (RIBEIRO, 2007).

Mas, talvez, o fato mais importante que norteou a Arqueologia no século XIX, tenha sido o aperfeiçoamento do Sistema de Três Datações, por Thomsen, que dividiu a evolução dos artefatos humanos em cinco períodos, relacionando-os às práticas funerárias. Assim temos:

Na Idade da Pedra inicial predomina o uso de apenas artefatos de pedra; na Idade da Pedra tardia, há o início do uso dos metais e os objetos começam a ser enterrados juntos com os mortos, sendo estes cremados ou enterrados em tumbas megalíticas. Já na Idade do Bronze, as armas e instrumentos cortantes eram feitos em bronze ou cobre e os mortos são enterrados ou cremados em pequenos túmulos, sendo os artefatos decorados em forma de anel. Por fim, há duas fases da Idade do Ferro (Urnenfelder e Hallstatt), em que os artefatos cortantes são feitos em ferro temperado e o bronze é usado em objetos decorativos. A distinção destas fases se dá pelos padrões de decoração dos objetos: na primeira fase, desenhos de serpentes curvilíneas; na segunda fase, dragões e outros seres fantásticos, padrão que se estende até o início dos tempos históricos (RIBEIRO, 2007: 40).

Thomsen cria a idéia de padrões culturais a partir da análise de restos funerários.

Outro grande teórico que contribui para interligar os estudos dos artefatos/ambiente, foi Worsoal que elaborou a tese de que os artefatos encontrados juntos, num mesmo ambiente, provavelmente foram, também, utilizados juntos. É a partir desse norte que os túmulos passam a ser vistos como excelentes fontes documentais, pois é comum encontrar-se artefatos diversos que pertenciam ao morto, uma verdadeira cápsula do tempo, no dizer de Marily Simões Ribeiro. Realizando-se o contraste pode-se chegar a identificação de uma cultura de ampla abrangência territorial. A partir dessa

observação pode-se também, por exemplo, perceber o status do indivíduo dentro de um dado grupo, mediante o contraste de sepultamentos e os materiais encontrados num sepultamento junto ao cadáver.

No século XIX, mas precisamente em 1886, foi apresentado um novo enfoque com o objetivo de compreender e interpretar a simbologia fúnebre (abordagem antropológica) de um grupo que, inclusive ainda é aceita nos meios científicos: a de que “os rituais mortuários eram fruto do medo do espírito do morto e eram usados como meio de controle dos vivos sobre estes mortos”. Assim, entende-se que “... as oferendas, as pedras sobre os túmulos e as vestimentas do morto são ilustrações deste temor e tentativas de controle” (RIBEIRO, 2007: 45). O medo da morte e do morto, partindo do modelo exposto anteriormente, já fora percebido em sepultamentos, como aqueles ocorridos durante a Peste Negra em fins da Idade Média na Europa.

Nas primeiras décadas do século XX a Arqueologia Evolucionista continuava, com suas variantes Difusionista e Migracionista, enquanto tendências explicativas, mostrar que o contato cultural entre grupos culturais distintos, causava alterações na difusão e/ou migração de traços culturais de um para outro grupo, numa reciprocidade nem sempre perceptível para os indivíduos dos grupos. Os estudos de práticas mortuárias do período visavam mostrar apenas as tipologias, buscando identificar contatos culturais, semelhanças ou não no processo de enterramento dos mortos. As duas correntes aqui tratadas partem do princípio que grupos étnicos distintos apresentam características culturais (materiais ou imateriais) semelhantes, devido a transferência, amigável ou não, entre os grupos. Para o Migracionismo a difusão dar-se através do deslocamento migratório, enquanto que o Difusionismo admite a hipótese de um contato direto entre grupos, levando a uma suposta imitação ou compilação de certos traços culturais que antes era particular do primeiro grupo. Para os seguidores dessas correntes os túmulos são excelentes indicadores de difusão ou migração de costumes dos processos de sepultamento. Esta vertente pode possibilitar entender e identificar fronteiras culturais, baseado na idéia de que certo grupo cultural dominou uma região e difundiu seu traços culturais na área de ocupação. A grande questão destas correntes talvez esteja em não acreditar na criatividade humana, de inovar de acordo com suas novas necessidades motivadas por fatores diversos: hostilidade do ambiente, aumento demográfico, etc. Trigger (1989: 151) assegura que esta linha pode ser contestada na medida em que não se leva em consideração a capacidade inventiva do homem, e que, de forma simultânea, venha a desenvolver objetos semelhantes em espaços geográficos e períodos temporais diferentes.

Partindo de uma visão Funcionalista, as relações sociais de indivíduos de um dado grupo étnico aparecem durante sua existência, como também se manifestam no momento de sua morte: “a morte desequilibra a organização social, mas não aniquila a personalidade social do morto, apenas a transforma” (RIBEIRO, 2007: 62); assim, através da observação e interpretação do cadáver depositado no jazigo, bem como o material (enxoval) fúnebre que acompanha o indivíduo pode-se, na visão funcionalista, servir de compreensão do status social do indivíduo dentro do grupo. Essa teoria levantada inicialmente por Radcliffe-Brown, em 1922, será adotada e difundida amplamente por Binford na década de 1970. Dessa forma, tem sido nosso objetivo o de demonstrar através dos mortos e da morte como viviam os grupos humanos em dada região da Paraíba.

No geral, a morte desde tempos imemoriais até hoje causa desconforto e, os rituais fúnebres pode ser visto como uma quebra do medo, ou o medo pelo medo, um processo de reintegração dos que ficaram, ou seja, dos que permanecem vivos, frente ao golpe da perda. O evento em si gera emoção, pois é uma manifestação social em homenagem àquele que partiu, sem que o grupo tenha uma explicação lógica. Para o fato o certo é que a solidariedade social foi quebrada, houve um rompimento do elo natural que unia a todo do grupo. Dar conforto ao morto pode ser visto, percebido e apreendido como uma forma de gratidão, tristeza, dor pela partida, mas medo pelo retorno. O ritual pode ser encarado como sendo, também, uma forma de agradar a própria morte, fazendo-a permanecer no suposto lugar que está distante dos vivos.

A partir de 1960, entre em cena uma nova versão da arqueologia com cunho mais interpretativo que irá vigorar no final do século XX e início do XXI. A necessidade em tornar a Arqueologia uma ciência interpretativa e não somente descritiva, partiu de Bennet e Taylor nos anos de 1943 e 1948, respectivamente; foi só a partir de 1962 que Binford consegue a tão essencial reestruturação da Arqueologia, tornando-a uma ciência aberta, realmente interdisciplinar, principalmente por se buscar a união entre a Arqueologia e a Antropologia. Sendo assim, Binford (1962) consegue o inusitado ao sugerir que haja uma compreensão da cultura dos grupos humanos através de sua cultura material, reconstruindo o comportamento humano de tais grupos. A base teórica da Nova Arqueologia baseou-se na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), que passou a ver a cultura não apenas como uma estrutura estática, mas sim como processos que auto se complementam. As alterações no sistema social de um grupo são respostas aos fatores externos e internos ao qual o grupo está intrinsecamente ligado. A Nova Arqueologia possibilita, entre outras coisas, a reconstrução do meio ambiente e a compreensão dos vestígios

dentro de um contexto cultural. O estudo de necrópoles pode fornecer tais dados na medida em que os materiais arqueológicos possibilitam a reconstituição dos subsistemas da organização de um grupo, economicamente, socialmente, politicamente, culturalmente e ambientalmente falando, sendo esta última variável de suma importância no processo dos ambientes passados (paleoambiente) e, portanto, o *modus* de vida das populações.

Fundamental nesse período é a lei denominada de o princípio do Menor Esforço, de Leslie White que parte do princípio que um sítio não está isolado, mas sim faz parte de um contexto macro, pois os grupos humanos necessitam realizar o menos de esforço possível para conseguir o máximo para a sua sobrevivência, daí que, tal lei, serve como referencial para a compreensão do macro, a partir do estudo do micro, que pode ser um simples cemitério indígena, como estamos a abordar a partir do estudo de uma necrópole no Cariri Paraibano.

A partir do estudo de uma necrópole, dentro de uma abordagem dos estudos das práticas funerárias de um grupo étnico, as contribuições para a reconstrução do passado são imensas: afora as explicitadas anteriormente, a reconstrução do paleoambiental mediante a análise de pólen e restos ou vestígios alimentares nas sepulturas, associados aos objetos (enxoval) pode fornecer dados precisos acerca das condições ecológicas do passado. Da mesma forma que a Nova Arqueologia vê nos sepultamentos uma excelente fonte de dados para compreender o mundo pré-histórico, a busca por assentamentos e o estudo do seu contexto torna-se imprescindível nos estudos arqueológicos contemporâneos.

Ponto fundamental que advém com a Nova Arqueologia é o cruzamento de culturas, mediante, por exemplo, o contraste, seja de materiais arqueológicos de supostos grupos étnicos diferentes, ou no contraste das próprias hipóteses levantadas. Portanto, o uso da analogia tornou-se ferramenta indispensável na Arqueologia Processual e Pós-Processual. Pode-se entender a situação sócio/cultural/ambiental de um grupo pouco conhecido mediante comparações com grupos similares já estudados pela ciência.

A questão da análise comparativa em práticas mortuárias foi inaugurado por Ucko a partir de 1969, sistematizando a prática de analogias para entender o comportamento humano.

Binford (1971: 9-10) sinaliza com uma questão de suma importância que vem sendo discutida desde o início do século XX: a vida social. Através do tratamento dado ao corpo pós-morte, bem como, o maior grau de ruptura nas atividades do grupo para inumar o indivíduo, com o objetivo de dar um melhor

tratamento mortuário, pode ser um forte indicador capaz de reconstituir desde a posição do morto no grupo, como o grupo em si e o ambiente em que viveram e morreram.

A morte como fonte de informação

A grande contribuição da Arqueologia das práticas mortuárias talvez esteja em fazer com que os mortos falem pelos vivos, mediante a análise de variáveis como idade, sexo e status social via análise do enxoval fúnebre que por ventura contenha na cova associado ao cadáver. A complexidade de certo grupo étnico pode refletir na representação da morte, via processo de inumação de um indivíduo. O achamento de práticas ritualísticas diferentes numa mesma necrópole pode muito bem mostrar caminhos distintos: primeiro que o grau de complexidade da sociedade evoluiu a tal ponto que se diversificou o sistema de sepultamento da população; segundo, pode indicar que um grupo sobrepujou o outro, impondo seus costumes, enfim sua cultura, mediante a análise de elementos da cultura material que prevaleceu no grupo invadido, o que foge completamente ao que pregava o Difusionismo e o Migracionismo.

A Nova Arqueologia possibilitou através da Arqueologia Comportamental, a possibilidade de reconstruir o comportamento dos grupos humanos que deram origem aos restos arqueológicos. Desde Binford, a partir de 1962, que esta linha vem conseguindo novos adeptos, pois a possibilidade de compreensão do contexto da vida do grupo, oferecendo condições básicas de ler o passado e, a partir daí, traçar o perfil cultural de um grupo. Assim, Marily Simões Ribeiro aponta os cinco princípios básicos capazes de explicar, via material arqueológico, o funcionamento social do grupo, sendo o estudo de necrópoles locais ideais para aplicar tal método: procura, manufatura, uso, manutenção e descarte. Outros processos são vistos como secundários: estocagem, transporte e reciclagem dos objetos manufaturados encontrados em contexto com os esqueletos. Parte-se do princípio de que os vestígios arqueológicos produzidos pela mão do homem podem nos oferecer as condições básicas para conhecer as atividades do grupo que os produziram. A Arqueologia Comportamental considera o material encontrado numa necrópole como sendo ou não de descarte social, em outras palavras, o descarte pode ser visto, também, como materiais que não mais eram úteis para o indivíduo, pois que estava morto, nem mais para o grupo, pois aqueles materiais pertenciam ao que havia morrido, portanto, deveria acompanhar seu dono. Por outro lado, o material encontrado no túmulo pode ser visto, ainda, como uma re-significação do objeto, que perdera sua significação originária e passa a ter uma nova função simbólica, de, por exemplo, acompanhar seu dono numa vida além túmulo.

Foi com Lévi-Strauss, nos anos de 1960, que se cria o processo de ordenamento, possibilitando a classificação das semelhanças e diferenças, essencial para traçar perfis culturais de grupos humanos que habitaram uma mesma região.

A Arqueologia Pós-Processual, uma das tendências a qual tentaremos enquadrar nosso trabalho, surge nos idos da década de 1980, como uma contra-proposta a Arqueologia Processual. A Arqueologia Pós-Processual visa o reencontro com a História, entendendo as sociedades arqueologicamente estudadas via os materiais arqueológicos por estas produzidas, através de uma perspectiva diacrônica, rompendo com a busca por leis universais capazes de explicar universalmente o comportamento humano. Nessa nova perspectiva, cada sociedade tem suas especificidades, com características próprias, geradora de sua própria história. Na Arqueologia Pós-Processual a Arqueologia é postulada como síntese histórica, aproximando-se da Antropologia para melhor compreensão do comportamento do homem em relação ao meio e ao seu próprio grupo. O Pós-Processualismo visa a compreensão mais geral do homem dentro do grupo. Existe a possibilidade não só em descrever os vestígios arqueológicos de um sítio, mas compreender as alterações sociais, políticas, econômicas e ambientais deste e do grupo, numa constante inter-relação de dinamismo social. A Arqueologia Pós-Processual apresenta papel significativo no tocante a compreensão do papel do indivíduo dentro de um contexto arqueológico, ressaltando o papel do indivíduo enquanto agente social transformador da cultura de um certo grupo cultural (RIBEIRO, 2007: 93).

Neste sentido, a cultura material permite, partindo de uma visão Pós-Processual, realizar uma leitura de significados, capaz de interpretar o cotidiano de indivíduos pertencentes a um dado grupo étnico. A Arqueologia Pós-Processual conseguiu sistematizar o estudo da vida através da análise da morte. Os mortos falam aos vivos, “simbolizam a si mesmo, representam aquilo que se quer que se pense sobre a família, sobre o grupo social e sobre o morto” (RIBEIRO, 2007: 96). O sepultamento do corpo é visto como mais uma etapa social e não como um mero resíduo incidental. O funeral é visto como um reflexo da sociedade dos grupos dos vivos, servindo para a (re) construção mesmo que parcial, do mundo dos vivos dos grupos humanos passados.

A Arqueologia Pós-Processual faz largo uso de análises ósseas, o que tem permitido um significado avanço das interpretações a partir de dados provenientes dessas análises; já se observa ser capaz de identificar doenças, dietas, momentos de stress, etc; através da Osteoarqueologia, em suma, da análise dos restos ósseos encontrados nos sítios. O estudo dos ossos de ve ser

precedido do estudo do local onde os mesmos foram encontrados, pois que o meio influencia a qualidade do material ósseo encontrado. Através do estudo químico, por exemplo, dos dentes, pode-se chegar a uma possível dieta do grupo, de modo a poder se chegar a uma provável economia do grupo. Os desgastes dos ossos podem servir como indicativo das atividades cotidianas desenvolvidas pelos membros do grupo. Através de uma análise mais acurada dos ossos, pode-se chegar, por exemplo, via DNA ou C 14, a idade, sexo, doenças hereditárias, etnias, etc.

Serve-se atualmente da análise óssea para se chegar a pistas que sejam capazes de identificar rituais mortuários, como por exemplo, marcas nos ossos podem servir, depois de uma profunda análise, para perceber que instrumentos cortantes foram utilizados para o descarte num ritual secundário pós-morte. Essa análise pode mostrar, também, o perfil de adaptação do indivíduo e por extensão do grupo, ao meio, bem como, através do Número Mínimo de Indivíduo (NMI), quando da impossibilidade em se contar o número de esqueleto, ter uma idéia da quantidade de corpos inumados numa necrópole. Esse tipo de estudo pode, inclusive, chegarem a estudos demográficos de uma região, a partir dos vestígios funerários, sendo capaz de se oferecer estimativas populacionais, relações entre gêneros, taxas de mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, etc. Trata-se de um novo ramo da Arqueologia denominada de Paleodemografia, pouco estudado por sinal. Questiona-se, por exemplo, se uma necrópole pode realmente servir de testemunho ocular para o estudo demográfico, pois nem todos foram ali enterrados; e aqueles que morreram em guerra longe de seus acampamentos (comum desde a pré-história e largamente relatado pela etnografia)? É possível que os mortos inimigos sejam sepultados no território que pereceram? Para Ribeiro (2007: 113), sim, o que geraria o fenômeno da transumância, ou seja, os mortos “de uma mesma população poderiam deixar seus vestígios em diversos locais afastados de suas comunidades de origem”.

Uma necrópole indígena torna-se para o Arqueólogo uma importante fonte de informações. Um sítio cemitério, segundo Binford (1971), Ribeiro (2007) pode ser considerado, ao menos sua estruturação organizacional, um reflexo da organização social do grupo que o produziu. Visto a partir da Teoria do Reflexo, o mundo dos mortos pode ser visto como uma extensão do mundo dos vivos. Uma necrópole não pode ser vista como algo distante, ela deve ser interpretada como uma extensão do grupo étnico que o produziu, que escolheu o lugar para ali depositar seus entes queridos.

Numa visão Pós-Processual, as críticas são muitas com relação a ver um cemitério como reflexo dos vivos que os produziu, pois, segundo Ribeiro (2007: 154), os vestígios materiais encontrados nos túmulos são analisados como reflexos dos vivos, é “manter a visão da cultura material como uma ação fossilizada”. Mas é o próprio Binford quem afirma ser um cemitério um local capaz de refletir uma sociedade.

Referências

BINFORD, L. R. Archeology as anthropology, *American antiquity* 28, 1962. (tradução para o Castellano, **Arqueología como antropología**, publicado en cuadernos de antropologia social y etnologia 3, 41-56, Madrid, 1971.

_____. **Mortuary Practices: Their Study and their potencial.** In: Brown, J.A. 1971.

COLL, Josefina Oliva de. **A resistência indígena: do México a Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores.** Porto Alegre: L 8. Pm Editores, 1974.

LIMA, Janete Dias de. Pesquisas arqueológicas no município de Brejo da Madre de Deus. **Symposium**, v. 26, n.1, Recife, UNICAMP, p. 9-60 il. 1984.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** 5. ed. Recife: UFPE, 2005.

TRIGGER, B. **A History of Archaeological thought.** Cambridge: C. U.P., 1989.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias: Uma abordagem historiográfica.** São Paulo: Alameda, 2007.

Cap. II

Pré-História & Ufologia

Carlos Alberto Azevedo

PRÉ-HISTÓRIA & UFOLOGIA

Carlos Alberto Azevedo

Antropólogo, Chefe da Divisão de Sítios Históricos e Ecológicos do IPHAEP, Sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e da Sociedade Paraibana de Arqueologia.
E-mail: carolusazevedo@hotmail.com .

A presença de objetos voadores extraterrestres na pré-história brasileira foi objeto de vários estudos: Däniken (1969), Ramondot (1985), Brito (1989), Mauro (1995), Trevas (1995), Santos (2003), Luz (2005). Muitos até escritos por arqueólogos. Não deixa de ser fascinante a maioria de suas interpretações à luz da ufologia, porém nada há de científico, são apenas enunciados pseudo-científicos, sem base de sustentabilidade na arqueologia. Ciência que procura a verdade relativa dos fatos (evidências), pois a verdade absoluta não existe:

A arqueologia é uma ciência construída em base diferente das das outras. Valoriza-se os indícios, vestígios de populações pretéritas nisso reside a sua relatividade (PROUS, 2006:41).

A arqueologia trabalha com evidências, indícios, para, então, inferir, deduzir, elaborar novas hipóteses. Mas tudo é provisório, sujeito à mudanças. Uma afirmação feita hoje, poderá ser questionada amanhã – “nisso reside a sua relatividade”, como acentua Prous.

Na teoria arqueológica estão registradas as mais variadas interpretações das evidências arqueológicas – cada corrente imprime uma nova interpretação dos fatos. Da arqueologia processual à pós-processual temos várias abordagens, uma gama enorme de interpretações, contudo, todas elas não fogem à lógica científica – ciência e bom senso andam juntos.

Já na ufologia, vemos o contrário: não há bom senso nem verdade relativa. Predomina a verdade absoluta: os OVNIS existem, logo... O próximo passo é “provar” a influência de extraterrestres no planeta Terra – da pré-história aos tempos atuais. A ufologia trabalha com afirmações irrefutáveis:

As afirmações irrefutáveis não fazem parte da ciência (grifo nosso), mas dos mitos (HAGENBERG, 1973: 38).

Alguns monumentos da pré-história mundial são interpretados por ufólogos como obras de seres extraterrestres: as Linhas da Planície de Nazca, no Peru (linhas quilométricas que se estendem em várias direções, representando seres mitológicos, animais, plantas e pássaros); o Círculo de Pedras de Stonehenge (Inglaterra); os Gigantes de Tiahuanaco (na região do lago Titicaca, na Bolívia); as Esculturas Gigantescas (os moais), na Ilha de Páscoa (Chile); Sete Cidades (PI); a Pedra do Ingá (PB). Todos esses lugares arqueológicos são meca de ufólogos e de arqueólogos à maneira de Indiana Jones. Mas, também, muitos desses lugares foram estudados por cientistas sérios, como Maria Reiche, que pesquisou durante muitos anos as Linhas de Nazca; Alfred Métraux que fez prospecções arqueológicas na Ilha de Páscoa e a arqueóloga Gabriela Martin que dedicou vários estudos à Pedra do Ingá.

A pedra do ingá: obra de extraterrestre?

“Nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo o Brasil atraiu tantas pessoas dispostas a opinar e decifrar, como a Pedra do Ingá, cujo impacto visual impressiona os leigos e desafia a arqueologia” (MARTIN, 1996: 272).

Desafia, também, muitos ufólogos e “arqueólogos” (com aspas), pseudo-cientistas. Muito já se escreveu sobre as Itacoatiaras de Ingá, mas, ainda hoje, não temos um trabalho exaustivo sobre esse monumento rupestre da nossa pré-história.

O que vemos, sim, com frequência, são estudos sem nenhum respaldo científico, como o de Gilvan de Brito: **Viagem ao desconhecido – O segredo da Pedra do Ingá** (1989), “que se enveredou pelo lado visionário do misticismo, para explicar as origens dos sítios rupestres, conseguindo ver nas Itacoatiaras de Ingá possíveis gravuras de seres extraterrestres. Essas visões distorcidas e fantasiosas sobre o povoamento pré-histórico da região podem ser explicados pela pouca relevância científica que se dava à temática, contribuindo para o surgimento e proliferação de pensamentos dessa natureza” (SANTOS, 2006: 62).

Talvez a explicação para isso, seja o aparecimento no Brasil das obras de Erich von Däniken. **Eram os deuses astronautas?**, data de 1969. E um ano depois, em 1970, é editado deste mesmo autor **De volta às estrelas**. Este livro teve duas edições em um ano.

Com Däniken, desencadeia uma onda de irracionalismo que, de certa forma, afetou muitos estudos na área de arqueologia. Passou-se a misturar arqueologia com ufologia. Arqueólogos recorrem à ufologia, como Jacques

Ramondot, na Paraíba. Ramondot era Cônsul Honorário da França, em João Pessoa. Foi o fundador da Sociedade de Pesquisas Arqueológicas da França. Residiu vários anos na Capital e, segundo Brito (1993: 47), “dedicou-se, por alguns anos, ao estudo da Pedra do Ingá”.

Pouco se sabe da presença desse arqueólogo e erudito francês na Paraíba. Sabe-se apenas que ele exerceu certa influência sobre Gilvan de Brito. Em **Viagem ao desconhecido**, há várias menções a Ramondot. Cita também muitos ufólogos e arqueólogos, a exemplo de Charles Berlitz, Pierre Carnac, W.S. Cervé, Ivar Lissner, Patrik Ferrin e Ivan Verheiden, estes dois últimos são autores de **Os grandes enigmas da arqueologia**. Os autores paraibanos citados são Horácio de Almeida (**História da Paraíba**), Ruth Almeida (**A arte rupestre nos Cariris Velhos**) e Leon F.R. Clerot (**Trinta anos na Paraíba**). Refere-se bastante a Jacques Ramondot no **corpus** do seu estudo, porém não o menciona na bibliografia. Outra omissão é Erich von Däniken – não se sabe o porquê dessa omissão. O fato é que as idéias de Däniken e de Ramondot marcaram o texto de Brito.

De Ramondot diz Brito:

O professor Jacques Ramondot não tem uma idéia formada a respeito das inscrições que poderiam representar o testemunho de um culto primitivo às forças da natureza ou, quem sabe, a transmissão gráfica para a posterioridade da visita de astronautas aos indígenas da região. Realisticamente ele diz que gostaria de acreditar em sonhos extraterrestres, ou pelo menos ter provas suficientes para concluir que as inscrições de Ingá foram feitas por seres de outro planeta (BRITO, 1993:46).

Entretanto, é o pesquisador Ramondot (tenha ou não uma idéia formada a respeito das inscrições de Ingá) quem motiva essas idéias pseudo-científicas desenvolvidas pelo autor de **Viagem ao desconhecido**.

Brito envereda-se pelos caminhos do irracionalismo puro, uma espécie de **Holzweg** (Heidegger), para interpretar os enigmas das Itacoatiaras.

Insiste em dizer que a Pedra Lavrada do Ingá é obra de extraterrestre: “Baseado no fato dos registros rupestres poderíamos usar as teorias científicas para supor a presença de enviados de outro mundo galáctico, capaz de transpor-se em velocidade superior à da luz, desembarcando diante da Pedra do Ingá e registrando sua passagem através de escritos cujos significados ainda hoje vão além dos nossos conhecimentos.

(...) A idéia da presença de extraterrestres no Ingá pode parecer absurda, porém esta é uma possibilidade que não deve ser afastada, diante de alguns indícios: quando os portugueses aqui chegaram foram informados da existência das inscrições de Ingá e verificaram que na época os habitantes da região, os índios Cariris, encontravam-se na Idade da Pedra Polida, desconhecendo o metal ou qualquer outro instrumento capaz de realizar com sucesso os simétricos e profundos traços, de perfeito talhe e excelente polimento.

(...) Estimulando a nossa imaginação, vamos encontrar, no painel vertical da Pedra do Ingá, um pictograma que lembra uma nave espacial, centrada entre as principais inscrições, incluindo entre os quatro maiores ideogramas de todos quanto são observados (BRITO, 1993: 57:58).

Essa é a mesma opinião do ufólogo Gilberto Santos, presidente do Centro Paraibano de Ufologia. Ele “acredita que os registros gráficos do Ingá foram feitos com uso de raio laser por alienígenas há milhares de anos, quando supostamente visitaram a Terra” (BRITO, 2006:2).

Nota-se que Gilvan de Brito e Gilberto dos Santos distanciam-se de pesquisadores sérios, para dialogar com Däniken e outros autores. Todos eles sem nenhum reconhecimento por parte da comunidade científica.

Em 1995, chega ao Brasil, o jornalista e pesquisador espanhol Pablo Villarubia Mausó, para fazer pesquisas e reportagens sobre a Pedra do Ingá e outros lugares arqueológicos do Estado da Paraíba.

Mausó militava há vários anos no jornalismo científico arqueológico, chegando a publicar várias matérias sobre arqueologia e ufologia, inclusive no *Globo Ciência*. Viajou pela América Latina e Norte da África, à procura de informações sobre OVNI e evidências de extraterrestres em sítios históricos e arqueológicos, como Machu Picchu (Peru).

A contribuição de Mausó deixou muito a desejar – até mesmo como jornalista – seu jornalismo “científico” apelou para o sensacionalismo. O resultado de suas pesquisas foi publicado numa revista espanhola: **El misterio da Paraíba, en busca de OVNI e inscripciones prehistóricas en Brasil** (Revista Enigmas del Hombre, 1995).

Mausó defende a tese de que “o fenômeno dos discos voadores aparece mais em locais ermos ou em locais que existam registros arqueológicos ou

fenômenos paranormais” (AZEVEDO FILHO: 1995:6). Por isso, limitou, então, a área de suas pesquisas a Ingá e Cabaceiras.

Quanto a pesquisa de Mali Trevas no sítio rupestre de Ingá, em 1995, pouco somou aos estudos da Pedra Lavrada. Fez várias escavações paleontológicas no município, escavações que não levaram a nada – “toda escavação é destruição”.

A arqueóloga Trevas foi quem deu apoio científico a Pablo Villarrubia Mauso na Paraíba:

Mali Trevas, a lém de não deixar textos referentes às suas pesquisas, acabou por dirigir sua vitalidade e conhecimentos para meios sensacionalistas. Servindo de guia para ufólogos amadores estrangeiros, não se importando se seu nome se envolvia em matérias jornalísticas de cunho especulativo sobre colonização extraterrestre ou conjunturas platônicas na Paraíba (BRITO, 2006:2).

Realmente, “nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo Brasil, atraiu tantas pessoas dispostas a opinar e decifrar, como a Pedra do Ingá” (MARTIN, 1996).

É lamentável, porém, que muitas dessas opiniões não correspondam à realidade dos fatos – muitas interpretações fogem à lógica e ao bom senso.

Falsas evidências de extraterrestres na Pré-História da Paraíba

As pesquisas dos ufólogos não se limitam apenas às inscrições pré-históricas de Ingá, eles procuram outras evidências de extraterrestres em vários lugares da Paraíba.

De fato, os pesquisadores ligados à teoria dos extraterrestres de Erich von Däniken, produziram muitos textos para provar a presença de inteligências extraterrestres na nossa pré-história.

Principalmente, textos sobre inscrições rupestres que, para os ufólogos, elas narram a vinda de seres alienígenas a nosso planeta:

LOCAIS DAS GRUTAS OU CAVERNAS	TIPOS DE PINTURAS OU DESENHOS EXISTENTES	ANOS DE ANTIGUIDADE
ALTAMIRA SANTILLANA DEL MAR SANTANDER (ESPAÑHA)		12.000 à 10.000 a.C.
LA CULLAVERA RAMALES SANTANDER (ESPAÑHA)		12.000 à 10.500 a.C.
LA PASIEGA PUENTE VIESGO SANTANDER (ESPAÑHA)		13.000 à 10.500 a.C.
LES CHIMINEAS PUENTE VIESGO SANTANDER (ESPAÑHA)		20.000 a.C.
COGNAC PAYRIGNAC-LOT (FRANÇA)		15.000 a.C.
LES COMBARELLES LES EYZIES DORDOGNE (FRANÇA)		12.000 à 10.500 a.C.
LES TROIS FRERES MONTESQUIEU AVANT- TESARIEGE (FRANÇA)		12.000 à 10.000 a.C.
IBEX ARIEGE (FRANÇA)		12.000 a.C.
PIED-MON-PAIR MARCAMPS GIRONDE (FRANÇA)		30.000 à 20.000 a.C.
PIED HERLE L'E CRABIE RET'S LOT (FRANÇA)		15.000 a.C.
USSAT ARIEGE (FRANÇA)		15.500 a.C.
VILLARS DORDOGNE (FRANÇA)		15.000 a.C.

Devemos destacar também uma certa fonte de provas para atestar a presença de inteligências extraplanetárias na aurora da humanidade terrestre: as pinturas rupestres, formadas por desenhos feitos ainda na pré-história, em grutas, cavernas ou mesmo em rochas dispersas. Além da importância arqueológica, a manifestação artística de nossos antepassados constitui uma excelente forma de notarmos a antiguidade da presença de extraterrestres na Terra (LUZ, 2005:24).

Voltam-se esses pesquisadores, quase sempre, para edificações gigantescas da pré-história. No caso da Paraíba, não há essas edificações, então, a Muralha do Meio do Mundo serve como objeto de pesquisa.

A Muralha do Meio do Mundo

A Muralha do Meio do Mundo é uma imensa formação rochosa natural e retilínea que atravessa vários municípios do Cariri paraibano, numa extensão de aproximadamente 115 quilômetros.

“Merece destaque uma forma de afloramento, alinhado e descontínuo, conhecido como a Muralha do Meio do Mundo, bem observada no município de São João do Cariri. Corresponde a intrusões de rochas de características graníticas (granitos alcalinos-sienitos) que se salientam no relevo por se apresentarem mais resistentes à erosão diferencial” (RODRIGUEZ, 2000:11).

A Muralha do Meio do Mundo, com um recorte brusco no relevo, apresenta formas bizarras. A leitura dessa formação geológica é bastante rica: “obra de holandeses”, “ruínas de um antigo aqueduto feito por fenícios”, “muralha construída por extraterrestres”. A Muralha do Meio do Mundo, hoje, faz parte do imaginário popular do Cariri.

Há quem veja nessas formações rochosas antigos monumentos - dolmens. Marco territorial, usado por povos pré-históricos. Questiona-se, principalmente, quem empilhou cada menir. Pedras que pesavam várias toneladas.

Gilvan de Brito se refere à Muralha do Meio do Mundo como um “grande enigma, tão significativo do ponto de vista arqueológico quanto o da Pedra do Ingá” (BRITO, 1993:109).

Não se trata de um enigma arqueológico. Não há quase manifestações culturais em muitas áreas da Muralha. Vamos encontrar apenas três sítios rupestres. Sendo o mais importante deles o sítio Picoito.

Brito enfatiza que a Muralha é obra humana. Sugere nas entrelinhas a idéia de um enorme aqueduto na região dos Cariris Velhos. Mas quem o fez? Como foram transportados os enormes blocos para o local? Quem, na época, teria tecnologia para executar um aqueduto? Segundo a lógica de Brito, foram os deuses astronautas.



Pinturas rupestres do sítio Picoitos, município de São João do Cariri-PB

As Inscrições Rupestres da Fazenda Serra Branca

Voltemos, ainda, às idéias de Gilvan de Brito que, a todo custo, quer reconstruir o passado pré-histórico da Paraíba, centrado na teoria de Erich von Däniken.

Brito e Däniken procuram sempre preciosidades arqueológicas – estão interessados mais nas singularidades do que nos fatos arqueológicos puros, que falam por si mesmos. Lidam com inúmeros indícios, oriundos de várias partes do mundo. De Stonehenge, perto de Salisbury, na Inglaterra, à Pedra do Ingá, no interior da Paraíba.

Ambos autores manipulam a informação arqueológica com tendenciosidade, para provar, em alguns casos, o registro de povos extraterrestres na pré-história. Para isso, recorrem à pintura e gravuras rupestres. Däniken retira seus exemplos dos sítios arqueológicos de Val Camonica, Itália e vários outros sítios situados na África. Já Brito, para sua exemplificação, recorre à Pedra do Ingá e alguns sítios pré-históricos localizados em Vieirópolis-PB.

Trabalham com interpretações de pinturas e gravuras rupestres – tentam visualizar (identificar?) nos desenhos rupestres seres vestidos de cosmonautas. Vultos gigantescos talhados em nichos rochosos da Rodésia, ou nos matacões do Sertão.

Vejamos, primeiramente, a leitura de Däniken, de alguns painéis de sítios rupestres:

A figura desenhada nesta pintura rupestre, em Ti-n-Tazarift, no Tassili, parece vestida de um macacão bem colante de astronauta, com instrumentos de comando nos ombros e varetas de antenas no capacete protetor (DÄNIKEN, 1970:32).

E ainda:

No sítio pré-histórico do Tassili, no Saara: vêem-se vultos em roupagens estranhas. Portam capacetes redondos e antenas sobre a cabeça e parecem flutuar sem gravidade, no espaço (...) Cinco figuras flutuantes que acompanham a esfera portam capacetes nas cabeças, boinas agarradas, brancas com pingos vermelhos, ou vermelhas, de pingos brancos; são notoriamente, capacetes coloridos. Capacetes de astronautas (DÄNIKEN, 1970:81-83).

As pinturas descritas por Däniken poderiam ser cenas de caça, ou figuras de caçadores-coletores do Paleolítico Superior, participando de algum ritual. Gilvan de Brito usa a mesma metodologia de Däniken – uma pretensa antropologia visual que “pinça” imagens. Essas imagens (antropomórficas, zoomórficas, fitomórficas) são selecionadas, conforme o interesse do pesquisador: vejo aquilo que quero ver. Tendência muito comum entre arqueólogos que analisam painéis rupestres. O melhor exemplo disso é a interpretação das **Procissões dos homens e mulheres para cena do parto** – Lagoa Santa, Minas Gerais (cf. GASPARG, 2005:72).

Utilizando a mesma técnica (“vejo aquilo que quero ver”), Brito usa os registros rupestres da fazenda Serra Branca, em Vieirópolis, para provar a teoria da presença alienígena no Sertão:

Os litóglifos estão insculpidos na entrada de uma caverna, até uma altura de dois metros, a oeste da formação rochosa (...). Vê-se figura parecida com um OVNI tendo ao lado o que se assemelha a duas pessoas. Acima, o mesmo objeto não identificado, de antena recolhida, no ar, antes de penetrar numa formação de nuvens. No alto, formações que lembram duas constelações (BRITO, 1993 : 95).

A suposta nave espacial com dois seres alienígenas, descrita pelo autor de **Viagem ao desconhecido**, não difere muito das imagens interpretadas por Däniken, no sítio pré-histórico do Tassili.

A crença em extraterrestres leva a tendenciosidade. Há uma falsa percepção dos litóglifos. Quase todo ufólogo acredita que muitos registros rupestres descrevem seres alienígenas que visitaram a Terra.

Brito (1993:96) termina sua incipiente análise, afirmando que o painel das inscrições da fazenda Serra Branca “lembra a subida de uma nave espacial”.

Infelizmente, os possíveis códigos de comunicação dos caçadores-coletores, ou seja, os registros rupestres, foram “traduzidos” como evidências da presença alienígena no nosso planeta.



Pinturas de Serra Branca

Considerações Finais

Questiona-se a postura de ufólogos e “arqueólogos” em relação a pré-história. Mas não se tentou corrigir nenhum modelo de pré-história, como o fez acertadamente Belarmino Alves (2006): **Que pré-história queremos para a Paraíba?**

O objetivo principal deste estudo foi criticar a atitude pseudo-científica que se tem diante das materialidades culturais – interpretações da pré-história regional à luz da ufologia.

Essas interpretações não têm base de sustentabilidade na arqueologia – são dados anedóticos que, quando muito, fazem parte da arqueologia fantástica. Fogem à lógica e ao bom senso.

Partiu-se das interpretações de Däniken que influenciou vários estudiosos da pré-história no Brasil. A teoria ufológica de Däniken teve muita aceitação na Paraíba, principalmente entre arqueólogos – Mali Trevas e Jacques Ramondot – também influenciou outros pesquisadores: Gilvan de Brito e Zilma Ferreira Pinto, autora de **Nas pegadas de São Tomé** (1993).

Outra influência que se constatou foi a exercida por Mauro (1995), com sua arqueologia fantástica – aguçou a imaginação de ufólogos na Paraíba. Mauro foi responsável por falsas interpretações de monumentos arqueológicos. Da Pedra do Ingá às pinturas rupestres de Boqueirão.

Mas o exemplo mesmo de má-interpretação da pré-história local nos foi dado por Brito, no seu estudo **Viagem ao desconhecido**. Com este texto, originou-se uma série de interpretações errôneas sobre a Pedra Lavrada do Ingá.

Referências

ALVES, Carlos Antonio Belarmino. Que pré-história queremos para a Paraíba? In: SANTOS, Juvandi de Souza (Org.). **Pré-história: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: JRC, 2006.

AZEVEDO FILHO, Carlos Alberto Farias de. Espanhol pesquisa Pedra do Ingá. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 19 de dezembro de 1995.

BRITO, Gilvan de. **Viagem ao desconhecido**. Os segredos da Pedra do Ingá. 3 ed. Brasília: Gráfica do Senado, 1993. p. 47-109.

BRITO, Vanderley de. **História da arqueologia na Paraíba**. Monografia. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2003.

_____. As pesquisas de Mali Trevas na Paraíba. **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 2, 22 de agosto de 2006.

DÄNIKEN, Erich von. **Eram os deuses astronautas?** Enigmas indecifrados do passado. 6 ed. Tradução E.G. Kalmus. S. Paulo: Melhoramentos. 1970.

_____. **De volta às estrelas**. Argumentos para o impossível. 2 ed. Tradução: Else Gray Kalmus. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. Rio: Zahar. Ed., 2003. p. 72.

HAGENBERG, Leônidas. **Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 38.

LUZ, Luiz Ricardo da. Ufologia na pré-história. **ALIEN. Revista de Pesquisas Ufológicas**, São Paulo, 2005.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 272.

MAUSO, Pablo Villarubia. El mistério da Paraíba. **Revista Enigmas del Hombre**, Madrid, n. 7, 1995.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 41.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Conhecendo o Cariri**. Recife: Gráfica Liceu, 2000.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Paraíba: da pré-história ao início da colonização**. Campina Grande: JRC, 2006. p. 62.

Cap.III

As itacoatiaras e os megálitos

Luiz Galdino

AS ITACOATIARA E OS MEGÁLITOS

Luiz Galdino

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Como é que o homem do paleolítico, caçador e coletor por excelência, que precisava lutar diariamente pela sobrevivência e que enfrentava os rigores do inverno glacial, protegido por sumárias peles de animais, podia se entregar ao luxo de fazer arte? Esta foi quase sempre a questão, que assaltava de imediato o pensamento de quem quer que tenha se colocado diante de uma pintura numa caverna dos Pirineus.

Frente ao realismo impressionante de cenas em que os rebanhos de bisontes pastavam com ar bucólico e bandos de renas davam a impressão de saltar sobre o visitante apalermado, conseguimos entender, até certo ponto, a acusação de fraude lançada contra Marcelino de Sautuola. Acabrunhado, o descobridor de Altamira viria a falecer antes que novas descobertas na França convencessem os estudiosos que aqueles conjuntos pintados constituíam, de fato, exemplares de uma arte invejável, cujas origens recuavam a cerca de 35 mil anos atrás.

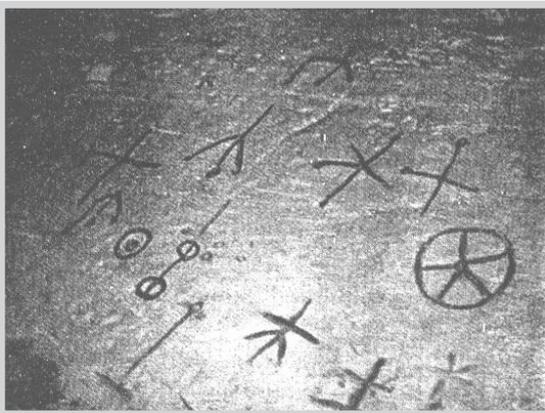
Ao final do século XIX, dominados por uma idéia equivocada de uma “arte pela arte”, não imaginavam os especialistas que, longe de constituir luxo ou lazer, aquelas pinturas, concrecionadas nas profundezas das cavernas, constituíam não a decoração, mas um instrumento da crença mágica, que respondia pela sobrevivência e persistência das espécies animais e dos próprios clãs. Como a magia manifestou-se em todo o mundo primitivo, a arte que lhe servia de instrumental acabou por atingir dimensões universais; e o Brasil não seria exceção.

Nos anos 70, quando nos pusemos a campo, a fim de realizar uma pesquisa sobre a arte rupestre pré-histórica, fomos surpreendidos pela imensa riqueza do acervo. Naquele tempo, quando a divulgação desse material se limitava a publicações em boletins e revistas de circulação acanhada produzidas por museus e universidades, as cópias dos registros evidenciavam muito mais o estilo do copista que o do artista. Na realidade, descobrimos, este acervo compunha-se de elementos diferenciados: pinturas policromáticas em que predominavam os zoomorfos, correspondentes à Arte das Cavernas na Europa; registros de caráter esquemático, pintados e gravados ao ar livre, que recordavam de imediato a Arte da Espanha Levantina; e, finalmente, os exemplares que marcavam a transição entre os dois momentos artísticos.

A grande surpresa, entretanto, nos aguardava na Paraíba. Para lá nos dirigimos, atraídos por duas ocorrências que, até hoje, se contam entre os

referenciais mais singulares da arte rupestre no país. A Pedra do Retumba, que deve seu nome ao seu descobridor, o engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba, e que vinha sendo reproduzida de forma recorrente em escritos sobre as “itacoatiaras” dos nossos indígenas. Apesar de desaparecida sob as águas de um açude, sua imagem tornou-se tão popular, que acabou por confundir-se com a fictícia “Pedra Fenícia da Paraíba”, cuja inscrição um ex-diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro traduziu, referendando a suposta descoberta do país pelos fenícios. A pedra original, no entanto, jamais foi encontrada, fazendo crer que tudo não tenha passado de uma fraude. Aliás, não teria sido a única.

Viajamos com destino à Paraíba em 1970. Seguimos diretamente para Pedra Lavrada, município onde se encontrava o monumento, desconhecendo que a Pedra do Retumba se achava submersa no açude formado com as águas do rio Cantagalo. Desconhecíamos, também, que, naquele ano, a região do Seridó paraibano havia enfrentado uma das secas mais terríveis dos últimos anos, circunstância que nos permitiu deparar com o açude seco e com a pedra livre de água e lama.



Registro da Pedra de Retumba por nós recolhido em 1970

Apesar de alguns “reforços” executados recentemente na pedra com auxílio de “tauá” e carvão misturados a óleo vegetal e da decomposição superficial do suporte, o registro deixava patente que o engenheiro Retumba havia realizado uma cópia que beirava a perfeição. Publicamos duas ou três fotos, junto a um artigo na revista SENHOR (Editora Três – SP), e nunca nos passou pela cabeça o caráter exclusivo daquele registro. Só muito recentemente, numa troca de idéias com alguns companheiros da SPA, tivemos ciência de que talvez sejam elas as únicas fotos existentes da decantada Pedra do Retumba.

Nós nos referimos, linhas atrás, que fomos levados à Paraíba, em virtude de dois referenciais singulares. O segundo, naturalmente, correspondia à Itaquiara de Ingá. O monumento havia se tornado onipresente para mim, não apenas pela sua representatividade, mas também em face da diuturna atenção que lhe dedicava o amigo José Anthero Pereira Júnior, professor da cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, na Universidade de São Paulo, e grande

divulgador do Monumento fora da Paraíba. O conjunto principal havia sido gravado em baixo-relevo, no dorso vertical de um bloco de gnaiss de cerca de 24 metros de extensão por 3 de altura, situado de costa para o riacho Bacamarte. Além deste, havia um painel na parte superior do bloco, e um terceiro, gravado no lajedo, aos pés do painel principal.

Estas ocorrências paraibanas – a Pedra do Retumba e a Itaquiara de Ingá – causaram-nos uma surpresa muito vívida. Afinal, as manifestações naturalistas e esquemáticas podiam ser encontradas em vários locais; e, na Paraíba, ao contrário, nos vimos diante de um signário diverso, já pronto e definido, que se circunscrevia praticamente àquele Estado. Os exemplares raros do Seridó potiguar e interior de Pernambuco constituiriam apenas extensões naturais daquela central geradora; afora o que se percebiam raras afinidades em exemplares distantes, como as gravuras de Florianópolis e ilhas circunvizinhas; e as enigmáticas gravações de Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia.

De certo modo, era como se a Paraíba constituísse uma ilha, que teria limitado ao seu espaço um estilo próprio brotado ali mesmo, o que não é verdadeiro. As diferenças perceptíveis entre o monumento de Ingá e as inscrições de Picuí, Pedra Lavrada, Serra Branca e Campina Grande, por exemplo, não mostravam as fases de um processo. De fato, umas são mais pobres, outras mais ricas, por uma circunstância qualquer; porém os elementos utilizados em todas elas compõem o mesmo signário. Em se procedendo a datações naqueles sítios, teríamos, muito provavelmente, a mesma antiguidade para todos os conjuntos.

De resto, basta olhar para a Pedra de Ingá e o acervo do resto do país, para entender que, salvo as raras afinidades propostas, temos ali a manifestação de uma cultura intrusiva. E não acreditamos, como querem inclusive arqueólogos de certo renome, que seriam os Cariri os responsáveis por este aporte cultural. Neste caso, deveríamos encontrar concreções similares no interior do Ceará, no vale do rio São Francisco e rio Paraguaçu, na Bahia, o que não acontece.

Outro aspecto que nos surpreendeu naquela época foi a flagrante afinidade da tipologia daquele signário com manifestações do neolítico europeu. Queremos registrar, a propósito, a nossa satisfação diante de artigo recente, em que o antropólogo Carlos Alberto Azevedo, companheiro de SPA, levanta questão parecida, criticando a tendência de se ignorar a periodização com base na tradição européia, cambiando-a por uma “tendência esquemática e estéril, que divide a nossa pré-história por regiões”. E, desde aquele momento, vimos chamando a atenção para a similaridade de Ingá e da Paraíba em geral com as manifestações do neolítico e a cultura de megálitos, o que dá na mesma.

Diante daquele signário presente no Retumba e no Ingá, ocorreu-nos que ele continha evidentes conotações astronômicas, embora acreditássemos, então, que seus autores estariam mais para cronistas dos eventos do que para astrônomos. Mais importante, no entanto, concluímos que aquele signário de caráter neolítico pressupunha a existência de megálitos em nosso território e na Paraíba em particular. Dois anos depois, publicaria um artigo expondo estas idéias numa revista de São Paulo. À pergunta – título do artigo “Eram os índios astrônomos?”, respondeu-me o doutor Francisco Pessoa Faria num bilhete lacônico “Sim, Galdino. Os índios eram astrônomos!” E instruiu-me, durante algum tempo, através de cartas, antes de publicar seu interessante livro.

Eu propunha, ainda, que os componentes daquele signário que se repetia ao longo de toda a Paraíba poderiam compor um sistema pictográfico-ideográfico, no que contava, de certo modo, com o referendo do professor Anthero Pereira. Com ousadia maior, ele defendia que as inscrições representavam um sistema ideográfico, bastante similar às tabuinhas “koaurongo-rongo” da Ilha de Páscoa. No ano seguinte, o engenheiro José Benício de Medeiros publicaria artigo no qual tentava datar o monumento de Ingá. E na década de 80, surgiria o artigo do arqueólogo espanhol Pavia Alemany, que via a pedra como um calendário solar; e a referida publicação de Pessoa Faria.

Se um sistema misto pictográfico – ideográfico é utilizado para anotar eventos sociais e cotidianos ou observações de cunho astronômico, não muda grande coisa. Ademais, acreditamos hoje que, embora as conotações astronômicas sejam evidentes e se refiram a observações celestes visando a criação de calendários, com certeza elas não serão as únicas. Principalmente a Pedra do Ingá deve ter servido a outros propósitos. De qualquer modo, ao cogitar da existência de megálitos no Brasil pré-colonial, fui pesquisar, primeiro, na mitologia indígena.

Encontramos várias referências a “bancos de pedra”, “banco dos pajés”, “banco dos espíritos”, alguns associados a marcas de pés gravados nas rochas e ou inscrições atribuídas a Caru, Izi e Macunaima, iniciadores solares da região amazônica, e a Sumé, o civilizador máximo dos Tupis, de âmbito nacional. Para que se tenha uma idéia da sua importância para a região da Paraíba, seu nome foi dado a um município. E na crônica colonial, encontramos inúmeras referências a monumentos megalíticos, descobertos inclusive na Paraíba.

Segundo Brandônio, autor anônimo dos “Diálogos das Grandezas do Brasil”, as inscrições descobertas pelo capitão-mór Feliciano Coelho de Carvalho, à margem do rio Araçuaigipe, achavam-se gravadas no dorso de pedras que compunham um rústico monumento.

“... toparam nas suas fraldas com uma cova da banda do poente, composta de três pedras, que estavam conjuntas umas com as outras, capaz de poderem se recolher dentro quinze homens;... O que de tudo era de maior

consideração era o estar entre duas pedras muito grandes uma que botava a borda sobre as outras arcadamente, como estarem tão juntas, que por nenhuma parte davam lugar a se meter o braço”. A “cova” formada pela perfeita junção de três pedras, duas de apoio e uma como tampo, corresponderia a um dólmen de confecção simples.

Em sua obra sobre o governo de Maurício de Nassau no Brasil, afirma Kaspar Barleus que, a caminho da Serra da Cupaoba, viram como que pedras de moinho perfeitamente circulares e de estupendo tamanho. Mediam 4,80 metros de diâmetro e era tão considerável a sua espessura que apenas a metade dela podia ser alcançada pelas pontas dos dedos de um homem de pé no chão. Por sua vez, quando Elias Herckmans chegou à aldeia de onde os portugueses haviam expulsado os índios Potiguares, “viram novamente pedras de desmesurada grandeza, amontoadas pelas mãos do homem, as quais possui também a região de Drent, na Holanda, para onde não se crê tenham sido carregadas por força humana por causa do seu volume. As tais pedras pareciam-se altares”.

Entre os possíveis megálitos paraibanos existiu um de conformação especialmente interessante que desapareceu em época recente. Segundo relato do confrade Aduato Ramos, secretário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o monumento em questão situava-se em terras do Engenho Cafundó, que pertenceu à sua família, e que se tornou conhecido pelo nome de Pedra Aguda. O nome dado conferia com sua forma: um menir de dois metros com a extremidade apontada formando ângulo agudo; na sua superfície achavam-se gravados uma marca de pé, uma pata de animal e uma cruz. Ao ser destruído, causou admiração a descoberta de que o menir estava soldado a uma pedra esférica de grandes dimensões, que permanecia totalmente oculta sob a terra.

O termo megálito, bem como a forma adjetiva megalítica, são aqui tomados no seu significado genérico, para designar monumentos erigidos com o concurso de pedras rudes. Originalmente, devemos esclarecer, a palavra megálito subentendia um monumento elevado com pedras de grande volume, do grego mega (grande) + litos (pedra). Hoje, no entanto, seu uso estende-se a qualquer tipo de monumento construído com pedras, ainda que de pequenas dimensões. E o “menir”, vocábulo bretão para “pedra levantada”, constitui o megálito de estrutura mais simples: um pilar de pedra fincado verticalmente no solo. Em nosso país, o menir solitário é raro, sendo encontrado regularmente reunido, originando linhas retas, círculos e formas geométricas variadas.

Menires, dólmens e principalmente alinhamentos de pedras, apontando para a posição em que o Sol nasce no primeiro dia do inverno (solstício), têm sido descobertos no Roraima e Amapá, Goiás, Maranhão e Piauí, Paraná e Santa Catarina. E provavelmente eles existem também na Paraíba; o signário rupestre daquele estado é uma indicação segura disso. A exemplo do menir de Sapé

(Pedra Aguda), é possível que monumentos desta ordem tenham sido destruídos na esperança de que demarcassem o local de ocultos tesouros flamengos ou jesuíticos. No entanto, devem existir outros, com certeza, que somente se mantêm anônimos porque ainda não os associaram à sua verdadeira realidade.

Referências

ALEMANY, Francisco Pávia – El Calendário solar de la Pedra de Ingá. **Boletim do CBA**, Rio de Janeiro, 1986.

AZEVEDO, Carlos Alberto. Para entender a escritura neolítica... In: **Pré-História: Estudo para a Arqueologia da Paraíba**, J. Pessoa, JRC Editora, 2007.

BRITO, Vanderley de. **A Pedra do Ingá: itacoatiaras na Paraíba**. João Pessoa, JRC, 2007.

FARIA, Francisco Pessoa. **Os astrônomos pré-históricos do Ingá**. São Paulo, Ibrasa, 1987.

GALDINO, Luiz – **Itacoatiaras: uma Pré-história da Arte no Brasil**, Editora. Rios, São Paulo, 1988.

_____, **O Segredo das Itacoatiaras**. São Paulo, Revista Paulista de Arqueologia, 1983.

HERCKMANS, Elias: Descrição Geral da Província da Paraíba, In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, Tomo V, Recife, 1886.

LEROI-GOURHAN, André. **Pré-histoire de l'Art Occidental, Études Antropologiques** – Paris, 1958.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3ª Edição - Recife, Editora Universitária UFPE, 1999.

MEDEIROS, José Benício de. Tentativa de determinação da época. **Boletim do CBA**. Rio de Janeiro, 1974.

PEREIRA JÚNIOR, José Anthero. **Introdução ao Estudo da Arqueologia Brasileira**, Editora Bentivegna, São Paulo, 1967.

Cap.IV

Evolução da arqueologia e a falta de compromisso governamental

Carlos Antonio Belarmino Alves

EVOLUÇÃO DA ARQUEOLOGIA E A FALTA DE COMPROMISSO GOVERNAMENTAL

Carlos Antonio Belarmino Alves

Professor do Campus III da UEPB e Membro da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

A Arqueologia (do grego *archaios*: antigo, *logos*: ciências) é, na sua essência, a ciência que estuda a antiguidade. Porém o seu sentido mudou muito durante o passar do tempo. Ela passou do estudo dos poetas gregos pelos romanos à ciência dos monumentos da Antiguidade Clássica, no século XIX.

Desde sempre o homem se espelha em seu passado. Poderíamos citar inúmeros dentre outros pioneiros que se preocuparam em registrar a história dos homens como Homero (século IX a.C), Tucídides (470-401), Heródoto (485?-420 a.C) o pai da história, como ficou conhecido, Aristóteles (384-322) ou mesmo Platão (428/427 a.C) que imortalizou a lenda de Atlântica em seus diálogos e que hoje estudiosos, como o geólogo Jim Allem, acreditam, embasados na interpretação dos escritos de Platão, estudos topográficos e achados escravos no altiplano boliviano, que a mítica ilha-continente seja a América, porém a Atlântica está nos olhos de quem à vê. A própria Bíblia, como um diário da Antiguidade, nos dá precisas referências aos tempos pretéritos da humanidade. Seja como for, cada qual à sua maneira deu sua contribuição na construção das disciplinas afins da Arqueologia.

Apesar de alguns autores estabelecerem limites temporais entre a arqueologia a história, ou simplesmente restringi-la ao estudo dos povos sem escrita, “na verdade, a arqueologia chega até ontem. Não pode ter limite enquanto houver um Hoje e um Amanhã” (Louis Frédéric, 1980, p.21) e se propõe a “estudar todos os documentos, que possam trazer algum luz ao passado do homem, independentemente da sua natureza” (Idem, p.20). Assim, podemos ver a atualidade como “formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais (...). Por isso, o momento passado está morto como tempo, mas não como espaço” (SANTOS, 2004), entendendo o espaço como a marca visível do tempo, marcas naturais ou antrópicas. São essas marcas que estuda o arqueólogo.

Por ser uma disciplina bastante abrangente, a arqueologia se confunde com outras afins como a História, a História da Arte, Antropologia, a Paleontologia, dentre outras, contudo, ela se distingue das demais pelos seus fins e métodos. Enquanto um historiador vê o achado como uma obra de arte e seu conteúdo estético, o arqueólogo enxerga como uma peça de um quebra-cabeça, uma ponte para a elucidação do passado e “se interessara pela arte da história que desapareceu. Irá buscar-lhes os traços, observá-los-á e tirará deles deduções” (Louis Frédéric, 1980, p.19).

Na Arqueologia há inúmeras divisões. A que nos interessara, no momento, é a Arqueologia pré-histórica. Sendo esta dedicada aos vestígios das culturas sem escrita. Mesmo que o termo pré-história possua um teor preconceituoso como se a falta de escrita significasse falta de cultura, ou seja, de história, nesse sentido os povos antigos sem escrita não teriam história, viveriam antes dela. O que só viria a acontecer, no nosso caso específico das Américas, com a colonização européia. Porém, os indícios de abstração do Homem “Pré-histórico”, ou melhor, Pré-colombiano, como por exemplo as Pinturas e Gravuras Rupestres, indicam uma rica e bela cultura.

É um de nossos intuitos podermos contribuir, mesmo que infimamente, com a reconstrução sócio-cultural de nossos antepassados, conhecer seus meios técnicos e entender estilos de vida não como de um selvagem, mas como o de um ser humano que modificava o espaço a partir de suas necessidades.

André Parrot em seu livro *L'archeologie* (1976) publicado no Brasil, um ano mais tarde, com o título: *Introdução à Arqueologia*, indaga se seria definitivo, o que ele chama de, a “derrubada do muro do silêncio” que separava a Arqueologia do “grande público”. Ele relata as dificuldades de se publicar artigos na França sobre as descobertas arqueológicas no início do século XX. Entretanto, no final da década de 1960, passaram a aflorar, sobretudo naquele país, publicações sobre o tema.

Seguindo esse movimento no Brasil, foram impressos por editoras vários artigos e livros os quais, quase sempre, eram impressos por editoras universitárias e museus, vocação observada até os dias atuais. Isso de modo algum veio a vulgarizar o conhecimento científico, como pensavam alguns contemporâneos de Parrot, e sim sociabilizá-lo, fazendo com que toda a sociedade regozije-se com os achados e não apenas um seletos grupo de letrados.

Arqueologia Brasileira

No Brasil, os relatos de gravuras rupestres remontam o início da colonização, como os de Feliciano Coelho de Carvalho, na Paraíba, em 1598, e os relatórios do Pe. Francisco Correa Tales de Menezes na sua “Lamentação Brasília”. Porém: “As primeiras descrições de figuras rupestres, de forma mais científica, apareceram no século XVIII no Brasil, ainda que, paralelamente a esses relatos, continuem a divulgação da visão fantasiosa da arte rupestre” (SANTOS, 2007, p.12).

Essas primeiras referências, apresentadas com um olhar científico, foram feitas por Charles-Marie de “La Condamine” na região da Amazônia na década de 1730, ainda que com uma visão fantasiosa dos achados, o que ainda hoje pode ser observado.

Porém, só com o dinamarquês Peter Lund e suas descobertas na Gruta da Lagoa Santa (MG), em 1834, veio despertar o interesse sobre sítios Arqueológicos no Brasil, mesmos sendo ainda uma atividade relegada a aventureiros, assemelhando-se mais a caçadores de tesouros como, o personagem do cinema Indiana Jones do que, realmente, a cientistas.

As primeiras entidades brasileiras de pesquisas foram criadas por Dom Pedro II, durante seu reinado, todavia, somente em junho de 1961, por meio da Lei nº 3.924, o Brasil veio a ter uma legislação específica que se preocupasse com o patrimônio histórico e cultural, sendo essa lei aperfeiçoada mais tarde em agosto de 2000 com o Decreto nº 3.551.

Hoje, no país existem várias instituições que se dedicam a cuidar do patrimônio histórico e cultural, tendo como exemplo o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, que cataloga os Sítios Arqueológicos e que procura preservar esses ambientes históricos e frágeis. Na Paraíba temos a Fundação Casa de José de Américo que cuida do patrimônio histórico e cultural desse estado, estando localizado na antiga residência desse ilustre paraibano, sendo hoje fonte indispensável à pesquisa possuindo vasta bibliografia sobre os municípios paraibanos e um museu. Ainda, na Paraíba, podemos destacar a SPA – Sociedade Paraibana de Arqueologia, que contribui de forma tão proeminente para a divulgação, preservação e, principalmente, para os estudos dos sítios arqueológicos existentes em todo o território desse estado riquíssimo em registros rupestres e que através de seus membros, como Vanderley Brito, Thomas B. Oliveira, Juvandi Santos, Carlos Azevedo, dentre outros, vêm enriquecendo a bibliografia existente por meio de trabalhos verdadeiramente científicos, trabalhos sérios que contribuem na construção de nossa identidade sócio-cultural.

Arqueologia Nordestina

A Arqueologia brasileira confunde-se com a Arqueologia nordestina e paraibana, isso se dá pelo fato de, como já vimos, as primeiras referências a registros rupestres terem surgido já nos primeiros anos da invasão européia na Paraíba. Segundo Martin:

Desde fins do século XVIII, (...) as pinturas e gravuras parietais pré-históricas do Nordeste foram visitadas, copiadas, comentadas, fotografadas e algumas vezes publicadas e houve tentativas de interpretação (MARTIN, 1997, p.235).

Santos (2007) afirma que estudiosos e naturalistas no século XIX contribuíram para a descrição dos sítios rupestres, como Von Martins que descreve sítios na Bahia, Louis Jacques Brunet, a serviço do Imperador Dom Pedro II, “elaborou um memorial analítico sobre sítios rupestres, em especial aqueles localizados nas províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte” (SANTOS, 2007, p.13), no Ceará e em Pernambuco temos J. Whitfiedi na década de 1870, temos também, na província do Sergipe, no ano de 1891, os relatos de Felisberto Freire.

E continua a enumerar alguns dos pioneiros da arqueologia no Nordeste no século XX citado, dentre outros, nomes como Sebastião Vasconcelos Galvão no estado de Pernambuco, Luciano Jacques Moraes e José de Azevedo Dantas que contribuíram com suas descrições dos sítios rupestres no interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Apesar de tudo, apenas na década de 1970 é que se passou a compor trabalhos científicos sistematizados no Nordeste, com as descobertas de Néide Guidon na Serra da Capivara (PI).

Segundo Gabriela Martin (1997), se destacam no estudo e esforço de interpretação das gravuras e pinturas parentais no Nordeste brasileiro as Drs. Professoras Anne-Marie Pessis e Niède Guidon. A primeira procurou sistematizar o estudo dos grafismos rupestres nordestinos. Segundo Anne-Marie Pessis (1984, apud MARTIN, 1997, p.236), os grafismos rupestres não devem ser estudados separadamente, mas como um todo.

Porém, foi Guidon com seus trabalhos no estado do Piauí quem primeiro procurou uma metodologia para interpretação dos grafismos, com a separação em dois grandes horizontes culturais o que chamou de Tradição Nordeste, mais difundida entre os sítios rupestres nordestinos, e a Tradição Agreste, que se encontra principalmente no agreste pernambucano e Paraibano, e suas respectivas sub-tradições e estilos que são identificados, principalmente, pela temática. Assim temos:

Como elementos chave identificatório de uma tradição rupestre a temática e como essa temática vem a ser representada, (...) concede-se também ao conceito de tradição (...) grande abrangência geográfica (MARTIN, 1997, p.241).

Tendo ainda uma terceira grande tradição, a Itacoatiara, que segundo Santos (2007) seu topônimo vem do tupi e significa *Pedra Pintada*, apesar de sua principal característica seja a gravura. “Na Paraíba, apresentam-se, de forma geral, três modalidades de variações técnicas para gravar suportes rochosos (...) 'meia-cana', 'picotamento' e 'monocrômica’” (BRITO, 2007, p.65).

Conjetura-se que as inscrições e pinturas parietais produzidas pelos pré-colombianos nos lajedos, matacões e abrigos sob-rochas do interior do Brasil tinham como principal propósito às cerimônias espirituais e mágicas, como por exemplo, a “magia da caça” e a “magia da fertilidade”, “culto às águas” etc. Sendo perigoso qualquer tentativa de tradução, pois só podemos entendê-las através de nossos referenciais históricos e culturais, nem mesmo os nativos à época da invasão europeia faziam idéia do seu significado.

Mesmo assim, não podemos ignorar a estética dos registros rupestres que indicam os vários meios técnicos utilizados pelas etnias, que se intercalaram ou co-existiram, na ocupação do espaço geográfico dos sítios arqueológicos nordestinos.

Arqueologia Paraibana

Na Capitania Real da Paraíba, com a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves – atual João Pessoa, capital do Estado da Paraíba –, em 05 de agosto de 1585 e, conseqüentemente, com o avanço para o interior, já que “não havia mais a ameaça do ataque indígena, pela retaguarda dos sertanistas que partissem da zona praieira para o interior da terra” (A HISTÓRIA, 1985, p.16), o território paraibano foi se configurando ao que é hoje.

A partir desse contexto passou-se a registrar os vestígios da presença do homem pré-cabraliano no espaço paraibano. Segundo Almeida (1979) esse primeiro relato da existência de sítios rupestres no interior da Paraíba foi feita por Feliciano Coelho de Carvalho, no dia 29 de dezembro de 1598, portanto, poucos anos após a conquista deste Estado. Esse registro veio no bojo da ocupação dos sertões que na época, era toda a faixa que se estendia dos limites da zona da mata ao interior do continente. Esses sertões foram desbravados, em um primeiro momento, pelos sertanistas, á procura de gemas e metais preciosos e índios a serem escravizados ou fogões. E, por conseguinte, pelas fazendas de gado, visto que a zona da mata estava dedicada ao plantation da cana-de-açúcar.

Com a conquista do “caboclo brabo” do interior passaram a surgir feitorias, as quais tinham como configuração básica “casa grande, os armazéns, a capela, casa para colonos e índios domesticados, currais e casa de convenção” (A HISTÓRIA, 1985,p.19) e, posteriormente no caso do interior paraibano, sesmarias. O que cominou com a criação de rotas comerciais.

A intensificação da utilização dessas rotas proporcionou que na Paraíba, e no Brasil, surgissem os primeiros relatos de achados rupestres. Além do já referido relato de Ambrosio Fernandes Brandão, podemos citar também, dentre outros, os de Elias Harckmans, naturalista e representante do

governo holandês na Paraíba de 1636 a 1639, que se dedicou à observação do, até então pouco conhecido, nativo do litoral e interior, em especial os Tarairiú, que ocupavam parte do que é conhecido hoje como as Mesorregiões da Borborema, Seridó e Sertão e o espaço geográfico da Capitania Real da Paraíba em seu livro, *Discrição Geral da Capitania Real da Paraíba*, e referenciado por Thomas B. Oliveira, num artigo publicado no *Diário da Borborema*, onde o citado historiador afirma que o mesmo foi “escrito no último ano de seu governo e publicado 1887 (em português) na Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco” (OLIVEIRA, 2007).

Ainda, sobre a referida obra, pode-se citar que “Herckmans teria encontrado no curso do rio Paraíba inscrições onde figurava animais, o sol, a lua, estrelas e etc” (BRITO, 2007, p.43). Poderíamos continuar citando inúmeras outras bibliografias de achados rupestres. Porém, segundo Santos, o olhar científico nos sítios rupestres paraibanos só veio a surgir no final do século XIX, quando destaca-se Irineu Joffly.

No século seguinte destacam-se “Clovis Lima, Florentino Barbosa e Francisco de Lima, nos anos de 1940, chegaram a publicar vários trabalhos sobre novos sítios arqueológicos de arte rupestre” (SANTOS, 2007, p.14). No segundo quarto do século XX destacam-se Leon Clerot, com *30 anos na Paraíba*, e Ruth Trindade de Almeida com seu célebre livro e uma das principais fontes de pesquisa, *A arte rupestres nos Cariris Velhos*, de 1979, sendo, segundo Santos, “um divisor de águas nos estudos da arte rupestres na Paraíba”, (Idem).

Depois de um longo período de latência, as pesquisas sobre arqueologia na Paraíba voltaram a florescer com novos pesquisadores como o Prof. Pós doutor em arqueologia, Juvandi de Souza Santos, Vanderley Brito, Thomas Bruno Oliveira dentre outros que fizeram ressurgir tanto os trabalhos científicos quanto o interesse de novos personagens que assegurarão a continuidade dos estudos arqueológicos na Paraíba e no Nordeste. Esse último, por sinal, vem por meio de artigos no periódico “*Diário da Borborema*”, trazendo a luz toda a grandeza de nosso passado, apesar de alguns ainda creditarem à extraterrestres e/ou povos distantes como hebreus e fenícios o que até o presente não há prova concreta a não ser devaneios e opiniões pessoais sem nenhum critério científico.

Os grafismos rupestres paraibanos são prova incontestada da capacidade de abstração e técnicas do nativo paraibano pré-cabralino.

Não há dúvida que as inscrições paraibanas estão correlacionadas através de linhas mestras estilísticas. Podendo-se estender para todo o Nordeste essa situação isômere. (BRITO, 2007, p.61). Ainda segundo Vanderley Brito, demonstra-se através de estudos comparativos entre sítios arqueológicos distintos que:

“O homem usou recursos técnicos e operativos nas representações pictóricas que podem ser interpretados como evolução gráfica ou diferenciações étnicas e cronológicas” (Idem, p.65).

Sendo assim é mais provável que os paleoíndios que viveram na Paraíba antes da invasão européia sejam os responsáveis pelos grafismos rupestres, sua evolução e difusão. Visto que outras teorias fabulosas e fantásticas não passaram de conjecturas, pois, mesmo considerando o absurdo de serem verdadeiras não há nenhuma prova material que as comprove.



Vanderley de Brito, Carlos Belarmino, Thomas Bruno Oliveira, Juvandi de Souza Santos e Erik de Brito (2009).

A ciência arqueológica, vem se popularizando, visto que durante 40 longos anos foi totalmente ignorada, oficialmente, poucas revistas, jornais de grande circulação nacional abordavam o tema e poucos os autores ousavam a tocar no assunto.

Na atualidade o volume de informação já é relevante. Autores do mundo inteiro têm tirado do esquecimento esta temática. Uma das percussoras no Nordeste, a Gabriela Martin, Néide Guidon, Leon Clerot. L. R., Trindade, Irineu Joffily, Clovis Lima, Florentino Barbosa entre outro, vem trazendo a tona todas as ocorrências esquecidas e deixando ao silêncio sem atenção das autoridades constituídas. Uma safra de bons autores, estudiosos e pesquisadores tem trabalhado incansavelmente na divulgação de nossa arqueologia, humilde mais já bastante renomada.

As dificuldades são muitas para se pesquisar tais ocorrências. Falta vontade política e ínfimos são pó recursos alocados para este fim, a temática é de grande importância para que possamos deixar um legado sobre os costumes culturais e modos de viver dos nossos ancestrais e entendeu melhor a contribuição deixada pelos aldeamentos humanos do passado.

Diversos órgãos vêm sendo criados ao longo da História, às vezes trabalhando de maneira paralela sem atingir os objetivos propostos, além de pessoas que ocupam cargos de chefia com pouca ou nenhuma experiência para assumir compromissos e fazer mais pela nossa arqueologia.

Um dos pontos mais importantes desta ciência é preservar nosso patrimônio de conhecimentos sobre os costumes culturais e modo de vida de nossos antepassados. É importante que seja feito uma nova reflexão principalmente pela classe política e instituições governamentais, que vem colocando pessoas sem qualificação para assumir compromisso com a arqueologia, sendo meros cargos políticos de ocupação.

Difícil é fazer com que a arqueologia no Brasil seja vedete, passe a ter importância a partir do ensino básico. É necessário que o MEC implante como disciplina na grade curricular obrigatória a pré-história onde possa dar um toque regionalista. Pois no seio do governo falta vontade política de fazer, e o poder sofre de miopia quanto aos temas arqueológicos, apesar, do arcabouço das leis pertinentes, poucos recursos e interesses são direcionados a essa temática que resgata a nossa descendência. A Paraíba não para, pois abnegados como Vanderley de Brito, Juvandi Santos, Carlos Azevedo, Thomas Bruno, Hilton Gouveia entre outros e instituições como SPA, UEPB, UFPB continuam a escrever a arqueologia do nosso estado.

Referências

ALMEIDA, Ruth Trindade. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa, UFPB, 1979.

Anais do Primeiro Simpósio de Pré-História do Nordeste (1987). **Clio Série Arqueológica** N° 04 (Número Extraordinário). 1991.

AZEVEDO, Carlos Alberto. **Arqueologia: Estudos & pesquisas**. João Pessoa: Idéia, 2008.

_____. Como (não) se deve “ler” a Pedra do Ingá. João Pessoa: **Revista Fabulação**, ano IV, n. 23 Jun/ago, 2006.

BAHN, Paul. **Preshistoric Art**. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Arqueologia: Teoria método e prática**. Madrid et al, 1993.

BORGES, Deruse de Sonnevillle. **A pré-história**. Lisboa: Ed Presença, 1967.

BRITO, Vanderley de. **A moldagem da Pedra do Ingá**. Diário da Borborema. Campina Grande. Caderno de Opinião, 21 abr. 2005.

_____. **A Pedra do Ingá: Itacotiaras na Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2007.

BRITO, Vanderley de. SANTOS, Juvandi de Souza; OLIVEIRA, Thomas Bruno. **A Serra do Bodopitá: pesquisas arqueológicas na Paraíba**. João Pessoa, JRC, 2006.

CLEROT, L. F. R. **30 anos na Paraíba: Memórias Corográficas e outras memórias**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1969.

COSTA, Angyone. **Introdução a arqueologia Brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional Brasília. INI, 1980.

LOUIS, Frédéric. **A arqueologia e os enigmas da Bíblia**. Ed Casa Aberta, SP, 1980.

_____. **Grandes Civilizações, desaparecimento a arqueologia**. Ed. Pescobelo, São Paulo, 1978.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil** 3ª Ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999.

MENDES, Josué Camargo. **Conheça a pré-história brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1970.

OLIVEIRA, Thomas Bruno. As inscrições marginais do Ingá. Campina Grande: In: **Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia**, ano I n° I, 2006.

PARROT, André. **Introdução a arqueologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Sunner**. Ed. Luzes, Rio de Janeiro, 1976.

PESSIS, A. M. Métodos de interpretação da arte rupestre: análise preliminares por níveis, **Revista CLIO**, Recife, UFPE, n.6 VI, 1984 (Série Arqueológica).

_____. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil in: **Revista CLIO** Série Arqueológica, v Inº 08 UFPE.

_____. Pré-História da Região do Parque Nacional Serra da Capivara in: **Pré-História da Terra Brasilis** (org. Maria C. Tenório) Rio. UFRJ, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, UNIB, 1992.

RIETVELD, Pe João Jorge. **Na sombra do umbuzeiro**: história da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa, IMPRELL, 1999.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Estudando e conhecendo a pré-história**. Campina Grande (PB): EDUEPB, 2005.

_____. Ocorrências de Itacotiaras na Paraíba. João Pessoa: JRC, 2007.

VIDAL, Lux (Org.) **Grafismo Indígena**. São Paulo: Studio Nobel, 2000. 2a ed.

Cap.V

Nossos estudos sobre a Itaquatiara do Ingá

Francisco Faria

NOSSOS ESTUDOS SOBRE A ITAQUATIARA DE INGÁ

Francisco Carlos Pessoa Faria

Sócio do Núcleo Brasileiro de Arqueoastronomia e da Sociedade Paraibana de Arqueologia

Nossa contribuição ao estudo da itaquatiara de Ingá resume – se a artigos e livros publicados , versando sobre interpretações dos petróglifos de seus painéis vertical e horizontal.

Painel vertical da itaquatiara de Ingá

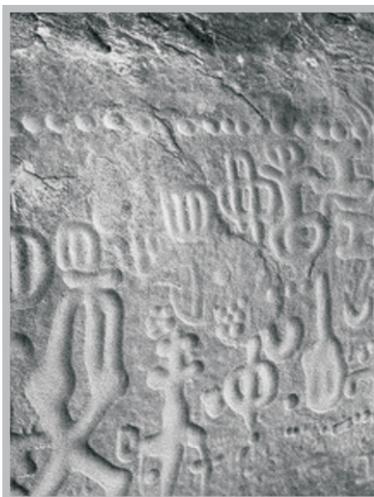
Segundo nossos estudos, iniciados há 53 anos, certos glifos do painel vertical da itaquatiara do Ingá seriam representações de constelações, na sua maioria, zodiacais. Em todos nossos trabalhos publicados a respeito (para evidenciar e explicitar a correlação, glifo = constelação), reproduzimos mapas astronômicos de uma certa área do céu e/ou de uma determina constelação, para serem cotejados com reproduções dos glifos ingaenses.

Nestes gráficos observa-se que, dentro de limites razoavelmente aceitáveis, há uma superposição entre as formas de determinada constelação e de um certo grifo que acreditamos representá-la.

Em outras palavras, nas exposições de nossas interpretações, sempre procuramos valorizar o que chamamos de “substrato astronômico”, para tentar introduzir um componente de objetividade e de credibilidade, por respeito a nós próprios e aos leitores.

Obviamente, estabelecer a correlação exata entre um glifo de Ingá e uma constelação é uma tarefa árdua e que não está imune a erros. Esta dificuldade está ligada ao óbvio fato de que os limites e formas das constelações de nossos índios não serem iguais àquelas que hoje adotamos, estabelecidos pela União Astronômica Internacional. Fica claro, portanto, que esta correlação é elástica e quando nos referirmos a uma certa constelação, desejamos reportar-nos a uma variável área dos céus em torno daquelas estrelas, adotada pela UAI, em 1930.

Para contornar tantas dificuldades, valemo-nos licitamente, da probabilidade de alguns traços mais marcantes de algumas constelações terem

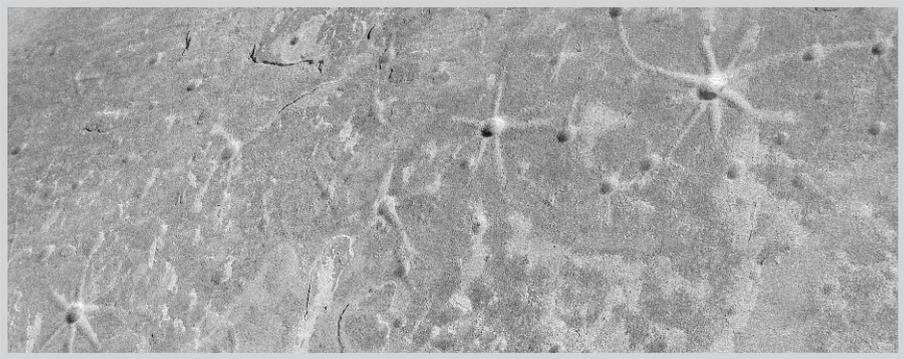


Painel vertical da itaquatiara de Ingá

sido eventualmente registrados na itaquatiara, tais como a disposição em arco ou em foice das estrelas em torno de Regulus (constelação do Leão), a paridade das estrelas Castor e Polux (constelação de Gêmeos), a forma retorcida das estrelas de Escorpião, etc.

Em Astronomia, estes “traços mais marcantes” são chamados de asterismos, que por si não constituem uma constelação, mas cujas estrelas assumem um padrão de formas (arcos, triângulos, retângulos, objetos, etc.) muito característicos. Os asterismos podem se situar numa única constelação, ou serem constituídos por estrelas de duas ou de mais outras constelações.

Painel horizontal da itaquatiara de Ingá



Painel horizontal da itaquatiara de Ingá

O painel horizontal da itaquatiara de Ingá, não obstante ter enorme importância arqueo-astronômica e etnográfica recebeu pouquíssima atenção por parte dos arqueólogos e pesquisadores em geral.

Segundo nossa avaliação, sem ufanismos, ali se encontra um dos maiores mapas celestes da Pré-História mundial.

Neste painel, estudamos aqueles glifos que representam a constelação de Órion e outros mais, que identificamos como representativos da estrela Sírio e das Plêiades.

Constelação de Órion

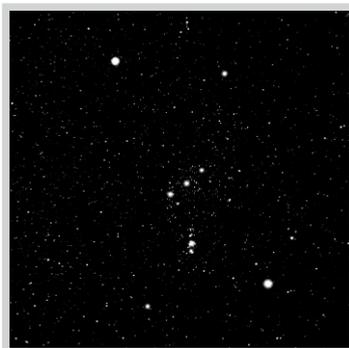
O nosso contato inicial com a representação da constelação de Órion, na itaquatiara, ocorreu “in loco”, quando ali estivemos pela primeira vez, acompanhados pelo saudoso Dr. Léon Clerot.

Lamentavelmente, até hoje, não conseguimos saber quando e quem pela primeira vez identificou os glifos como representativos da citada

constelação. Ficaríamos muito penhorados se algum leitor pudesse nos prestar esta informação, para os devidos créditos científicos (franciscofaria@click21.com.br).

Uma datação para a itaquatiara de Ingá ?

No tocante a constelação de Órion, nossa contribuição consistiu em correlacionar os glifos estelares da itaquatiara com as estrelas Rigel, Betelgeuse, Saiph, Bellatrix e as Três Marias. Observamos que, na itaquatiara, as figurações das estrelas Rigel e Betelgeuse retratam uma situação astronômica existente nos céus, que ocorrera no mínimo, há 20 séculos. Este fato permite estabelecer, com as ressalvas pertinentes, uma “idade mínima” de 2.000 anos para a confecção da itaquatiara.



Constelação de Órion

Estrela Sírio

Uma outra provável correlação (glifo = estrela) que estabelecemos, foi aquela entre uma inscrição estelar da itaquatiara e a estrela Sírio, da constelação de Cão Maior.

As Plêiades



As Plêiades

Uma outra identificação que realizamos nos petróglifos do painel horizontal, diz respeito às Plêiades, da constelação de Touro.

Um texto de nossa autoria, mais amplo, com fotos e gráficos sobre o painel horizontal da itaquatiara de Ingá pode ser consultado em : - “As Estrelas Perdidas de Ingá” - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) – João Pessoa, Número 39, setembro 2005.

Não obstante as todas as dificuldades e a distância, pretendemos continuar com nossos estudos sobre a itaquatiara de Ingá.

Referências

FARIA, Francisco C. P. - **Os Astrônomos Pré-Históricos do Ingá**: Ibrasa – São Paulo, 1987.

_____. **Os Astrônomos Pré – Históricos de Ingá II**: Ed. Sanjoanense - São Paulo, 2008.

_____. O painel do cometa. **A União**. edição de 24 de março. João Pessoa. 1985.

_____. A Ursa Maior, as Plêiades e os Tapuias. **O Norte**. edição de 30 de janeiro. João Pessoa. 1992.

_____. As estrelas perdidas do Ingá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. n 39. set. 05. João Pessoa.

Cap. VI

Paisagem mágica

Pe. João Jorge Rietveld

PAISAGEM MÁGICA

João Jorge Rietveld

Diretor do Centro de Estudos de Filosofia e Teologia da Diocese de Campina Grande e Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Estamos vivendo tempos de mudanças; além de ser grandes, elas estão acontecendo com uma velocidade nunca visto antes. No meio delas o homem, o “homo faber”, cuja capacidade técnica cresce cada dia mais a tal ponto que está se tornando o novo criador do mundo. Nesta revolução os nossos conceitos de Deus e da religião são cada vez mais questionados. Porém, enquanto estes se tornaram problemáticos, nota-se uma crescente preocupação com a sua criação, o meio ambiente. A criação tomou o lugar do criador. Cresce a consciência que não estamos acima da natureza, mas que fazemos parte dela. O fim da natureza é o fim na nossa civilização e da nossa espécie (PONTING, 1991). O que os antigos habitantes da Serra da Borborema nos falam a respeito desta problemática?

Com este tema estou entrando na pré-história da mente. Em 2005 Oliveira abriu o espaço pensando sobre a religião na pré-história, dando algumas indagações sobre as forças superiores e os deuses dos antigos (OLIVEIRA, 2005). Porém quero voltar mais no tempo para chegar ao nascimento da religião. Carlos de Azevedo me confirmou nesta proposta com os seus estudos de Mithen e suas teorias sobre a evolução da mente. Esta é entendida como um “canivete suíço” onde as várias inteligências (técnica, social, naturalista, lingüística e geral) agiam separadamente até chegar a sua conexão, chamada fluidez cognitiva, que resultou no aparecimento da arte, ciência e religião numa explosão cultural no Paleolítico Superior (AZEVEDO, 2008, p.36-37). Porém quero voltar mais no tempo para o período que aconteceu “uma conexão entre os processos cognitivos (a fluidez cognitiva) é responsável pelo aparecimento da arte, da religião e da ciência”.

O mistério

A presença do *homo sapiens* neste mundo é totalmente inexpressiva diante do universo com seus quatorze bilhões de anos, a terra com os seus quatro e meio bilhões de anos e a vida com os seus três bilhões de anos; “O mundo começou e terminará sem o homem” (LEVI-STRAUSS, 2004, p. 469). Chegamos à mesma constatação olhando o número de espécies de vida que existem: por exemplo, quinhentas mil espécies de plantas e um milhão de espécies de insetos. A espécie *homo sapiens* se perde no meio desta quantidade sem fim. Aparentemente ela é muito diversificada considerando as diversas

raças. Porém, as aparências enganam; a diversidade genética entre os seres pertencentes à nossa espécie é menor que entre chimpanzês. Antropólogos e psicólogos não param de mostrar que o homo sapiens, nestes cem mil anos de sua presença na terra, na sua essência não mudou (GAMBINI, 2006, p. 231-232):

Os estudos mais recentes da arqueologia evolucionista demonstram que o tipo de inteligência que caracteriza o *Homo sapiens* já estava plenamente desenvolvido no final do período Paleolítico. Há cerca de 100.000 anos, quatro modalidades de inteligência emergiram [...]

Desta premissa deduzo que o mundo intelectual e espiritual do homo sapiens não se mudaram de forma significativa. Albert Einstein e Bill Gates não devem ser vistos como os homens mais inteligentes do mundo. O que dizer sobre os artistas gregos que fizeram os “bronzes de Riace”, os arquitetos das pirâmides do velho e do novo mundo, os matemáticos dos Maias que inventaram o “zero” ou Johan Sebastião Bach que levou a música nos seus concertos de Brandenburgo a níveis nunca vistos? Em todas as épocas o homo sapiens demonstrou capacidades surpreendentes. Também deduzo que muitos fenômenos que impressionaram o homem antigamente, comovem-nos ainda.

Assumindo este continuum espiritual recorro a três grandes teólogos do Cristianismo para entender melhor as concepções espirituais dos nossos antigos. O primeiro é Paulo (15-65). Ele se dedicou à revelação de Deus em ambientes pagãos. No início da sua carta aos Romanos este missionário expõe o fundamento de sua teologia (Rom 1,20):

De fato, desde a criação do mundo, as perfeições invisíveis de Deus, tais como o seu poder e sua divindade, podem ser contempladas, através da inteligência, nas obras que ele realizou.

A tese é claríssima: Deus se deixa conhecer pela obra da natureza, pela realidade. O pensamento do jesuíta Karl Rahner (1904-1984), um dos maiores teólogos católicos do século XX, é caracterizado pela convicção que toda a teologia deve possuir um fundamento antropológico e ser estreitamente ligada à filosofia. Rahner explica a dificuldade que nós modernos temos com a palavra Deus por causa de seus muitos sentidos que hoje perderam sua inteligibilidade. Procurando fundamentar a religião e a fé ele elabora o conceito “experiência transcendental” (RAHNER, 2004, p. 33):

[...] consciência subjetiva, atemática, necessária e insuprimível do sujeito que conhece, que se faz presente conjuntamente a todo ato de conhecimento, e o seu caráter ilimitado de abertura para a amplidão sem fim de toda realidade possível.

Rahner constata que o homo sapiens é capaz de uma experiência de “algo” maior que supera tudo, tanto o material como o pensado e a razão. Mesmo negando este “algo” se reconhece que ele possa existir. Cortando o caminho se pode dizer que o conceito Deus é um símbolo, uma expressão semântica, que refere a este “algo”, realidade que sempre escapará aos nossos conceitos (FORNOVILLE, 1978). Agora recorro ao terceiro teólogo cuja obra principal **O Sagrado**, escrito em 1917, somente foi traduzido no ano passado em Português, o teólogo protestante Rudolf Otto (1869-1937). Também ele está à procura dos fundamentos da fé e da religião. O seu conceito básico é o “numinoso” definido como (OTTO, 2007, p. 28): “Ente sobrenatural, do qual ainda não há noção mais precisa”.

Em alemão é chamado “Das Heilige” traduzido com as palavras “sagrado”, “santo” e “sacro”. O numinoso é uma categoria a priori que não pode ser reduzido a nenhuma outra, mas pode ser experimentado. A experiência transcendental de Rahner recebe agora seu objeto e o homem pode buscar conceitos para “captura-lo”. Porém, em essência o “numinoso” não é acessível pela razão. Ao contrário, ele fica fora do seu alcance, o sagrado é irracional. Este sagrado ficou conhecido na teologia como o “misterium tremendum et fascinans” (teólogos protestantes também usam o latim) ou um mistério assombroso e na mesma hora fascinante, usando as características mais importantes que Otto lhe contribui. Em certas raras condições o sagrado se revela no mundo exterior, mas o espaço preferencial onde o sagrado se faz sentir é no interior da pessoa onde é evocado por estímulos de fora. A arte na Igreja católica segue os mesmos princípios (PASTRO, 1993). Estamos aqui no berço da religião. Sabemos que os índios, os descendentes dos antigos, tinham mitos, celebrações, expressões artísticas, crenças nas almas, espíritos, deuses, o céu e a vida depois da morte, que são elaborações desta experiência do sagrado. Por isso, temos certeza que os antigos tinham a experiência do mistério e a abertura para experimentá-lo. Lembremos que estamos ainda antes do “tempo eixo” (900 até 300 a. de C.), tempo de uma mudança fundamental na vida espiritual da humanidade no continente Europeu-Asiático. No “tempo eixo” iniciaram as grandes tradições do budismo, confucionismo, abraamismo e filosofia grega com uma descoberta em comum; o princípio fundamental da religião é a compaixão (ARMSTRONG, 2005).

Paisagem mágica

O homo sapiens se espalhou sobre o mundo inteiro depois da sua nascença no Leste da África. O tempo de sua chegada nas Américas é um tema de muita discussão, principalmente por causa das escavações de Niède Guidon no sul do Piauí que indicam presença humana já cinqüenta mil anos, e o crânio de Luzia pesquisado por Walter Neves representando uma pessoa com traços negroides e não mongolóides. O homem chegou para ficar, também no planalto da Borborema. Não sabemos se a nossa região tinha exatamente as mesmas características de hoje, porém supomos que durante os últimos dez mil anos em linhas gerais a região foi árida com uma vegetação aberta e variações locais dependendo da presença de água nos brejos, olhos de água, rios, profundidade de solos e quantidade de chuva. O homo sapiens chegou em grupinhos pequenos de caçador-coletores. A sua vida espiritual é desconhecida, mas a ciência acha que ele tinha uma “consciência primitiva” caracterizada por uma grande sensibilidade pelo grupo, pela tradição e por símbolos. Sabia fazer instrumentos de pedra, tinha uma língua, andava com o cachorro. Ele não dispunha de meios e conhecimentos para mudar este habitat; o desafio para ele era conhecê-lo melhor para poder sobreviver. Ele aprendeu conviver com os elementos climáticos como chuvas, enchentes, secas, temperaturas, ventos, o ritmo do ano e animais como onças e cobras. Se estes apresentam ainda hoje um perigo para o homem moderno, como estes não ameaçaram o homem antigo? Também o seu conhecimento a respeito das plantas e animais foi se formando. A sabedoria do poder curativo das plantas da caatinga é uma vaga lembrança deste antigo processo de aprendizagem. Devagar acumularam conhecimentos. Já expomos que este detalhado conhecimento da natureza criou as condições essenciais para os antigos habitantes sobreviver (RIETVELD, 2007). Fica certo que estes homens viviam totalmente em dependência do ambiente que eles acharam e não temos prova nenhuma que tentaram muda-lo. Podemos dizer que a sua atitude básica era ecocêntrica, enquanto a nossa atitude hoje é antropocêntrica: o meio ambiente estava no centro. Este meio ambiente se apresentava aos antigos de forma contundente na paisagem.

O meu postulado agora é que esta paisagem, especialmente alguns elementos nela, tocou no homem, aberto pelo infinito, e despertou nele o senso do sagrado, primeira fase no desenvolvimento da religião. Quais foram os elementos em nosso meio que evocaram sentimentos religiosos? Estas seguintes poucas descrições se baseiam nos registros rupestres e em sentimentos que são características do *homo sapiens*.

A vastidão do sertão

Quem mais do que João Guimarães Rosa nos mostra o impacto que esta região geográfica do sertão faz no homem, no seu livro **Grande sertão, veredas**? Este médico regressa quase ao nível do homem antigo na sua descrição deste ambiente exatamente nestes duas características do “tremendum et fascinans”. A vastidão, a dificuldade para sobreviver, os perigos mas também o atraente tornam-se visíveis no seu grande livro em um número de páginas sem fim com neologismos e virando e virando a matéria. Mas para ele o sertão é mais. É uma alegoria da vida com temas como amor, morte, tempo, luta entre o bem e o mal. Todo o seu livro é uma grande elaboração da tese explicitada no final do seu discurso inaugural na entrada na Academia de letras “O mundo é mágico”.

Além da vastidão um elemento impressionante deve ter sido o silêncio. Este fenômeno é quase inexistente hoje em nossa vida urbana. O silêncio tem grandes efeitos na mente e na vida espiritual. Ela obriga a pessoa a entrar na sua própria alma e a convida para sair de si, para o absoluto. São duas direções que estão na base de cada experiência religiosa.

Corpos celestes

Um elemento repetitivo na paisagem era a sucessão de períodos de luz e de escuridão: dia e noite. A noite representando o “tremendum”. As luzes dos corpos celestes e seus movimentos representando o “fascinans” foram estudadas em todas as culturas até as mais “primitivas”. Relâmpagos e sua força destruidora devem ter tido um fascínio especial. Porém o interesse ia mais adiante. Os conhecimentos da astronomia são em geral de uma precisão e vastidão inacreditáveis. O solstício e o equinócio eram conhecidos em quase todas as culturas. Devemos lembrar que as noites eram cumpridas e os antigos tinham tempo para contemplar o firmamento (BRITO; OLIVEIRA, 2005):

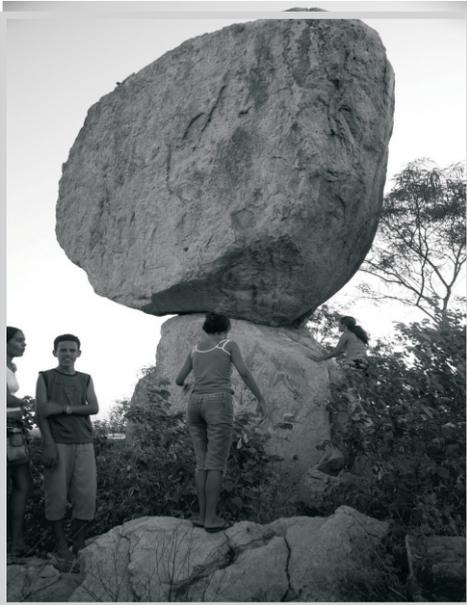
Na pré-história, não há dúvidas de que o homem voltava seu olhar para os astros com espanto e muita curiosidade. O inconstante movimento dos astros, para o homem primitivo, era algo que cativava a mente e a imaginação.

É possível que alguns desenhos rupestres e inscrições “itacoatiaras” devem ser interpretados como representações de corpos celestes.

Água

A água sem dúvida revelou grandes forças misteriosas, principalmente numa região árida. Quando em janeiro as chuvas começam a cair e uma paisagem completamente morta e deserta se torna verde em poucos dias, a pessoa não pode deixar de se impressionar com a sua força milagrosa. Água significa vida, vida vegetal, vida animal e vida humana nas suas mais variadas quase inesgotáveis formas. Riachos, rios, cacimbas e fontes eram vistos como sinais do divino. Grafismos de linhas onduladas são interpretados como água. A arte “itacoatiara” foi feita somente ao lado de riachos perenes ou temporários e por isso as vezes é interpretada como ligada a elas.

Grandes pedras



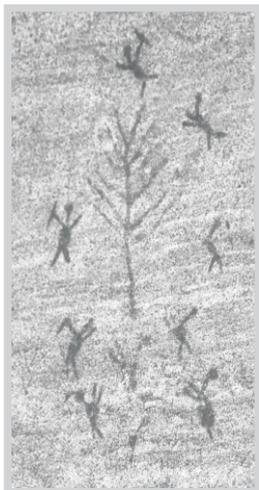
Pedra Bonita - Juazeirinho-PB

Grandes pedras se destacaram também no meio ambiente dos primeiros habitantes. Estas pedras sempre impressionaram o homem por causa do seu tamanho, sua dureza e sua permanência. No planalto da Borborema não existia uma “cultura megalítica” como no oeste da Europa, no Egito e nas grandes culturas da América. Faltou uma população sedentária, numerosa e organizada. Mas as grandes pedras espalhadas no seu universo não deixaram de impressioná-los e em vez de transportá-las ou cortá-las, eles as aproveitavam na sua posição natural. Nos sítios arqueológicos, sempre se encontram enormes pedras.

Nas planícies, eles fazem ofertas às grandes pedras e formações rochosas a fim de que eles (na sua opinião) não sejam mordidos por elas

Se a superfície permitisse estas pedras serviam de painel para a exuberante presença da “arte rupestre”, que nos liga diretamente aos nossos distantes antepassados e que deu origem a tantos estudos.

Árvores



O elemento que se destaca numa região de savana é formado pelas árvores. Antigamente o número de árvores era bem maior. Veja por exemplo na paróquia de Juazeirinho onde contei vinte sítios com o nome de uma árvore num total de 122, quer dizer 16 %. E até o Brasil deve seu nome a uma árvore. Hoje em dia estas árvores não existem mais: elas desapareceram provando a tese que o meio ambiente está degradando com uma velocidade tão assustadora que os cientistas já usam a palavra “desertificação”.

Árvores eram ligadas a lugares santos e serviam de símbolo para o divino por causa de sua idade, seu tamanho, sua beleza, sua capacidade para regenerar, sua procura do céu, e os seus múltiplos usos (GAMBINI, 2006, p. 248):

[...] as grandes árvores nessa época existentes eram sem dúvida fonte de vida, devido a seus frutos, sementes, seiva, lenha, abrigo, sombra, colméias, além dos pássaros, insetos e animais de pequeno porte que atraíam e abrigavam.

Muitas culturas conhecem a árvore sagrada. Na nossa pré-história existem desenhos rupestres de pessoas festejando ao redor de uma árvore (MARTIN, 1997, p. 255-256). Cientistas acham que elas conheciam o culto da jurema e do juazeiro. A arte rupestre da tradição nordeste apresenta “cenas da árvore” (PESSIS, 2003, p. 123-124):

As espécies da flora são raramente representadas. Em uma cena, figuras humanas dispostas em torno de uma árvore ou de um ramo manifestam pela linguagem de seus gestos, a importância outorgada à espécie representada. Os componentes de identificação são insuficientes para poder fazer uma aproximação com a espécie em questão. Interessante é constatar que esta cena atravessa os seis milênios sob formas de variedade complexidade. No estilo Serra de Capivara, existe grande variedade de figuras humanas em torno de árvores.

Às vezes, apenas uma pessoa suporta uma árvore pequena que mais parece um ramo; em outras, acham-se duas figuras em postura análoga; e, podem estar representadas várias figuras humanas que, aparentemente, encontrem-se em pé sobre a copa. A árvore aparece raramente isolada.

Os Fulniô de Águas Belas festejam o “culto do juazeiro sagrado”. O fato de ela sempre ficar verde, até nas piores secas, deve ter chamada a atenção e indicado forças ocultas.



Conclusão

A paisagem e seus elementos característicos estavam aí. O número de homens que a habitavam era pequeno e, possuindo somente alguns instrumentos de pedra, não dispunha de instrumentos para agredi-la. A paisagem quase intocável evocou no homem sentimentos do sagrado, tocou na sua alma. Num segundo momento o homem procurou responder a estes estímulos e assim nasceu a religião. Ele declarou certos lugares sagrados e foi tentar agradar e manipular o sagrado. Nasceu o xamã, a primeira especialização no pequeno grupo de nômades. Os xamãs presidiam e construíram ritos ligando o numinoso e a terra, com ou sem o uso de plantas alucinatórias para facilitar o contato com o mundo espiritual. Nos lugares sagrados encontramos vestígios dos antigos como desenhos rupestres, restos de rituais funerárias e cinzas de fogueiras (BENTO XVI, 2006, p. 92):

A experiência religiosa da humanidade inflama-se frequentemente em lugares sagrados, onde por um motivo, o totalmente outro, o divino, se torna particularmente perceptível; a sensação pode partir de uma fonte, de uma árvore frondosa, de uma pedra misteriosa ou de um fenômeno incomum observado em determinado lugar. [...] assim, aquele lugar se transforma num lugar sagrado em que habita a divindade. Mas, assim como desse processo resulta a ligação do divino a um determinado lugar, ocorre também, por uma espécie de necessidade interna, uma multiplicação desses lugares: como a experiência do sagrado acontece em muitos lugares e não só em um, e como se imagina que ela fique restrita ao respectivo lugar, acaba surgindo um grande numero de divindades locais, que se tornam também divindades próprias dos respectivos espaços.

Esta visão perpetua milhares de anos até os tempos dos Incas. Para eles a paisagem tinha vida e estava cheia de forças sobrenaturais. Lugares

onde estas forças apareceram e objetos santos eram indicados com o nome de “huaca”. Este fenômeno é constatado em muitos povos que vivem perto da natureza (LURKER, 1993: 180-181). E até na bíblia descobrimos seus reflexos: corpos celestes (Sl 8), água (Sl 72,6), silêncio (1Rs 19,12), árvores (Gen 18), pedras (Sl 18,2), altos (Is 57,15), vastidão (Dt 1,19).

Hoje podemos soltar um sorriso em ver tantas árvores sagradas, pedras com forças divinas ou fontes com águas salutares, mas uma questão fica. Nesta sua sensibilidade pelo sagrado o homem demonstrava um respeito profundo para com a natureza. Nossa atitude utilitária se apresenta vergonhosamente atrasada ao lado dela. Se a maneira como um povo convive com a natureza determina seu nível de cultura, pensamento crescente no meio acadêmico, a nossa seria classificada sem dúvida como bárbara. Neste sentido os antigos são muito mais modernos que a maior parte de nós que vive destruindo este ambiente como se Deus não existisse.

Referências

ARMSTRONG, Karen. **De grote transformatie**. Het begin van onze religieuze tradities. Amsterdam: De Bezige Bij. 2005.

AZEVEDO, Carlos Alberto. **Arqueologia**. Estudos e pesquisas. João Pessoa: Idéia, 2008.

BARLEUS, Caspar. **Caspar Barlaeus' verhaal der krijgsverrichtingen in Brazilië onder het achtjarig bewind van den allerdoorluchtigsten graaf Johan Maurits, grave van Nassau**. Den Haag, Koninklijke bibliotheek.

BRITO, Vanderley de; OLIVEIRA, Matusalém Alves. Primitivas reflexões astronômicas. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 22 de setembro de 2005.

FORNOVILLE, Th. **Het symbool “God”**. Een wijsgerige reflectie. Leuven: Sintal, 1978.

GAMBINI, Roberto. Alma na pedra. In: CALLIA, Marcos e OLIVEIRA, Marcos Fleury de. **Terra Brasilis**. Pré-história e arqueologia da psique. São Paulo: Paulus, 2006. p. 231-250.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Het trieste der tropen**. Amsterdam: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Mathusalém Alves. Religião na pré-história. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 13 de setembro, 2005.

OTTO, Rudolf. **O Sagrado**. Os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Petrópolis: Vozes, 2007.

PASTRO, Cláudio. **Arte sacra**. O espaço sagrado hoje. São Paulo: Loyola, 1993.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história**. Parque Nacional Serra da Capivara. Fundham: Petrobrás, 2003.

PONTING, Clive. **A green history of the world**. The environment and the collapse of great civilizations. New York: Penguin books, 1991.

RAHNER, Karl. **Curso fundamental da fé**. Introdução ao conceito do Cristianismo. 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 2004.

RIETVELD, João Jorge. Porque deveríamos plantar, quando existe tanto juá no mundo? In: OLIVEIRA, Thomas Bruno et al. **Pré-história**. Estudos para a arqueologia da Paraíba. João Pessoa: JRC, 2007. p. 7-19.

Cap.VII

Sítios arqueológicos na Paraíba: uma revisão bibliográfica

Vanderley de Brito

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA PARAÍBA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Vanderley de Brito

Historiador, especialista em História do Brasil, Sócio fundador da Sociedade Paraibana de Arqueologia. E-mail: vanderleydebrito@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo esclarecer e retificar dados e configurações incorretas vinculadas em livros e artigos sobre sítios de inscrições rupestres paraibanas, verificadas em importantes obras de autores a exemplo de José de Azevedo Dantas, Cônego Florentino Barbosa, Leon Clerot, Gabriela Martin, Ruth Trindade de Almeida e Gilvan de Brito.

Introdução

O estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, tem área de 56.584,6 Km² totalmente incluído na zona tropical e detém centenas de sítios arqueológicos.

No entanto, devido à dificuldade de acessar tais sítios em tão vasto espaço geográfico, aliada às dificuldades naturais e estruturais que, muitas vezes, implicam em longas e penosas caminhadas sobre serras, cercas, hostilidades do bioma e muita demanda econômica, uma visita a um sítio arqueológico pode não ser repetida. Por isso, é imprescindível que a visita de identificação e levantamento seja objetivada, atendendo a uma metodologia de coleta de dados eficiente, para que um eventual retorno não seja necessário. O que em muitos casos não seria possível, devido as dificuldades já mencionadas.

Uma equipe expedicionária, ou indivíduo, tem por objetivo transformar os dados de campo em documentação, processada em laboratório e gabinete, para efeito de divulgação. Caso haja falhas de levantamento, o produto final pode revelar uma perspectiva enganosa, que influenciará e, certamente, desvinculará pesquisas paralelas em andamento, resultando no comprometimento do panorama geral de estudos na área.

O patrimônio arqueológico da Paraíba é registrado desde a o início da presença lusa em seu território, inaugurado em 1598 pelo Capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, quando descreve um possível sítio arqueológico às margens de certo rio Araújoípe (BRANDÃO, 1966 p. 23-24). À medida que os séculos foram se acumulando muitos outros pesquisadores e curiosos deram sua contribuição ao cadastramento e descrição dos registros arqueológicos no Estado e significativa parte desta documentação arqueológica é utilizada na formulação de livros, artigos, teses, monografias e diagnósticos sobre o tema, buscando enriquecer o acervo bibliográfico para os estudos arqueológicos de nosso país.

Durante anos venho visitando sítios rupestres na Paraíba para fins de levantamento e estudos, em especial àqueles que constam registrados em fontes bibliográficas por serem mais propícios aos estudos de um historiador. No entanto, esta atividade vem me fazendo constatar que muitos destes registros bibliográficos apresentam diversos erros que precisam ser retificados, seja de configurações reprodutivas, interpretação, descrição e até mesmo de localização. Preocupante é que tais equívocos e imprecisões, ao longo dos anos, estão sendo reiterados por terceiros, que se utilizam destas fontes, de forma a endossar erros e comprometer o entendimento da dinâmica social dos grupos pré-históricos que se utilizaram do espaço geográfico paraibano.

É bom frisar que não estou a me referir de sofismo ou pedantismo, mas imprecisões, mal-entendidos e distorções ocasionadas pelas condições impostas, que são perfeitamente compreensíveis se formos nos reportar às dificuldades atuais de se realizar pesquisa em nosso país. Os pesquisadores que nos antecederam vivenciaram empecilhos bem maiores, tais como a dificuldade de acessar documentos, a falta de uma metodologia convencional e o atraso tecnológico. Há dez anos, por exemplo, praticamente não existiam acessos para as localidades interioranas dos municípios e, quando existiam, se mostravam inadequadas e tortuosas; quase não se compreendiam ou incentivavam estudos arqueológicos, assim como também ainda não existia uma sistematização oficial acessível e eficiente para o levantamento de sítios pré-históricos no interior do Nordeste brasileiro. Isso, em grande parte, ainda é uma realidade. Imaginem, portanto, este quadro há trinta, cinquenta, oitenta ou cem anos!

Dessa forma, este trabalho não visa ofuscar os méritos de nossos pioneiros da arqueologia paraibana. Pelo contrário, estes foram grandes estudiosos que se colocaram pura e simplesmente ao serviço de sua causa e, como diria Max Weber, conquistaram, no mundo da ciência, “personalidade” (WEBER, 1967 p. 27). Este trabalho que ora apresento tem por objetivo, sobretudo, dar continuidade aos estudos iniciados com labor e perseverança pelos desbravadores da arqueologia do Estado que, mesmo com as dificuldades acima citadas, além de outras que desconhecemos e só cada um vivenciou, conseguiram iniciar um trabalho de vanguarda que atualmente é parâmetro para as pesquisas que se desenvolvem.

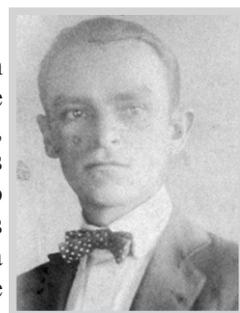
Outro motivo que me encorajou a desenvolver a retificação de dados imprecisos anteriormente levantados dos sítios arqueológicos paraibanos foi a forma humilde e flexível com que muitos destes agentes da arqueologia paraibana reconheceram eventuais falhas em suas obras: *Estamos conscientes das numerosas falhas do trabalho, mas acreditamos ter iniciado o estudo da arte rupestre paraibana* (ALMEIDA, 1979 p112); *Se o presente livro servir como catalisador para estimular vocações latentes e, como consequência,*

pesquisadores mais credenciados tomem a direção desses estudos na Paraíba, teremos conseguido um objetivo útil e esse terá sido o meu único mérito (CLEROT,1969.p 06); Esperamos ter conseguido atingir o objetivo ao qual nos propomos, aqui está um trabalho muito mais descritivo que analítico... escrito em linguagem jornalística por um profissional da matéria, fugindo das dissertações acadêmicas e regras científicas... (BRITO, 1992.p 06); Ao contrário do que se imagina(...) trabalho apenas para ser útil às minhas preocupações e não para angariar simpatia ou juízo favorável de um público cheio de complexidades (DANTAS, 1994).

Contando com a dedicação e compromisso que estes nossos pesquisadores construtores dos alicerces da arqueologia local nutriam (ou nutrem) pela pesquisa arqueológica é que me proponho dar o esmero que requer os dados, retificando as falhas verificadas que, embora pareçam pormenores insignificantes, representam real perigo de interpretações capazes de distanciar o andamento dos estudos arqueológicos de forma significativa, pois muitas pesquisas atuais gravitam ao redor destes paradigmas.

José de Azevedo Dantas e a Pedra do Navio

José de Azevedo Dantas foi um jovem pesquisador autodidata e desenhista notável, filho de agricultores do então povoado de Carnaúba dos Dantas, no Seridó potiguar, que desenvolveu pesquisas arqueológicas na década de 20. Suas pesquisas, cujo levantamento envolvia a reprodução em desenhos dos registros rupestres acompanhados de dados referentes à localização e suas conclusões acerca destes, iniciaram-se em 1924 envolvendo diversos municípios norte-riograndenses e paraibanos, se estendendo até o fim de sua vida, que, vítima de tuberculose, expirou prematuramente aos 38 anos, em 1929.



Apesar da humilde formação, José de Azevedo Dantas não se deixou influenciar pelas teorias antediluvianas, transatlânticas e flamengas vigentes nos primeiros decênios do século XX, creditando estes testemunhos às remotas sociedades pré-históricas. Seus estudos, de grande alcance objetivo e discernimento científico, impressionam por terem sido realizados por um simples jovem do interior do Nordeste, semi-alfabetizado e sem recursos ou ônus econômicos.

Na Paraíba, seus estudos contemplaram inscrições rupestres. Muitos dos sítios arqueológicos visitados por este pesquisador já foram por mim identificados e outros tantos ainda me falta localizar. Logicamente, não poderia-

mos esperar um levantamento completo e eficaz deste autodidata que viajava a trabalho sobre uma mula e aproveitava as oportunidades para visitar inscrições rupestres e fazer suas anotações e desenhos despreziosos.

Entre os sítios paraibanos, José de Azevedo Dantas registra: *inscrições desenhadas a tinta vermelha na face da Pedra do Navio, próximo ao Espinheiro, situado ao nascente da fazenda Santo Antônio, no município de Campina Grande* (DANTAS, 1994).

Os dados de localização anotados por Dantas em 1926, como não podia



Desenho recolhido por Dantas na Pedra do Navio

ser diferente, hoje estão completamente desatualizados, impossibilitando por completo sua identificação espacial. Pois a região à época pertencente à Campina Grande atualmente é território do município de Puxinanã. Sua localização só me foi possível por pura casualidade; descobri a pedra

em 2002 quando pesquisava a região de Puxinanã e a registrei sem saber que se tratava da Pedra do Navio registrada por Dantas. Só meses depois, quando realizava análise de gabinete de inúmeros desenhos rupestres por mim recolhidos, percebi certa familiaridade com algum desenho que já havia visto. Isto me levou a empreender pesquisa comparativa nos desenhos de inscrições paraibanas recolhidos em livros, o que resultou na identificação do desenho correspondente registrado na obra *Indícios de uma civilização antiqüíssima*.



Desenho recolhido por mim na mesma Pedra do Navio em 2002

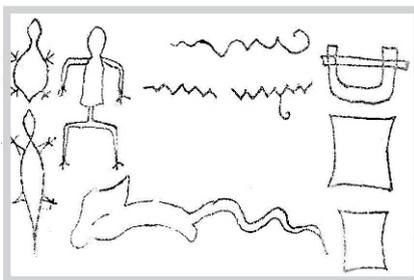
Comparando o desenho de Dantas com o desenho que recolhi no mesmo sítio, percebi que o estudioso potiguar estilizou os símbolos e compactou o painel segregando unidades gráficas (Fig.1), ignorando registros indiscerníveis e manchas, talvez julgando que por suas inexpressividades estéticas não eram merecedores de interesse. A pesquisadora Anne-Marie Pessis, especializada em inscrições rupestres, alerta que num painel rupestre é importante se considerar tantos os traços gráficos quanto os espaços e disposições que compõem o conjunto (PESSIS, 2002 p. 32). Contudo, a principal falha de Dantas foi omitir a presença um símbolo gravado e sete incisões capsulares distribuídas em meio ao painel pintado. Em nossa expedição à localidade de Espinheiro encontramos na grande rocha granítica, denominada localmente de “Pedra do Navio”, um painel rupestre ocupando 7m de extensão na parede voltada para o oeste do monumento, cuja configuração perceptível recolhemos (Fig. 2), deixando claro o quanto foi ignorado no registro parcial feito por José de Azevedo Dantas no interior paraibano. Depois descobri que o mesmo sítio posteriormente também foi referenciado na obra da professora Ruth Trindade de Almeida, numa relação de nota final a título de informação geral, com a seguinte breve observação: “Sítio Espinheiro de José Fidélis” (ALMEIDA, 1979 p116).

Florentino Barbosa e o Templo dos Índios

O cônego Florentino Barbosa Ferreira, sacerdote e professor, com doutorado em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, foi natural da freguesia de Teixeira, onde nascera em 1882. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, também se interessou em pesquisar sítios rupestres. Entretanto, num trabalho quase desconhecido do público geral, publicado em 1934 na revista Anuário da Paraíba, o cônego descreve inscrições rupestres existentes num abrigo rochoso ao pé da serra do Jabre (atual município de Maturéia) o qual denominou de “Templo dos índios”, considerando tratar-se de um santuário paleolítico. Influenciado de religiosidade católica, Florentino julgou que os inúmeros sinais enigmáticos praticados pelos índios com tinta “*escalarte e indelével*” poderiam ser livros de orações ou rituais dedicados ao culto de Tupã, e representavam figurações de um homem, cágados, lagartos, dragões e almofarizes. Julgando-os animais e objetos sagrados. Outros detalhes verificados por Florentino nos desenhos do Jabre foi que as figuras antropomorfas tinham apenas três dedos e não dispunham de olhos. Detalhes que justificou relacionando-lhes ao retardamento (sic) de nossos tapuias e a sua pouca fé em Tupã (BARBORA, 1934 p.20-2). Todavia, a bem da verdade, Tupã era uma entidade da mitologia tupi, e não tapuia como imaginou o sacerdote.



Florentino Barbosa, na condição de sacerdote cristão, buscou associar tais figuras a lendas indígenas e passagens bíblicas, atribuindo estes vestígios às sociedades ameríndias. Devemos, portanto, desconsiderar as afirmativas arbitrárias de fundo teológico deste pesquisador, levando em consideração sua formação e à época que remonta sua descoberta.



Desenho recolhido pelo Cônego no Jabre

Contudo, o desenho realizado e divulgado pelo Cônego paraibano, além de estilizado, é completamente descontextualizado do ordenamento



Desenho recolhido por mim no mesmo Jabre

original, desconsiderando o conjunto em favor das unidades gráficas. Na verdade o sítio rupestre descrito por Florentino, denominado na região como Pedra do Caboclo, é um conjunto de blocos rochosos tendo um matacão sobre seu dorso.

Ali existem dois painéis rupestres pintados na cor vermelha, em duas tonalidades, sendo um na pedra suporte, que teria sido o que o Cônego copiou, e o outro no interior de uma concavidade da pedra superposta.

O painel da rocha inferior mede 3,5m de extensão por 1m de altura e a distribuição das figuras é de acordo com o desenho que ora reproduzo, portanto, bem diferente do desenho que o Cônego nos apresentou. O painel da pedra superior mede 2m por 1m e foi realizado em meio à cavidades que se acham naturalmente perfuradas no teto arqueado do abrigo. Não sabemos por que razão o Cônego omitiu estas, uma vez que o seu texto deixa claro que o mesmo esteve no abrigo superior: *O segundo é uma grande abobada que se inclina por sobre quase tudo o pavimento. Interiormente se notam pequenas cavidades esféricas, não sei se feitas pelos índios ou pelo mesmo autor da obra. Que funções desempenhariam aquelas espécies de bolsos de pedra, também ignoro. Talvez guardassem objetos sagrados ao culto.*



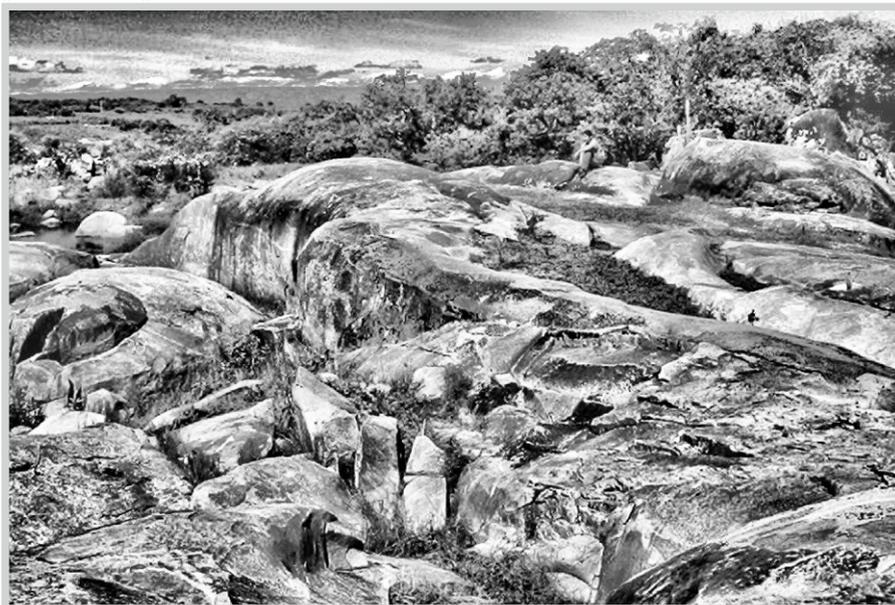
Desenho inédito do painel superior

Leon Clerot e a Pedra Lavrada do Ingá

Leon Francisco Rodriguez Clerot, nascido em 1889, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e formado em geologia e engenharia civil, desenvolveu amplas pesquisas em território paraibano entre as décadas de 30, 40, 50 e 60 do século XX, envolvendo muitas áreas do conhecimento, inclusive à arqueologia. O resumo de suas pesquisas foi publicado em 1969 (após a sua morte - 1967) na obra *30 anos na Paraíba: memórias corográficas e outras memórias*.



Um capítulo da obra é dedicado à famosa Pedra do Ingá, Clerot descreve o monumento rupestre como *um grande bloco que descansa sobre uma grande laje divide o rio em dois braços, formando esse bloco do lado norte um paredão de uns 20 metros de comprimento por três de altura* (CLEROT, 1969 p. 125). Sua descrição, que vem sendo repetida abusivamente, sugere que o monumento do Ingá é uma coluna, ou estela, independente do pedregal, e que se encontra ilhada no meio do riacho. Entretanto, o painel mais vivaz do Ingá está inciso numa parede vertical que é parte do corpo do relevo de um grande afloramento metamórfico no médio



A Pedra do Ingá, como se pode observar, é um complexo rochoso único aflorado no vale do Bacamarte

curso do riacho Bacamarte. Tampouco é o único no pedregal, pois há outros painéis em diversas partes do afloramento. Não é exato também dizer que a Pedra divide o riacho em dois braços, pois o curso do Bacamarte passa por trás da elevação rochosa que se ergue à sua margem esquerda. Só durante as enxurradas de inverno que um filite do riacho cruza efêmero por sobre o lajedo.

Denominar o Bacamarte de rio também não é correto, porque se trata apenas de um regato transitório que flui enxurros para o rio Paraíba. Quanto às medidas exatas da opulenta face pétreia em eixo longitudinal, esta se estende por 46m em paredão que vai se extenuando até se igualar ao relevo do lajedo, sua parte mais alta atinge 3,8m de altura. Contudo, os sinais rupestres gravados apenas contemplam 15m da extensão do paredão por 2,3m de altura. Portanto, estes dados descritivos de Clerot não contemplam a realidade da Pedra do Ingá.

Em termos interpretativos, Leon Clerot, com base na suposta constelação gravada na laje que forma o piso, atribui estas inscrições do Ingá à lavra dos indígenas da nação Cariri. Pois, segundo suas convicções: *ali se forma a constelação de Órion e refere-se à lenda do Homem de perna cortada vastamente difundida entre as tribos do setentrião o que parece confirmar a origem amazônica dos Cariri* (CLEROT, 1969 p. 131). Esse tipo contundente de atribuições etnográficas foi muito comum entre os estudiosos da época de Clerot, Pe. Luiz Santiago também costumava atribuir vestígios arqueológicos às possíveis tribos nativas das regiões onde havia tais achados. Esqueciam-se, porém, a probabilidade óbvia de que os vestígios arqueológicos de uma região podem não ser necessariamente do último grupo ali instalado, podiam ser pertencentes a grupos que viveram ou passaram na região em tempos anteriores, uma vez que dezenas de milênios de pré-história antecedem os tempos proto-históricos do Brasil.

Convém notar, também, que as tribos da nação Cariri, à quem Clerot atribuía os entalhes do Ingá, estabeleceram-se tardiamente no território paraibano, já durante o processo da conquista empreendido pelo europeu, e chegaram à Paraíba oriundos da bacia do São Francisco, sendo assentados em várias regiões devolutas ao longo do rio Paraíba pelos portugueses. Embora não seja possível precisar, datações comparativas indicam que os registros da Pedra do Ingá devem ter entre 2.000 e 6.000 anos. Portanto, estariam cronologicamente bem distantes da chegada dos Cariri à região. Também deve-se levar em conta que nenhum documento do período em que estes indígenas ainda viviam ao natural em suas aldeias menciona sobre os mesmos fazerem tais registros ou mesmo saberem de que se tratavam os petróglifos. Portanto, a afirmativa de Clerot, que posteriormente também foi esposada por outros estudiosos em vistas à eminência do propagador, não passa de mera especulação desatenta aos fatos.

Gabriela Martin e a Pedra de Retumba

Gabriela Martin desenvolveu pesquisas na Paraíba por volta da primeira metade da década de 70. Em 1996 publicou a obra “Pré-história do Nordeste do Brasil”, hoje já em sua quinta edição. No livro, no capítulo dedicado à Tradição Itacoatiara, Martin menciona que a Pedra de Retumba, existente na proximidade urbana do município de Pedra Lavrada, no Seridó da Paraíba, foi citada pela primeira vez por Tristão de Alencar Araripe, em 1887, e teria *sido destruída para fabricação de paralelepípedos* (MARTIN, 2005 p. 298).



Na verdade, quem primeiro faz referência bibliográfica à Pedra Lavrada (depois conhecida como Pedra de Retumba) foi o naturalista francês Louis Jacques Brunet, por volta de 1858, descrevendo-a *como a melhor gravada que já viu e, por isso mereceria, em particular, ser conservada em museu ou moldada, seja em plástico, seja em argila*. Segundo comenta o naturalista, as inscrições encontravam-se gravadas num rochedo mais ou menos horizontal (BRUNET, 1971 p.107). Ao próprio engenheiro de minas Francisco



Desenho de Retumba do monumento rupestre de Pedra Lavrada

Soares da Silva Retumba cabe a segunda citação bibliográfica destas inscrições (1886), da qual foi transcrita a mencionada citação de Tristão de Alencar Araripe.

Quanto a Pedra ter sido destruída para servir de matéria-prima à construção civil, não há qualquer registro. O que se sabe sobre esta famosa pedra lavrada, que deu nome ao município

em que se encontra, é que foi submersa por um açude construído na bacia do riacho e, posteriormente, o estouro de uma cadeia de outras barragens provocou

o assoreamento deste açude e, conseqüentemente, no soterramento da Pedra. Provavelmente, a Pedra de Retumba encontra-se soterrada na base de uma rocha parcialmente enterrada pelo nível do solo atual, cuja face orientada para o riacho apresenta inscrições pintadas já bem desgastadas pelo tempo.

Certamente, a professora Gabriela Martin foi informada deste engano, pois na segunda edição da obra corrigiu a legenda que acompanha o desenho de Retumba: *encontra-se atualmente sob as águas de uma represa do rio Seridó* (MARTIN, 2005 p. 293). Contudo, por descuido, a correção não se estendeu ao corpo do texto, permanecendo neste a primeira afirmativa. Entretanto, esta meia-correção que acompanhou as edições seguintes de sua obra também está necessitando ser reformulada, uma vez que atualmente a Pedra de Retumba jaz soterrada e não submersa. Outro detalhe a ser revisto é que está soterrado à margem do antigo riacho Gado Bravo, hoje denominado Cantagalo, e não do rio Seridó como a legenda do livro de Martin afirma.

Ruth Trindade de Almeida e os Cariris Velhos

A professora da UFPB Ruth Trindade de Almeida realizou uma extensa pesquisa na Paraíba pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado entre os anos de 1972 e 1974, retomando posteriormente, desta vez pelo CNPq, entre 1977 e 1978. Suas pesquisas objetivavam catalogar as inscrições rupestres paraibanas e percorreu diversas regiões do Estado. Em 1979, publicou o resultado da primeira fase de suas pesquisas, a obra “A Arte Rupestre nos Cariris Velhos”, livro de abrangente potencial informativo no qual descreve 49 sítios rupestres na região dos Cariris Velhos paraibanos, com desenhos ilustrativos, e ainda indica, a título de informação geral, mais 45 localizados em outras regiões do Estado que seria objeto de uma segunda publicação no gênero (que nunca chegou a acontecer).



Tendo em vista a longa distância entre o encerramento das pesquisas nos Cariris Velhos e o ano da publicação, certamente a pesquisadora se utilizou de seus rascunhos de campo, há muito guardados, para preparar seu livro. No preâmbulo da obra, a pesquisadora faz questão de informar as difíceis circunstâncias em que suas pesquisas foram realizadas. Fatores que justificam algumas imprecisões e distorções configurativas que observei ao longo do livro. Enumerá-las seria exaustivo, contudo, escolhi dois sítios rupestres cuja errata se faz urgente e necessária:

A pedra onde se acham as pinturas deste sítio é denominada Pedra do Touro e se encontra no topo de uma serra. Embora perto da sede do Município, do lado esquerdo da estrada que liga Campina Grande a Queimadas, o sítio é de difícil acesso. O total da área decorada é de 2,4m x 2m, porém a parte central do painel não mais existe. A área copiada foi de 2,4m x 0,7cm. Ficou sem copiar um conjunto de 6 figuras humanas que estão à esquerda de quem olha o quadro,

por não ter sido possível atingi-las. A parte copiada vai reproduzida neste trabalho. O painel apresenta um conjunto de várias figuras humanas associadas, dando a idéia de movimento; aumentam de tamanho no sentido da esquerda

para a direita, sendo os menores de cerca de 18cm. As cores são amarela e vermelha e há figuras onde aparecem as duas cores. O painel acha-se de um modo geral muito apagado (ALMEIDA, 1979 p 96-51).



Desenho recolhido por Ruth no Castanho



Desenho recolhido por nós no mesmo Castanho

O texto de Almeida referente ao sítio Castanho afirma que o local das inscrições recebe a segunda denominação de Pedra do Touro e localiza-se no topo de uma serra à margem da estrada que liga Campina Grande à Queimadas, apresentando um difícil acesso. Na verdade, a Pedra do Touro é um outro sítio muito conhecido na região, que dista 1km do sítio Castanho. Contrário aos dados oferecidos por Almeida, a localização do Sítio Castanho é de fácil acesso, ficando em terreno plano, na base da serra de Bodopitá, distante apenas 600m de uma estrada de terra que dá acesso ao sítio Zumbi.

Com base no desenho exposto na obra de Almeida, a professora Gabriela Martin, em sua obra Pré-história do Nordeste do Brasil, o enquadrado na Tradi-

Tradição Nordeste, sub-tradição seridó, de pinturas rupestres. Considerando-o uma versão esquemática da referida sub-tradição, além de reproduzir os mesmos dados incorretos de localização e acesso (MARTIN, 1996 p 242). Porém, a estampa que serviu de parâmetro para Martin apresenta graves distorções, como: o acréscimo de um ser antropomorfo que não existe no painel original; a não apresentação do complemento do painel que se encontra à esquerda dando continuidade à dinâmica da cena; não distribuir as distinções cromáticas das figuras e principalmente não atentar para a morfologia cefálica dos antropomorfos (cabeça de castanha) detalhes fundamentais na formulação classificatória de um painel rupestre. Detalhes que podem ser vistos no desenho que reproduzi do sítio Castanho. Além da obra de Martin, a mesma estampa foi também aproveitada para ilustrar a obra do jornalista Gilvan de Brito (BRITO, 1988 p. 107), “contribuindo” cada vez mais para a difusão destes dados.

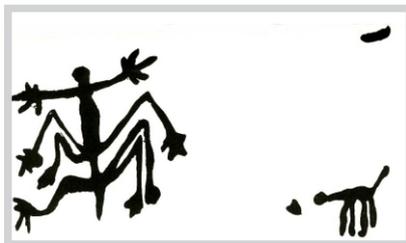
Um outro sítio visitado e copiado pela pesquisadora que também urge ser retificado encontra-se no interior do município de Serra Branca, cuja descrição e reprodução de Almeida segue abaixo:

Furna de uns 35m de largura por 12m de altura, onde se encontra, numa cavidade da rocha, o desenho de um ser estranho que lembra uma figura humana de várias pernas. Este desenho acha-se a 2m do solo. A 1,5m à direita deste desenho, encontra-se o desenho de um quadrúpede; este feito a 78cm do solo. Para completar o painel, existe à direita do quadrúpede, o desenho de um traço grosso como um pequeno retângulo. (ALMEIDA, 1979 p. 101-102).

O sítio em questão se situa na localidade de Serra Verde e a comunidade



Desenho recolhido por nós na mesma Serra Verde



Desenho recolhido por Ruth em Serra Verde

local denomina de “pedra do mané-mago”, em alusão a uma figura no painel, aparentemente de muitas pernas, que os sertanejos comparam a o b i c h o - p a u , designação comum ao

inseto de corpo semelhante a graveto. As pinturas estão numa formação granítica, em forma de abrigo, localizado no alto de uma serra próximo a um tanque natural obstruído, denominado de Lagoa do Eugênio, onde foram resgatados fragmentos fósseis pela comunidade local há quinze anos.

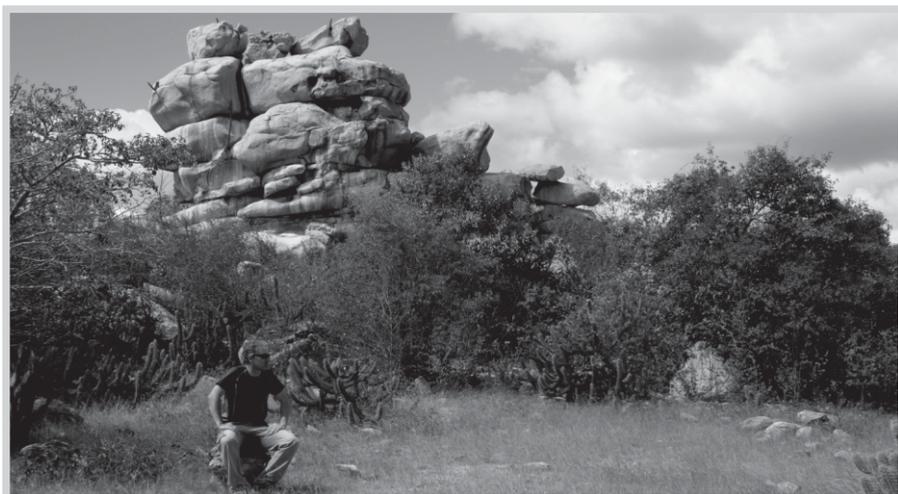
O painel rupestre se encontra em ótimo estado de conservação, mantendo a vivacidade de sua coloração por se encontrar protegido pela flora preservada da serra, que impede a ação direta do sol sobre o espaço pictorial. Medindo 2,5m por 1,8m de altura, pintado na parede íngreme do abrigo, o painel é composto por três figuras distanciadas, sendo uma a representação de um zoomorfo, outra um grosso traço vertical em vermelho, e a terceira é uma figura irreconhecível que a autora chama de *um estranho ser*. A figura de características anormais, com várias pernas, deu asas à imaginação de muita gente, chegando a ser publicado no livro “Viagem ao Desconhecido”.

Visitei o sítio em setembro de 2002, para verificar de perto o “estranho ser” registrado por Almeida e constatei que não se tratava de uma representação exótica, mas sim de uma dicotomia. A figura polêmica do município de Serra Branca, pintada numa cavidade da rocha, na verdade são dois seres distintos que coexistem sobrepostos e foram diferenciados por colorações; sendo um em vermelho e o debaixo em tom alaranjado. Sob essa nova ótica, é perceptível que pode se tratar de uma cena ligada a um possível rito de fertilidade, que tanto pode representar uma cópula sexual, como uma cena de parto, perfazendo, assim o “estranho ser” a representação de duas figuras relativamente cognitivas. Outro erro grave de configuração, que deforma ainda mais o cenário rupestre, foi o acréscimo a “unidade gráfica” de um pedúnculo, sugerindo uma cauda que não existe no original e que, seguramente, nunca existiu.

Gilvan de Brito e a Muralha do Meio do Mundo

Desde que o jornalista Gilvan de Brito publicou a obra *Viagem ao Desconhecido*, cuja primeira edição é de 1988, relatando a existência de um enigmático e extenso caminho de pedras linearmente distribuído numa extensão superior a 100 km, atravessando vários municípios do Cariri paraibano com blocos eretos de até 10m de altura e pedras arrumadas umas sobre as outras, e afirmou tratar-se de ruínas de um aqueduto pré-histórico feitos por antigos povos para solucionar a falta de água potável na região (BRITO, 1992 p. 109-112), muitos outros pesquisadores ocasionais vem propagando como verdadeira esta instigante argüição para explicar os singulares amontoados de pedras do Cariri paraibano. Em alguns casos até enfeitando ainda mais com novos elementos imaginativos. Desta forma, a chamada Muralha do Meio do Mundo tornou-se uma lenda permeada no imaginário dos desavisados. Desde os simples homens do campo até alguns acadêmicos.





Muralha do Meio do Mundo, sítio Picoitos, município de São João do Cariri-PB.

De fato, seguindo pela BR 412 com destino ao Cariri, amontoados de pedras vão surgindo e desaparecendo no cenário, para surgirem novamente mais adiante, provocando a imaginação das pessoas. Contudo, basta ser um pouco lúcido para ver que esta ideia - com todo respeito - deve sua existência apenas à imaginação criadora de seu autor. Um aqueduto, suponho, deve partir de um grande reservatório e conduzir água, por gravidade, a um núcleo populacional. No entanto, no Cariri da Paraíba não existe nenhuma localidade que sugira ter existido um grande volume hídrico represado num passado distante, tampouco ruínas de uma cidade ou logradouro pré-histórico. Na verdade, esses amontoados rochosos, denominado genericamente de Muralha do Meio do Mundo, não passam de restos residuais de elevações maiores que foram fragmentados pelos agentes da intempérie, constituindo grandes blocos superpostos, tendo alguns destes sido selecionados, talvez por sua magnitude natural, para a realização de inscrições rupestres, como acontece no sítio Picoitos, no município de São João do Cariri (cuja foto do monumento foi apresentado na obra), onde existem três formações rochosas contínuas em destaque, numa das quais há um complexo e vivaz painel rupestre realizado em duas tonalidades de tinta vermelha. É curioso que Gilvan de Brito não tenha feito menção às pinturas rupestres, provavelmente nem tenha tomado conhecimento, do contrário, certamente utilizaria para reforçar sua teoria.

Portanto, não existe um aqueduto pré-histórico na Paraíba. O que ficou denominado como a Muralha do Meio do Mundo, na crueza da realidade, não passa de amontoados rochosos distribuídos à revelia em meio à caatinga, um cenário que é prosaico nos rincões do nordeste brasileiro.

Considerações finais

Como tudo que há no mundo, a arqueologia também envelhece e acaba por ser superada. Desmancha no ar, diria O Manifesto. Sempre se afeiçoando aos novos sintagmas e estruturas de sistematicidade modernas.

Convém notar que, apesar de sua modernização, a arqueologia também sempre continuará vulnerável a tornar-se obsoleta. Pois, como nos ensinou Tolstoi, com muita propriedade, a ciência não tem sentido, já que nunca conseguirá responder em definitivo as indagações latentes.

Contudo, o cientista é um ser necessário que tenta conduzir o homem à luz, como aquele filósofo do livro sétimo da República de Platão que tenta obstinadamente libertar seus companheiros confinados às trevas da caverna. Pois os avanços da ciência só se dão com o surgimento constante de novas gerações de cientistas, alicerçados nos estudos acumulativos, que fomentam continuamente o desenvolvimento de cada segmento científico.

Portanto, se hoje tenho este interesse pela arqueologia, devo em grande parte aos cientistas que me precederam e os resultados disponíveis. Pois foi absorto na leitura de suas observações arqueológicas que me determinei a ir a campo e dar minha parcela de continuidade aos esforços outrora empreendidos em prol do desenvolvimento da ciência arqueológica.

Contudo, assim como as obras que aqui trabalhei estão sujeitas a mais correções, outras muitas obras que não foram contempladas nesta oportunidade também apresentam dados ecoantes que precisam ser retificados, para que resultados incorretos não venham a ser reproduzidos por terceiros, pela comodidade, e este continuidade acabe por dogmatizar o errôneo.

Congratulo os autores das bibliografias utilizadas ao longo deste artigo, sem as quais não seria possível a realização desta atualização de dados, e espero, sinceramente, que outros pesquisadores, num futuro breve, para melhor dotar a arqueologia de dados precisos, retifiquem e atualizem os dados imperfeitos que por ventura existam no presente trabalho. Pois a verdadeira ciência, embora passível de retificações constantes, tem por objetivo sempre buscar a verdade.

Referências

ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A Arte Rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1979.

BARBORA, Cônego Florentino. O Jabre e o Templo dos Índios. **Anuário da Paraíba**, ano 1, n° 517. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

BORGES, José Elias. As nações indígenas da Paraíba. **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 2000.

BRITO, Gilvan de. **Viagem ao Desconhecido**: os segredos da Pedra do Ingá. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRITO, Vanderley de. **A Pedra do Ingá**: itacoatiaras na Paraíba. 2ª Edição. João Pessoa: JRC Editora. 2008.

_____. Arqueologia na Borborema. João Pessoa. JRC Editora, 2008.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogo das grandezas do Brasil. 2ed. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1966.

BRUNET, Louis Jacques. Memórias sobre as inscrições rupestres no Nordeste. In: ROSADO, Vingt-un. “**Louis Jacques Brunet, naturalista viajante**”. Mossoró: Coleção Mosoroense, v. 1, série C, vol. 80. 1973.

CLEROT, Leon. **30 Anos na Paraíba**. Rio de Janeiro: Ed. Pongett, 1969.

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma Civilização Antiquíssima**. João Pessoa: Ed. A União, 1994.

MARTIM, Gabriela. **Pré-História do Nordeste de Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 1996.

_____. **Pré-História do Nordeste de Brasil**. 2ª Ed. Recife: UFPE, 2005.

PESSIS, Anne-Marie. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. Revista **Clio Arqueológica**, nº 15. Recife: UFPE, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 4ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

Cap.VIII

Os registros rupestres do Rio Grande do Norte

Valdeci dos Santos Júnior
Luiz Carlos Medeiros da Rocha
Silas Costa de Medeiros
Antonio Thyago Teixeira Jales

AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBE OS REGISTROS RUPESTRES NO RIO GRANDE DO NORTE.

Valdeci dos Santos Júnior

Luiz Carlos Medeiros da Rocha

Silas Costa de Medeiros

Antonio Thyago Teixeira Jales

(Departamento de História – UERN – Mossoró-RN; Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar)

Nesse artigo serão discutidas as pesquisas arqueológicas e informações historiográficas que tratam sobre a presença de registros rupestres no Estado do Rio Grande do Norte até o ano de 2008.

Registros rupestres – Historiografia.

As primeiras referências sobre a existência de registros rupestres em solo potiguar foram feitas pelos cronistas holandeses Baro e Herckman na segunda metade do século XVII. Entre 1799 e 1817, o padre Francisco Telles de Menezes registra um total de duzentos e setenta e quatro sítios com pinturas e gravuras rupestres no nordeste brasileiro, com boa parte deles no Rio Grande do Norte, e publica sua obra *Lamentações brasílicas* onde faz as primeiras tentativas para interpretação das escritas nas pedras tentando vincular os signos rupestres com os alfabetos grego e hebraico, na busca de possíveis “tesouros escondidos”. Em 1860, o naturalista francês Louis Jacques Brunet efetua uma viagem pelo nordeste brasileiro e faz uma compilação de sítios arqueológicos com registros rupestres, sendo uma parte deles no Rio Grande do Norte, para apresentar ao imperador Dom Pedro II.

No século XX, o pesquisador Luciano Jacques de Moraes publica a obra *Inscrições rupestres no Brasil* onde faz referências a vários sítios arqueológicos com gravuras rupestres no Seridó potiguar. Entre 1924 e 1927, o agricultor seridoense José de Azevedo Dantas vasculha intensamente diversos sítios arqueológicos com registros rupestres no Seridó potiguar e da região central, abrangendo também municípios vizinhos do estado da Paraíba, copiando os grafismos e fazendo anotações, que iria produzir a obra *Indícios de uma civilização antiqüíssima* organizada pela pesquisadora Gabriela Martin. No ano de 1960, o pesquisador Osvaldo Lamartine menciona no Boletim Bibliográfico alguns locais onde existiriam registros rupestres intitulado *Índice geográfico das Inscrições Rupestres no Rio Grande do Norte*. Em 1964, os professores Nássaro Nasser e Elizabeth Mafra Cabral

percorrem parte do oeste potiguar e publicam a obra *Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte* com sítios arqueológicos que apresentavam pinturas e gravuras nos municípios de Alexandria, Antonio Martins, Apodi, Itaú, Marcelino Vieira, Mossoró e Upanema.

Em 1981 é publicado um levantamento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) intitulado *Acervo do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte* organizado por Oswaldo Câmara de Souza contendo anotações e fotos com alguns sítios arqueológicos. Em 1982, os pesquisadores Osmar Medeiros e Maurina Sampaio de Souza, através de projeto do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo (vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte) publicam o trabalho *Inscrições rupestres do Rio Grande do Norte* contendo informações de dez sítios arqueológicos do Seridó e da região central do Estado.

A partir de 1980 tem início uma pesquisa sistemática na região do Seridó por parte de pesquisadores do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco, encabeçado pela professora Gabriela Martin que faz um levantamento analítico dos sítios arqueológicos com registros rupestres com pinturas da Tradição Nordeste. Na década de 80 viria a ser publicados vários trabalhos na revista CLIO-UFPE pela professora Gabriela Martin sobre essas pesquisas: em 1982 - *Casa Santa: um abrigo com pinturas rupestres do Estilo Seridó, no Rio Grande do Norte*; em 1985 – *Arte rupestre no Seridó (RN): o sítio Mirador do Boqueirão de Parelhas*; em 1989 – *A subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil* e também em 1989 surge o artigo *Geomorfologia de alguns sítios pré-históricos do Seridó (RN)*, de Valter Augusto Goldmeier.

Na década de 90 do século XX, as pesquisas se ampliam em várias vertentes. Por parte da professora Gabriela Martin são publicados os seguintes trabalhos: em 1991 - “*Novos dados sobre as pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte*”; em 1996 – *Os sítios rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte (Brasil), no contexto do povoamento da América do Sul*. Em 1992 são realizadas escavações no Lajedo do Soledade, no município do Apodi, na região oeste do Estado, onde o pesquisador Paulo Tadeu de Souza Albuquerque analisa o acervo rupestre daquele sítio arqueológico e publica em 2000 o artigo *O Lajedo do Soledade: um estudo interpretativo* no qual o autor sugere a utilização das ravinas calcáreas como pontos cerimoniais onde os grupos pré-históricos elaboravam seus grafismos pintados. Em 1996, A pesquisadora Ana Catarina Torres, do NEA-UFPE, publica o artigo *Estudo dos pigmentos do sítio pré-histórico Pedra do Alexandre – Carnaúba dos Dantas – RN* procurando averiguar a origem mineral e/ou orgânico das tintas utilizadas nas pinturas do sítio arqueológico Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas

na região do Seridó. As pesquisadoras Ana Nascimento e Suely Luna, em pesquisas a cargo do NEA-UFPE, percorrem o riacho do Bojo, em Carnaúba dos Dantas e publicam em 1998 o resultado do trabalho de prospecção através do artigo na CLIO intitulado *Levantamento arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil*.

No século XXI as pesquisas acadêmicas sobre os registros rupestres ganham mais força no Estado. Em 2000 é criado o Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - que começa a fazer um levantamento sistemático dos sítios arqueológicos com registros rupestres em todas as regiões do Estado potiguar. Começa também o projeto *Mapeamento do patrimônio arqueológico do Rio Grande do Norte*, a cargo do professor Luis Dutra de Sousa Neto, do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Entre 2003 e 2005, na região do Seridó, o pesquisador Helder Alexandre Medeiros de Macedo consegue catalogar quarenta e cinco sítios arqueológicos com registros rupestres encravados nos *vales do Lajedo e Areias da Cobra, do Rio Carnaúba e dos Riachos do Bojo, do Olho d'água e o Cardão*, no município de Carnaúba dos Dantas, defendendo a monografia no curso de especialização em Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo do Campus de Caicó (UFRN) intitulada *Inventário do Patrimônio Arqueológico de Carnaúba dos Dantas* (MACEDO, 2005).

Diversos artigos são publicados por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – sobre os sítios arqueológicos com registros rupestres da região do Seridó, entre os quais: Em 2002 é publicado o artigo “*Área Arqueológica do Seridó, RN, PB: problemas de conservação do patrimônio cultural*” pela pesquisadora Anne-Marie Pessis; Em 2003 é defendida a dissertação *Gravuras pré-históricas da área Arqueológica do Seridó potiguar/paraibano: um estudo técnico e cenográfico* por Raoni Bernardo Maranhão Valle e também nesse ano é publicado pela professora Gabriela Martin na revista CLIO Arqueológica o artigo *Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área Arqueológica do Seridó (RN,PB)*. Em 2005 é defendida no programa de pós-graduação em arqueologia da UFPE, pelo autor desse trabalho, a dissertação de mestrado *Os registros rupestres da Área Arqueológica de Santana (RN)* apresentando um total de setenta e cinco sítios arqueológicos com registros rupestres na região central do Estado (atualmente – 2009 – já passam de cento e cinco sítios). Em 2008 é publicado pela CLIO - série arqueológica – da UFPE, o artigo *A Furna do Messias: um sítio com pinturas rupestres na área Arqueológica do Seridó, no Rio Grande do Norte*, pelas pesquisadoras Gabriela Martin e Elisabete Medeiros.

Referências:

ETCHEVARNE, C. **Escrito na pedra**. Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, Versal. 2007.

MARCOS, J; PROUS, A; e RIBEIRO, L. **Brasil rupestre**. Arte pré-histórica brasileira. Curitiba-PR: Zencrane livros, Fotografias: Marcos Jorge. Texto: André Prous/Loredana Ribeiro. 2006.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Primeira edição. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília. 1992.

PERFEITO DA SILVA, J. **Arte Rupestre**: conceito e marco teórico. En Rupestreweb, <http://rupestreweb.tripod.com/conceito.html>.

PESSIS, A. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO arqueológica**, vol. 1 (8), 35-68. 1992.

_____. Registros rupestres, perfil gráfico e grupo social. **CLIO arqueológica**, vol.1 (09), 7-14. 1993.

_____. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **CLIO Arqueológica**, vol.1, (15), 29-44. 2002.

_____. **Imagens da Pré-história**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano. 2003.

SANTOS JÚNIOR, V. As técnicas de execução das gravuras rupestres do Rio Grande do Norte, **FUMDHAMENTOS**, v.1(7), 516-528. 2008.

VALLE, R. **Gravuras Pré-históricas da Área Arqueológica do Seridó Potiguar/Paraibano**: Um Estudo Técnico e Cenográfico. Dissertação de mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Cap. IX

A importância de estudar e apreender pré-história na escola

Antônio Clarindo

A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR E APREENDER PRÉ-HISTÓRIA NA ESCOLA

Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Brasil, ano 2508, um menino pára diante de uma grande placa jogada ao chão. Na placa retangular de doze por quatro metros, estão impressas inúmeras imagens. Algo que se parece com uma caixa também retangular, só que dividida em várias prateleiras, uma outra caixa retangular com um vidro transparente na frente, pequenos recipientes que parecem ter uma textura plástica, algo que se parece com frutas exóticas e muitos, muitos símbolos indecifráveis cercam tais imagens, uns em tamanho maior, outros em tamanho menor. O pai se aproxima do menino, e este pergunta-lhe: - Pai, o que significa tudo isto? Ao que o pai responde com calma e uma certa melancolia: - Filho, isto é a pré-história de nossos tempos. São os restos do século XXI.

A pré-história de nossos tempos é tudo aquilo que não conseguimos, a um primeiro olhar, decifrar, dar conta, entender, fazer ter sentido. A surpresa diante do desconhecido do menino do futuro parece ser a mesma dos jovens que entram na escola e na universidade sem nunca terem parado para pensar que a pré-história é tudo que os antecede e que, hoje, estão produzindo equipamentos, utensílios, e formas diversas de escritas que daqui a 500 anos serão identificados como pré-história, tempos antigos, tempos de nossos avôs, de nossos ancestrais, de nossos antepassados.

A pré-história que está sendo hoje resgata pelos arqueólogos, paleontólogos e demais especialistas em paleo-fauna e paleo-flora, é apresentada aos jovens estudantes como a história que está para aquém da existência humana. É como se houvesse história ou história humana a partir da presença do homem no planeta terra, o que em termos gerais é uma presença bastante recente 1.250.000 (um milhão duzentos e cinquenta mil anos) no máximo se considerarmos os mais antigos fósseis hominídeos já detectados pelos arqueólogos.

Por isto, é importante começar a trabalhar com alunos do ensino fundamental e médio as informações sobre o que existia em nosso planeta antes da presença humana. A primeira lição que tais alunos compreenderão é que a história natural, que antecede a história ou pré-história humana, é muito maior em extensão temporal e bem mais rica em transformações geológicas, morfológicas e ambientais em geral.

A percepção de que tais transformações ocorreram num período incomensurável de tempo, os levará a problematizar a própria noção de tempo, percebendo talvez que a presença humana é muito restrita no planeta.

Apresentados aos fatos geológicos (eras, períodos e sub-períodos) os alunos perceberão também que naquele momento as mudanças climáticas ou ambientais ocorriam por causas naturais, não havendo interferências externas (ou humana) aos fatos climáticos. Aquecimentos ou congelamentos das diferentes regiões da terra eram fruto de processos físico-químicos e não resultado da ação humana. Começarão a entender que a partir do momento em que o homem passou a existir, passou a interferir na forma como o restante da Natureza se comporta, e compreenderá que esta ação humana pode ser benéfica ou prejudicial ao ambiente, e, por extensão, à própria Humanidade.

Aos poucos os alunos do ensino fundamental, médio e universitário serão apresentados aos seus ancestrais mais diretos. Aprenderá que os primeiros seres parecidos com os humanos foram os *australopithecus* (de vários tipos: *afarensis*, *boisei*, *robustus*, etc) que hoje a ciência aponta como uma espécie anterior à espécie *homo*, remontando a pelo menos 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil anos antes da nossa era).

Talvez lhes cause surpresa saber que outras espécies de homos existiram e que por volta de 200.000 (duzentos mil anos) já existiam no que hoje eles conhecem por Europa, seres chamados Neandertalenses e que estes seres, baixos, atarracados, mas extremamente fortes, devem ter convivido por algum tempo com outra espécie que chegou à Europa, possivelmente vinda da África, após ter passado por diferentes transformações geracionais, como o *Homo Habilis*, o *Homo Erectus* e o *Homo Sapiens*. Descobrirão então que no mundo atual, reina absoluta apenas uma espécie de *Homo*, o *Homo Sapiens sapiens*, que do alto de sua arrogância como espécie dominadora da Natureza, pode vir a extinguir-se de uma hora para outra, bastando para isto qualquer catástrofe que atinja as reservas de oxigênio do planeta. Compreenderão que o fato de nossa espécie ter se especializado tanto, a levou ao domínio de todas as espécies, mas também à fragilidade de existir como única e, portanto, passível de, a qualquer momento sucumbir sem deixar rastros.

Os alunos, principalmente os universitários, ao se depararem com as informações sobre a perambulação dos hominídeos pelos continentes se perguntarão sobre como os homens chegaram às Américas. A partir daí podemos explorar com eles a situação de que nosso continente só passou a ser habitado por volta de 30 a 12 mil anos (algumas teses apontam a ocupação do Piauí por volta de 50.000 cinquenta mil anos atrás), e, embora tal tese não esteja totalmente comprovada, esta informação traz o nosso passado para bem mais próximo, o que gerará ainda mais curiosidade sobre o passado de nossa região.

As informações sobre a ocupação das Américas, do Brasil, da região Nordeste e da Paraíba em particular são uma ótima oportunidade para levar nossos alunos a problematizarem as idéias de ocupação do espaço, das

relações entre o homem e a Natureza, as maneiras como os homens exploravam e se relacionavam com o ambiente, as formas como construíram suas habitações e as formas como produziam seus alimentos, remédios e “obras artísticas”, o que remete ao caráter mais simbólico das atividades humanas. É na chamada pré-história americana, que os alunos sentir-se-ão mais à vontade para se perceber como membros de uma longa linhagem de homens e mulheres que habitaram este continente, antes dos elementos branco-europeu e afro-americano.



Alunos em aula de campo na Pedra do Ingá

Ao mostrarmos aos nossos alunos que os homens e mulheres de 10 a 5000 (dez a cinco mil anos atrás) escolheram ou foram levados pelas circunstâncias naturais a viverem desta ou daquela maneira, possivelmente, eles compreenderão que a ocupação do nosso território se deu de forma diferenciada daquela realizada pelos portugueses ao chegarem ao nosso país nos recentes 1500. Perceberão que as pinturas, gravuras e demais registros rupestres espalhados por toda a região Nordeste e por todo o estado da Paraíba são formas de marcar a passagem destes homens e mulheres por uma região que não estava demarcada como a que conhecemos hoje. Entenderão também que

tais registros rupestres nos contam um pouco do cotidiano daqueles povos e que esta dia-a-dia era representado de forma “realista” e, ao mesmo tempo, “simbólica”.

Os desenhos, pinturas feitas com óxido de ferro, tintas naturais extraídas de plantas e carvão vegetal, chamarão a atenção e possibilitarão mais uma vez o entendimento de que os homens praticam a expressão de suas idéias com os elementos que possuem ou retiram da Natureza. Se os nossos alunos forem apresentados a um sítio arqueológico como o da Pedra do Ingá, entenderão que o nosso estado, a Paraíba, é rica em sítios arqueológicos deste tipo, chamados de Itacoatiara, com inscrições marcadas na pedra com algum tipo de “estilete” confeccionado com madeira ou ossos de grandes animais.

Por fim, ao estudar a Pré-História nos cursos básico, médio e universitário, talvez alguns alunos queiram realizar estudos de arqueologia mais profundos e adentrar ao fantástico mundo das descobertas sobre a terra e sobre o Homem e no ano de 2508, outros homens decifrem os sinais deixados por eles em paredes, outdoors, museus e papéis como este texto que acabamos de apresentar.

Referências:

AZEVEDO, Carlos Alberto. **Arqueologia**: estudos e pesquisas. João Pessoa: Idéia. 2008.

BRITO, Vanderley de. **Arqueologia na Borborema**. João Pessoa: JRC. 2008.

OLIVEIRA, Thomas Bruno; Et all. (org.) **Pré-História**: estudos para a arqueologia Paraíba. João Pessoa: JRC Editora. 2007.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Estudando e Conhecendo a Pré-história**. Campina Grande: Eduepb. 2005.

SOUSA, Antônio Clarindo Barbosa de; Et All. **História da Paraíba - Ensino Médio**. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFPG. 2008.

Cap. X

A indústria de pedra na Paraíba: Um modelo cognitivo de estudo

Dennis Mota e
Erik de Brito

A INDÚSTRIA DA PEDRA NA PARAÍBA: UM MODELO COGNITIVO DE ESTUDO

Dennis Mota Oliveira

Acadêmico de Geografia UEPB e Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia;

Erik de Brito

Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Em toda a história humana, certamente a invenção mais durável e constante foi a indústria da pedra. Data de mais ou menos dois milhões de anos quando um ancestral humano começou a fabricar artefatos de pedras.

O *Homo habilis*, hábil com as mãos, pode ser considerado o ancestral humano que impulsionou esta cultura, pois segundo Brissaud (1978, p. 31) no quaternário já se fabricavam artefatos cortantes simples para retalhar carne, raspar pele de animais ou usar como projétil enfiado na extremidade de uma vara. Estes artefatos eram feitos com seixos, quartzo e, sobretudo, o sílex.

A indústria lítica, cujo desenvolvimento foi paulatino, permeou milhares de gerações de nossos ancestrais, só vindo a ser suplantada pela indústria da metalurgia, no Neolítico.

Entretanto, como a metalurgia também é uma indústria de beneficiamento de pedras, podemos afirmar que a indústria de transformar pedras em objetos culturais nunca deixou de ser praticada pelo ser humano.

Também é importante frisar que a arte de fundir metais não foi adquirida simultaneamente por todas as sociedades humanas. Muitos povos continuaram por milhares de anos ainda na prática de lascar e polir pedras para obter artefatos e utensílios. Ainda hoje há povos reclusos no universo que se convencionou chamar de “Idade da Pedra”.

Antes da chegada dos europeus, na Paraíba, assim como em todo o território brasileiro, os nativos ainda fabricavam e se utilizavam de artefatos feitos de pedras. A primeira notícia de artefatos líticos no Brasil está registrada na Carta de Pero Vaz Caminha, quando o referido escrivão Real alude uma visita dos índios ao acampamento dos portugueses para ver o trabalho dos carpinteiros que estavam forjando uma cruz : *E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro como que o faziam do que para verem a cruz, porque eles não têm cousa de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, porque lhas viram lá.* (apud RIETVELD, 2010, p. 36).

Curioso, no entanto, é o fato de que, mesmo a cultura da pedra ser classificada como um estágio cultural primitivo, muitos estudiosos quando se deparam com tais instrumentos no território do Brasil, paradoxalmente, querem atribuir sua feitura a meios sofisticados de tecnologia. Como o raio laser, por exemplo. Considerando-os objetos de culturas muito avançadas. É óbvio que estes estudiosos de que falamos são pessoas destituídas dos preceitos científicos, mas acabam por instigar tais ideias à opinião pública.



Machados indígenas de pedra Polida

No meio rural, é consenso atribuir estes artefatos à lenda da Pedra de Corisco, onde, na falta de uma resposta plausível para a feitura singular de tais objetos, imagina-se que os mesmos provém dos céus, trazidos por raios.

A bem da razão, é compreensível tais argumentações. Uma vez que é fato incontestável o esmero destes objetos e a patente dificuldade que temos para compreender como povos primitivos podem ter fabricado tais artefatos sem ajuda de equipamentos modernos como a furadeira elétrica, o esmeril, o torno ou simplesmente as mais ordinárias ferramentas de metal.

Contudo, não é nossa pretensão nesse artigo discorrer sobre haver ou não fundamento nestas perspectivas, mas sim tentar entender como o homem pré-histórico produzia seus instrumentos líticos.

As culturas líticas da Paraíba

Segundo o historiador Vanderley de Brito, os indígenas sul-americanos produziam magníficos instrumentos de pedra lascada utilizando rochas como o sílex, a opala, a calcadônia e o quartzo hialino, entre outros, para confeccionar projéteis de flechas e lanças, raspadores, furadores e muitos outros objetos cortantes. Já a manufatura de pedra polida, produzia contas de colar, pingentes, botoques labiais e tembetás feitos em diversos tipos de rochas, tais como berilo, jaspe, quartzo hialino e amazonita. Também faziam parte desta indústria instrumentos polidos por abrasão sobre um suporte de pedra fixo, onde os artesãos fabricavam cunhas de mão, almofarizes, mãos de pilão, fusos, apitos e diversos tipos de machados, utilizado como matéria prima rochas de diorito, diabásio, granito, gnaiss, basalto, anfibólio, andesina, ardósia, quartzo, siltito e arenito. Estes últimos objetos, ainda

segundo o historiador, por serem maiores e de uso constante, são mais frequentemente encontrados na Paraíba (BRITO, 2010).

Como podemos constatar na explanação de Brito, os indígenas tinham uma diversificada produção de instrumentos e utensílios feitas a partir das mais diversas rochas. O que lhes confere o atributo de serem exímios petrografistas, no sentido empírico do termo. Porque, sem dúvidas, para fazerem tais objetos com tanta precisão precisariam conhecer a estrutura das pedras, seus pontos de fatura, resistência, etc.

Tais informações para a escolha da matéria-prima, os indígenas certamente deviam adquirir na verificação da cor da rocha, sua textura e peso. Dados que se confrontariam instantaneamente com seus entendimentos tradicionais e suas experiências práticas de modelar pedras.



Almofariz e mão de pilão em pedra

Devido ao número reduto de escavações arqueológicas na Paraíba, ainda não temos um número mínimo de oficinas líticas, identificadas, capaz de nos oferecer um prognóstico dos períodos temporais em que se desenvolveram as culturas líticas no território ou mesmo uma classificação das culturas. E imaginamos que este quadro ainda vai permanecer assim por muito tempo. Contudo, os poucos sítios líticos que dispomos identificados não justifica sermos cômodos e deixar de lado o estudo das culturas líticas do Estado para um momento mais propício às classificações. Porque ainda há muitos outros aspectos a serem estudados sobre este universo manufatural que podem ser empreendidos à luz dos dados disponíveis.

As influências do meio-ambiente

Em todo o território da Paraíba são encontrados constantemente artefatos em pedra que serviram as sociedades indígenas e foram confeccionados a partir de necessidades de subsistência e atendendo a uma tradição, passada de geração à geração. Raramente se encontra um objeto em pedra que não se identifique com outros.

Este fato pode estar associado não apenas a tradição estética, mas pode também estar relacionado com imposições ditadas pela própria matéria-prima, um detalhe que não pode ser negligenciado.

Em nossas incursões ao campo observamos que na Natureza muitas pedras já sugerem a forma que podem lhe ser dadas. No leito de um rio, ou riacho, é possível se encontrar com abundância granitóides e seixos rolados com feitura muito semelhante aos machados e batedores feitos por ação antrópica. Estas pedras já sugerem naturalmente o tipo de instrumento que podem oferecer se esmerilados a contento.

No caso dos instrumentos lascados, se quebramos um bloco de rocha de sílica, o fragmento projetado comumente já vem em forma de seta ou lesma, basta trabalhar suas arestas para obter o formato prenunciado.

Numa certa ocasião, quando um de nós (Erik de Brito) projectava no leito do riacho Logradouro, área rural do município de Campina Grande, encontramos um batedor de pedra, feito por vias naturais, que não deixava nada a dever àqueles que tão frequentemente são encontrados em sítios arqueológicos. Poucos foram os indícios que nos possibilitou enquadrá-lo como pseudo objeto, feito a partir do rolamento fluvial.



Polimento de artefato em superfície fixa - Acervo do MHN-UEPB

Não é difícil encontrar também pedrinhas transpassadas por orifícios, com formas zoomorfas ou até mesmo blocos metamórficos em forma de âncora, feitos pelos caprichos da natureza.

Sem dúvidas, a possibilidade de que o homem se utilizou dos modelos sugeridos pela natureza para confeccionar seus artefatos é algo que precisa ser observado. O historiador Vanderley de Brito chama a atenção para que a arqueologia seja mais cognitiva e procure primeiro eliminar as possibilidades mais simples para se tentar entender as culturas pré-históricas.

De nossa parte, concluímos que, uma vez que os estudos das culturas líticas na Paraíba ainda não podem nos trazer dados concretos de classificações, a arqueologia cognitiva e a experimental podem alavancar o entendimento das adversidades naturais capazes de ter influenciado o homem a modelar pedras para seu uso cotidiano.

Considerações finais

Naturalmente, a pedra por si só já é uma arma de arremesso e um instrumento de triturar. Portanto, qualquer antropóide é capaz de perceber estes qualificativos e entender o quanto isso pode facilitar a vida. Daí por diante, no uso contínuo deste objeto de arremesso e triturador, natural que o ser comece a escolher na natureza os mais apropriados para a operação de uso e, conseqüentemente,

passa a esmerilar o objeto para identificá-lo como de sua propriedade e estima. A perda deste objeto, cuja utilidade já é patente, pode ter sido o pivô do homem-manufatureiro, porque o incidente lhe teria forçado a procurar outro igual e, não encontrando outro com os mesmos



Instrumentos da indústria lítica pré-histórica. Brejo Paraibano

atributos, tentou subtrair do novo objeto as arestas incompatíveis com o primeiro. Assim, nasce um artefato.

A partir desta perspectiva entendemos que para conhecer a indústria lítica ameríndia é preciso procurar pensar como estes povos caçadores, coletores e semi-agricultores. É preciso também entender o meio que cerca os sítios arqueológicos, as opções e preferências de caça, coleta e plantio, os tipos de matéria-prima disponíveis e as distâncias em que podem ser adquiridas. Todos estes dados precisam ser cruzados com os artefatos que sabemos existir para que possamos saber se as escolhas estéticas, técnicas e materiais se relacionam com estes eventos que acabamos de enumerar. Um outro tipo de estudo capaz de tentar entender a mente do manufatureiro de peças líticas é a prática experimental. O trabalho, que já estamos desenvolvendo há alguns anos (Dennis Mota) com bons resultados no sentido de estudar técnicas de feitura de gravuras rupestres, precisa se estender a todos os tipos de materiais para se descobrir, não só o porquê deste ou daquele ser utilizado, mas também compreender o porquê deste ou daquele não ser um

material de uso para as práticas. É preciso aprender escolher materiais, entender suas flexibilidades, se adaptar ao uso dos instrumentos de manufatura, em outras palavras, calejar as mãos. Também é fundamental testar a eficiência de manejo dos objetos prontos.

Consideramos que o estudo classificativo é imprescindível para o desenvolvimento da arqueologia lítica, mas este tipo de estudo, embora necessário, só contempla o campo teórico e suas respostas vem no sentido de mostrar como pensa a arqueologia a respeito das culturas líticas. Enquanto a nossa proposta de estudo procura tentar entender como pensa o homem que precisa tirar das duras pedras os objetos necessários a sua existência, como ser animal e social.

Referências:

BRISSAUD, Jean-Marc. **As civilizações Pré-históricas**. Tradução de Edith de Bezerra Martins. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores. 1978.

BRITO, Vanderley de. **A Pedra do Ingá: itacoatiaras na Paraíba**. 4ª Edição. *No prelo*.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **História da Paróquia de Nossa senhora da Luz de Pedra Lavrada**. Campina Grande: Maxgraf. 2010.

Cap.XI

Inscrições marginais: o caso da Pedra do Ingá

Thomas Bruno Oliveira

INSCRIÇÕES MARGINAIS: O CASO DA PEDRA DO INGÁ

Thomas Bruno Oliveira

Historiador, Presidente da Sociedade Paraibana de Arqueologia, Sócio do IHGC e SBE e compõe a equipe do LABAP/UEPB. E-mail: thomasarqueologia@gmail.com

A Pedra do Ingá é um dos mais impressionantes legados arqueológicos do mundo. Sua complexidade, constituição plástica e elevado requinte técnico, há décadas vem despertando a atenção da comunidade científica e aguçando a imaginação de oportunistas para seu suposto significado.

Centrado em um extenso afloramento em gnaiss que parte serve de leito para o riacho Bacamarte, no agreste da Paraíba, este complexo é composto por inúmeras manifestações gráficas, impressas em baixo-relevo, de uma cultura desconhecida que, devido seus misteriosos desenhos e grande impacto visual, vem atraindo os mais diversos pesquisadores e curiosos. Seja para o estudo ou deleite reflexivo.

Diversos trabalhos já foram desenvolvidos sobre este monumento arqueológico. Alguns fundamentados em bases científicas e outros - vale salientar: a maioria - apresentam especulações de cunho sensacionalista. O que faz deste conjunto de inscrições um campo fértil para controvérsias e infundáveis polêmicas.

Não obstante, o conjunto de maior concentração gráfica e melhor aprimoramento estético encontra-se num paredão que se eleva perpendicularmente sobre o lajedo, medindo 46 metros de extensão por 3,8m de altura (BRITO, 2009. p.11), cujos registros gráficos também recobrem parte do dorso do afloramento e parte do piso que se inclina para sua base. Estas três localidades, que o pesquisador Vanderley de Brito denominou de “conjunto principal” (Idem) constam inúmeras figuras, a maioria de grande porte e organizadas em meio a agrupamentos de capsulares, causam profundo impacto até nos menos sensíveis.

No entanto, na região de entorno deste conjunto, já tão descrito e opinado nos meios bibliográficos, existem outras representações e configurações parietais que sempre são desprezadas nos trabalhos sobre a Pedra do Ingá por não se apresentarem tão profundas e bem acabadas como as do conjunto principal e, por isso, não atendem aos apelos corroborativos das explanações sensacionais.

Devido esta marginalização das inscrições de entorno da Pedra do Ingá observada nos muitos trabalhos escritos sobre este célebre sítio arqueológico, decidimos conceituá-las de “inscrições marginais”. Porque são



Inscrições marginais no interior de meios-caldeirões que limitam o riacho de Ingá

tratadas como se não existissem ou não se contextualizassem com o conjunto principal.

Esta metodologia de segregação para inscrições rupestres desde há muito vem sendo aplicada nos trabalhos que visam estudar o universo gráfico de sociedades pré-históricas. Talvez por comodidade ou dificuldade de encaixá-las em modelos de estudo. Esta alternativa de omissão, a nosso ver, tende a limitar a já delicada compreensão contextual da pré-história.

O professor Vanderley de Brito, eminente estudioso da cultura Itacoatiara, afirma que estas inscrições que adejassem um conjunto parietal mais profuso e elaborado são características das gravuras rupestres que se encontram em áreas de corredeiras de rios, cuja maior concentração na Paraíba verifica-se no agreste e brejo (BRITO, 2008). Assim, de acordo com as perspectivas deste pesquisador, elas se enquadram num modelo tradicional de manifestação rupestre primitiva cuja técnica de manufatura e elaboração gráfica são uniformes.

A compreensão do cotidiano de sociedades mortas se dá com criteriosos processos de análise contextual de todos os vestígios que de forma direta ou indiretamente apresentam-se nos sítios arqueológicos. Se referindo às inscrições rupestres, o pesquisador André Prous afirma que as hipóteses de interpretação costumam carecer de informações suficientes (PROUS, 1992.

p.539). Para pesquisadora Anne-Marie Pessis (ao se referir à unidade gráfica em gravuras rupestres) os espaços entre as inscrições são significativos tal qual os traços (PESSIS, 2002).

Portanto o desprezo de inscrições rupestres em sítios arqueológicos é um ato de torpeza, pois o estudioso compromete sensivelmente não só o trabalho arqueológico no sítio, mas também todo o estudo sistemático da pré-história, produzindo material leviano.

Talvez quem primeiro tenha apresentado preocupação em não segregar painéis ou registros isolados em trabalho sobre gravuras rupestres foi a pesquisadora Alice Aguiar, quando apresentou o levantamento do sítio arqueológico Boi Branco, em Pernambuco, onde os grafismos do entorno do conjunto rupestre mais significativo foram agrupados em painéis e devidamente referenciados (AGUIAR, 1989).

Como os painéis do conjunto principal da famosa Pedra do Ingá já são de domínio público, é propósito deste trabalho apresentar o restante do conjunto parietal anexo, que vinha sendo marginalizado pelos autores de descrições e especulações deste importante documento lítico do interior paraibano e que, nesta oportunidade denominaremos de inscrições marginais.

No apanhado que realizamos ao longo do pedregal de Pedra Lavrada, no Ingá, identificamos dezessete painéis distribuídos nas superfícies rochosas de ambas as margens do Bacamarte. Foi-nos possível observar que as gravuras marginais em superfícies horizontais apresentam-se apenas levemente raspadas, enquanto as gravuras de paredes verticais foram toscamente picotadas. Também verificamos gravuras sob técnica aprimorada, gravadas profundamente e muito bem polidas, numa parede da margem direita do riacho.

As inscrições marginais da Pedra do Ingá

O primeiro destes painéis encontra-se a 10m ao norte do conjunto principal, sobre o dorso de uma corcunda que se forma no lajedo, onde foi possível visualizar círculos concêntricos, um desses com pêndulo noduloso, uma elipse gradeada e uma forma angulosa com pêndulo. Este painel está apenas raspado na pedra e apresenta um conjunto de cinco capsulares em fila.

O painel II está a apenas 5m ao norte do painel principal, sobre o lajedo, onde há um conjunto de quatro círculos cortados, o maior destes apresentando um capsular em cada parte, pontos capsulares, um símbolo penteforme e outro em forma de “I”. Este painel também se encontra apenas superficialmente raspado na pedra.

O painel III está a 1m do conjunto principal no piso do lajedo que se inclina para o lago do riacho e é composto por um penteforme e dois capsulares picotados.

O painel IV encontra-se voltado para o norte na parede convexa de uma corcunda do afloramento que se forma acima do painel vertical, onde há apenas um círculo vazado, em meia cana, preenchido de capsulares.

O painel V está em um pequeno abrigo formado em uma fenda na face sul da corcunda acima citada, imediatamente às costas do painel IV. É composto por um gradeado e formas diversas. Este painel está apenas raspado na pedra que, por ser protegida, apresenta-se limpa de organismos.

O painel VI está localizado na primeira concavidade que se forma na parede que limita a margem esquerda do riacho e é composto de oito símbolos rusticamente picotados, dentre eles um em forma labiríntica muito elaborada e um penteforme invertido.

O painel VII está distante 1m à esquerda do anterior, está na ondulação do piso, rodeado por caldeirões, servido de divisa entre as duas primeiras concavidades do muro que empareda o riacho pela sua margem esquerda. É composto por duas linhas de capsulares unidas em forma de 'y' horizontal, um bastonete, algo semelhante à letra 'n' e uma forma ovalada picotadas no gnaisse.

O painel VIII está picotado na concavidade cujo painel anterior está sobre sua borda. Sua composição é formada por um penteforme e outras três formas onduladas e um capsular.

O painel X está localizado na concavidade imediatamente ao lado do painel anterior, já no fim do corredor que empareda o riacho em sua margem.

O painel IX localiza-se numa concavidade 2m ao lado direito do último painel. É composto de capsulares e linhas curvas muito complexas. Na sua borda há um símbolo em forma de espinha de peixe muito bem elaborada. A técnica deste painel também é o picotamento.

O painel X se encontra a esquerda deste último, também numa concavidade da parede rochosa, e é composto por um único símbolo picotado. Trata-se de um círculo ovóide com pedúnculo.

O painel XI encontra-se na margem direita do riacho, sobre o dorso de um bloco que, quando ferido por outra pedra, emite som metálico. Trata-se de uma estigmatografia de capsulares. Nesta pedra, verifica-se um furo profundo que provavelmente foi feito para abrigar explosivos. Também se verifica neste mesmo espaço uma concavidade natural que se assemelha a uma pegada impressa.

O painel XII está localizado em uma pedra solta por trás da acima

Planta topográfica do aforamento rochoso do sítio Pedra do Ingá com as setas indicando o local das respectivas inscrições marginais.



citada. É composto por capsulares organizados em linhas e outras formas ambíguas sobre seu dorso previamente polido.

O painel XIII encontra-se numa pedra arrolada no leito do riacho e trata-se de inúmeros capsulares desordenados. Conjectura-se tratar de uma mesa de afiamento.

O painel XIV encontra-se numa pedra à margem direita do Bacamarte, próximo ao fim do corredor que empareda a corredeira, picotado em sua parede vertical, e é composto por dois círculos centrados por um capsular, um destes com pedúnculo, e outra forma de difícil descrição.



A corredeira do Bacamarte, onde está a maioria das inscrições marginais do Ingá

O painel XV está na parede do corredor um pouco atrás do painel citado acima, formando margem para o riacho, cuja composição gráfica é bem larga e polida no interior.

O painel XVI está num bloco assentado sobre a parede do painel anterior e é composto por registros grandes e complexos sob técnica de meia cana. O último painel marginal, número XVII, encontra-se nas concavidades de numa ilha ígnea que divide o riacho, curso abaixo, há 100m. É composto por capsulares e outras formas gravadas superficialmente na pedra, por técnica de picotamento.

Considerações

Ao longo do riacho Bacamarte há outros afloramentos que poderiam ter sido utilizados para as incisões de gráficos rupestres que, no entanto, não

foram aproveitados. Este fato pode significar que as inscrições marginais da Pedra do Ingá fazem parte do contexto das inscrições do famoso conjunto principal. Pois, caso contrário, estariam em outros destes afloramentos e não no mesmo contexto.

Portanto, como supõe o pesquisador Vanderley de Brito, estas inscrições anexas ao conjunto principal do Ingá, apesar da visível discrepância técnica e pouca notabilidade, seriam complementos da ideia central, expressa no conjunto mais esmero (BRITO, 2009.p. 20).

Entretanto, não é nosso objetivo aqui tentar entender o motivo das inscrições que circundam a Pedra do Ingá, mas sim chamar a atenção para que estas inscrições figurem nos anais científicos como detentoras de um mesmo valor arqueológico que aquelas esteticamente mais elaboradas.

Já havíamos percebido que as gravuras do Ingá podem ser mais visíveis ou invisíveis dependendo da incidência de luz. Nos primeiros raios matinais e também no decrescente vespertino, as sombras projetam as inscrições e estas podem ser melhor visualizadas. No entanto, muitas gravuras só podem ser percebidas pelo tato, mesmo nestes momentos mais propícios. Por isso, recentemente pernoitamos no lajedo do Bacamarte num plenilúnio para estudar como se comporta nossa percepção das gravuras rupestres sob a tênue iluminação lunar e, aproveitando a pouca luminosidade natural, projetamos uma luz artificial oblíqua e, nesta situação, percebemos que nos painéis do Ingá há muitos sinais e capsulares tão rasos que não podem ser distinguidos à luz do dia. Nesta experiência, além de símbolos e capsulares invisíveis nos painéis principais do Ingá, descobrimos outros tantos painéis marginais que ainda não tínhamos registrado, além de registrá-los, produziremos um trabalho sobre as “inscrições noturnas” da Pedra do Ingá.

Referências

AGUIAR, Alice. Gravuras rupestres em Iati, PE. **Revista Clio**, nº5. Recife: UFPE, 1989.

BRITO, Vanderley de. **A Pedra do Ingá**: itacoatiaras na Paraíba. 3ª Edição. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

PESSIS, Anne-Marie. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **Revista Clio**. Nº 15, Vol. 1. Recife: UFPE, 2002

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

Cap.XII

Sociedade Paraibana
de Arqueologia

Os autores

O QUE É A SPA:

A Sociedade Paraibana de Arqueologia - SPA foi fundada em 11 de outubro de 2006, sem fins lucrativos, como o objetivo de atender a grande demanda cognitiva relacionada ao patrimônio arqueológico, paleontológico e espeleológico da Paraíba, cujo Estatuto e Ata de Criação consta registrado no Cartório do Único Ofício Maria das Neves Ramos Vidal Ribeiro, nos respectivos livros de registros “A”, sob os números 706 e 707 e registro jurídico de Associação Privada no Ministério da Fazenda pela Instrução Normativa da República Federativa do Brasil nº 1.005 de 08 de fevereiro de 2010 e cadastro CNPJ nº 12.542.765/0001-32.



A proposta da SPA é tentar preencher a grande lacuna que o território da Paraíba representa para as pesquisas que se desenvolvem, de maneira dinâmica e evolutiva, nas demais regiões do Nordeste e do país.

Institucionalizada pelos historiadores Vanderley de Brito, Juvandi de Souza Santos, Thomas Bruno Oliveira e a artista plástica Sheila Dias Farias, de acordo com seu Estatuto, a Sociedade se dispõe a identificar, levantar, estudar e divulgar os testemunhos culturais e naturais existentes no território paraibano visando fomentar esse gênero de estudos no Estado. Para tanto, o quadro de sócios é formado por idealistas, alguns já bem consagrados no meio científico, que procura dar andamento aos estudos e a preservação do patrimônio.

Não é propósito da Sociedade promover intervenções em sedimentos ou resgate de material, a SPA tem por meta de trabalho apenas a geração de consciência, o estudo visual e, principalmente, as produções, científicas e populares, de divulgação.

Dentro deste propósito, a SPA criou o seu Boletim Informativo, que traz mensalmente ao público as notícias relacionadas às pesquisas em marcha na Paraíba e, extraordinariamente, Boletins especiais com textos de divulgações específicas. No ano de 2007, foi criada a Série Arqueológica de literatura de Cordel, trazendo informações arqueológicas em versos com vistas a instigar as comunidades leigas sobre arqueologia e preservação dos bens arqueológicos. No mesmo ano a SPA também criou a série “Pré-História: estudos para a arqueologia da Paraíba”, de livros-coletânea, com depósito legal na Biblioteca Central, visando a divulgação científica de pesquisas, cujo segundo número é este que ora se apresenta.

Sociedade Paraibana de Arqueologia

Sócios Fundadores



Vanderley de Brito Juvandi S. Santos Thomas Bruno Sheila Dias Frarias

Sócio Efetivos



Carlos Azevedo Carlos Belarmino Mali Trevas Carlos Xavier Pe. Rietveld Francisco Faria Zilma F. Pinto



Zélia Almeida Raul Córdula Balduino Lélis Dennis Mota Luiz Galdino Pedro Nunes Erik de Brito



Nivaldo Maracajá Gilvan de Brito Ruth Trindade de A Antônio Clarindo Iago Albuquerque Guilherma D'Ávila Valdeci dos Santos

Sócios Correspondentes



Sérvio Túlio Roberto Ribeiro Almir Fernandes Helder Macedo Belarmino Mariano Edvaldo da Cunha Lira Robson Rubenilson Luiz Carlos Gomes



Eduardo Pazera Jr. Guilherme Medeiros Alexandre Fonseca Célio Cavalcante Alice Liedke Hilton Gouvêa David Amorim Ana Glória Marinho Lúcio Farias

OS AUTORES

Juvandi de Souza Santos é pós-doutor em arqueologia. Seus estudos no campo da arqueologia são dedicados à arqueologia da morte, com especial atenção para os povos indígenas proto-históricos. É autor de dezenas de livros e centenas de artigos nas áreas de arqueologia, espeleologia, paleontologia, meio-ambiente e história regional. É professor da UEPB, membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira e sócio fundador da SPA.



Carlos Alberto Azevedo é antropólogo e estuda arqueologia na Paraíba desde fins da década de 50. Suas áreas de estudo são as manifestações culturais do Nordeste e a arqueologia cognitiva. É autor dos livros “Sítios Arqueológicos de Santa Luzia”, “Arqueologia - Estudos & Pesquisas” e “Antropologia Cultural”, além de dezenas de artigos nas áreas de arqueologia e antropologia. É chefe de divisão de sítios Arqueológicos do IPHAEP e sócio efetivo da SPA.



Luiz Galdino é formado em Comunicação Social e especialista em História da Arte, já viajou por todo o Brasil em pesquisa da arte indígena, comparando-a com a européia. É autor do livro “Itacoatiaras: uma pré-história da arte no Brasil” e de dezenas de artigos em diversas revistas e jornais de circulação nacional. Também é autor de inúmeras obras infanto-juvenis tendo recebido diversos prêmios literários. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio efetivo da SPA.



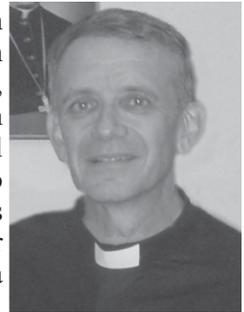
Antonio Clarindo Barbosa de Souza é historiador, Mestre em Educação e Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco é professor de Pré-história da Universidade Federal de Campina Grande, Diretor Administrativo da Editora Universitária da UFCG e sócio efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia.



Vanderley de Brito é historiador, especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual da Paraíba e tem seus estudos voltados para a historiografia da arqueologia paraibana. No campo da pré-história seus estudos se centram na cultura rupestre, sobretudo no gênero itacoatiara. É autor dos livros “A Serra de Bodopitá”, “A Pedra do Ingá” e “Arqueologia na Borborema”. E também artista plástico, poeta popular e sócio fundador da SPA.



Pe. João Jorge Rietveld é holandês, mestre em agronomia pela Universidade de Wageningen e em teologia pela Universidade de Heerlen-Nijmegen, ordenado padre pela Diocese de Campina Grande em 1989. Seus estudos são centrados em História Paroquial Regional e no campo da arqueologia tem interesse no estudo dos indígenas da Paraíba, seus comportamentos culturais e formas de subsistência no semi-árido. É autor de livros diversos, professor do Seminário João Maria Vianney de Campina Grande, e sócio efetivo da SPA.



Francisco Carlos Pessoa Faria é formado em oftalmologia pela Universidade Federal da Paraíba e astrônomo amador. No campo da arqueologia, desde a década de 50, se interessa por arte rupestre sob o prisma astronômico. É autor dos livros “Os astrônomos pré-históricos do Ingá” e “Os astrônomos pré-históricos do Ingá II”. Além de inúmeros artigos na área de arqueoastronomia em diversos jornais de circulação regional e nacional. É sócio do Núcleo Brasileiro de Arqueoastronomia e da SPA.



Valdeci dos Santos Júnior é historiador (UERN) e arqueólogo, pós-graduado pela Universidade Federal de Pernambuco e professor de arqueologia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. É coordenador do Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar e desenvolve pesquisas sobre a Cultura Itacoatiara e as sociedades Tapuias que habitaram os sertões do Rio Grande do Norte. É sócio efetivo da SPA.



Carlos Antônio Belarmino Alves é geógrafo, pós-graduado em Meio-Ambiente, e professor da Universidade Estadual da Paraíba, no campus de Guarabira. Carlos Belarmino desenvolve estudos nas regiões de brejo da Paraíba, especialmente nos contrafortes orientais do Planalto da Borborema, e tem por principal estudo as pinturas e gravuras rupestres desta região. Um outro ponto de enfoque deste pesquisador é a geração conscientização no meio escolar sobre o valor dos patrimônio arqueológico e sua preservação. É sócio efetivo da SPA.



Dennis Mota Oliveira é acadêmico em geografia, pela Universidade Estadual da Paraíba, e suas pesquisas são no campo da Arqueologia Experimental. Dennis também se dedica ao estudo de arte rupestre e tem por especial predileção a identificação e levantamento de ocorrências arqueológicas na região do município do Ingá-PB. É guia turístico do sítio arqueológico Pedra do Ingá, integra a equipe do Laboratório de Arqueologia da UEPB e é sócio efetivo da SPA.



Erik de Brito é estudante concluinte da rede particular de ensino. Filho do historiador Vanderley de Brito, desde muito pequeno já acompanhava os estudos e trabalhos no campo da arqueologia e seus estudos são orientados para o universo das inscrições rupestres, especialmente àquelas que se apresentam na unidade geomorfológica do agreste paraibano e é sócio efetivo da SPA.



Thomas Bruno Oliveira é Historiador, editor da Revista Tarairiú (LABAP/UEPB), colunista de portais de notícia do Estado e Prof. de História da Paraíba. No universo da arqueologia, se dedica a cultura cerâmica primitiva, arte rupestre e terminologia arqueológica. É autor dos livros A Serra de Bodopitá: pesquisas arqueológicas da Paraíba (2006) e Pré-história: estudos para a arqueologia da Paraíba (2007). É sócio fundador da SPA.



Sobre o Livro

<i>Formato</i>	15,5x22cm
<i>Tipologia</i>	Berlin Sans FB (títulos) Times New Romam (texto)
<i>Papel</i>	Papel Off Set 75 g (miolo) Supremo Royal 250g (capa)
<i>Impressão</i>	Sob demanda
<i>Acabamento</i>	Colado e grampeado
<i>Tiragem</i>	500 exemplares

Equipe de Realização

<i>Produção Gráfica</i>	Thomas Bruno Oliveira
<i>Edição Geral de Texto</i>	Thomas Bruno Oliveira
<i>Assistentes de Edição de Texto</i>	Os autores
<i>Revisão</i>	Profa. Marilândia Bezerra de Souza
<i>Projeto Gráfico</i>	Thomas Bruno Oliveira
<i>Criação da Capa</i>	Thomas Bruno Oliveira
<i>Editoração e Diagramação</i>	Francisca Araújo Cavalcante Vanderley de Brito
<i>Catálogo</i>	Thomas Bruno Oliveira
<i>Referências Bibliográficas</i>	Os autores

Impressão e Acabamento

JRC Gráfica e Editora
Fone: (83) 3222.6889 - João Pessoa-PB
www.jrcgrafica.com.br